

ANTÔNIO ALBANO DE FREITAS

**DISTRIBUIÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL:
A ECONOMIA BRASILEIRA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

**CURITIBA
2012**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO**

**DISTRIBUIÇÃO E ACUMULAÇÃO DE CAPITAL:
A ECONOMIA BRASILEIRA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO**

Dissertação apresentada pelo acadêmico Antônio Albano de Freitas ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Econômico.

Orientador: Prof. Dr. Armando João Dalla Costa

**CURITIBA
2012**

TERMO DE APROVAÇÃO

Antonio Albano de Freitas

“Distribuição e acumulação de capital: a economia brasileira no capitalismo contemporâneo”

DISSERTAÇÃO APROVADA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE NO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ, PELA SEGUINTE BANCA EXAMINADORA:


Prof. Dr. Armando João Dalla Costa
(Orientador/UFPR)


Prof. Dr. Adalmir Marquetti
(Examinador/PUCRS)


Prof. Dr. Fernando Motta Correia
(Examinador/UFPR)

11 de maio de 2012

FICHA CATALOGRÁFICA

Freitas, Antonio Albano de

Distribuição e acumulação de capital: a economia brasileira no capitalismo contemporâneo / Antonio Albano de Freitas. - 2012.

124 f.

Orientador: Armando João Dalla Costa.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. Defesa: Curitiba, 2012.

1. Brasil – Condições econômicas. 2. Capital (Economia). 3. Poupança e investimento. 4. Capitalismo. I. Dalla Costa, Armando João. II. Universidade Federal do Paraná. Setor de Ciências Sociais Aplicadas. Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Econômico. IV. Título.

CDD 332.041

Dedico este trabalho aos
meus pais – Rosângela e
Luís Fernando – a quem
devo a vida e a esperança
de um dia visualizar
mundo mais justo.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer em especial aos meus pais, Rosângela e Luís Fernando, e às minhas irmãs, Ana e Clarinha, pelo apoio incondicional, não apenas nesta caminhada acadêmica, mas por toda minha existência. Sei que por alguns momentos meus pais abdicaram de sonhos em prol dos meus e dos de minhas irmãs, e isto é imensurável.

Agradeço também às minhas avós, Lucia Maria e Nena, pela determinação, alegria e pelo respeito que depositam em meus estudos. Aos meus avôs (*in memoriam*), Luís Carlos e Álvaro, minhas considerações. A intelectualidade, humildade e tranquilidade destes sempre servirão de exemplo.

Quero agradecer de forma redobrada ao meu orientador professor Dr. Armando João Dalla Costa. Em primeiro lugar, pela hábil tarefa de orientar-me. Em segundo, pela responsabilidade em assumir a minha orientação já em estágio avançado de dissertação. Tenho certeza de que o seu compromisso e objetividade foram essenciais para que concluísse esta etapa acadêmica.

Sou grato ao professor Dr. Adalmir Antônio Marquetti, não somente por aceitar participar de minha banca de dissertação, mas por decisivamente inclinar-me ao “mundo acadêmico”. Hoje vejo que o seu convite para que me tornasse Bolsista de Iniciação Científica lá em 2007 fora um ponto de inflexão em minhas escolhas profissionais.

À coordenação do PPGDE da UFPR o meu reconhecimento pela forma séria com que encaram o exercício de aprimorar a qualidade do Programa. Ao vice-coordenador, professor Dr. Fernando Motta, o meu apreço particular por ajudar-me nos tramites burocráticos pelos quais tive que passar. Estendo os meus cumprimentos a todos os professores da UFPR que em alguma medida contribuíram para a minha formação e visão de mundo. Em especial, aos professores Gabriel Porcile e Francisco Cipolla pelas referências, conselhos e sugestões.

O aprendizado, e o próprio tempo vivenciado, em Curitiba não teriam sido os mesmos não fosse o agradável convívio com os colegas do PPGDE. Não tenho dúvidas, neste sentido, de que os amigos (as) Ana Paula Kern, Antônio Almeida, Cleiton Silva de Jesus, Gilberto Neto, Leonardo Cardoso, Tiago Appel e Virgínia Laura Fernandez, têm contribuição substancial nesta história.

Saúdo, também, os meus amigos de Porto Alegre Gabriel Bessa, Ilmar Bittencourt, Maurício Borba, Guilherme Schattschneider e Rodrigo Azevedo, pela amizade construída ao longo dos anos, e pela leveza com que transmitem o seu viver. Inconscientemente, estes amigos, não economistas, reiteram a minha pessoa o que, de fato, Leonardo da Vinci já afirmara: “A simplicidade é o grau máximo da sofisticação”.

Por fim, devo agradecer ao meu pai, Dr. Luís Fernando Alcoba de Freitas. Aqui, não pelas funções paternas, mas por ser Doutor em Economia. A coincidência de meu pai voltar ao meio acadêmico, justamente no período em que me tornara universitário, fora de grande valia para que eu pudesse visualizar a ciência econômica de maneira mais clara e com maior interesse de eterno aprendiz. Obrigado pai.

“Para quien examine esta dialéctica constante del liberalismo y la democracia desde el punto de vista de la teoría política general, resulta claro que el conflicto continuo y jamás resuelto definitivamente, incluso destinado siempre a moverse en niveles más altos, entre la exigencia de los liberales de un Estado que gobierne lo menos posible y las peticiones de los democráticos de un Estado en el que el gobierno esté lo más posible en manos de los ciudadanos, refleja el contraste entre dos maneras de entender la libertad, que se suelen llamar libertad negativa y libertad positiva, y entre las cuales se dan, de acuerdo con las condiciones históricas, pero sobre todo de acuerdo con el lugar que cada cual ocupa en la sociedad, juicios de valor opuestos: quienes están arriba normalmente prefieren la primera, quienes están abajo normalmente prefieren la segunda. Como en toda sociedad hasta ahora siempre han estado unos y otros, el contraste benéfico entre las dos libertades no es de los que se puedan resolver definitivamente y la solución que tal contraste recibe es una solución negociada. Por desgracia, el contraste no es siempre posible: no es posible en los regímenes en los que en el lugar de la primera está un poder sin límites, y en el lugar de la segunda se encuentra un poder por encima de cualquier control. Mas contra uno y otro el liberalismo y la democracia se transforman necesariamente de hermanos enemigos en aliados”
(NORBERTO BOBBIO, 1996).

RESUMO

Esta dissertação tem por objetivo geral fazer uma avaliação crítica da economia brasileira em suas últimas duas décadas, isto é, entre 1990 e 2010, com particular atenção à relação capital-trabalho. Como pressuposto metodológico, assume-se que a economia brasileira é parte integrante do sistema produtivo mundial, que influi de forma importante e desigual sobre ela. E por conta disso, são expostas as principais características e manifestações do capitalismo contemporâneo, expresso em políticas, seja de cunho pragmático ou ideológico, neoliberais. Ao se estabelecer esta dialética entre as partes e o todo, analisa-se, em adição, a vulnerabilidade externa do Brasil, até mesmo porque esta restrição, característica de economias periféricas, interfere no próprio processo de acumulação de capital e, conseqüentemente, no mercado de trabalho e em sua distribuição. Como arcabouço teórico, fez-se a opção pela literatura Marxiana e Kaleckiana por diversas razões. Dentre algumas, pode-se citar a constatação explícita, de ambos os autores, do caráter cíclico e instável de economias capitalistas, bem como a incapacidade, via de regra ou como fato estilizado (a depender do autor), de uma economia capitalista agregar, *per se*, todos os recursos humanos e tecnológicos em sua dinâmica. A par do marco teórico, este trabalho se subdivide, fundamentalmente, em duas partes. Num primeiro momento, para o período 1990-2003, discorre-se sobre a produtividade do trabalho e do capital, sobre a conexão entre a taxa de acumulação e a taxa de lucro, e sobre a parcela salarial na renda. Em seguida, procura-se investigar em que medida o novo ciclo de crescimento da economia brasileira, no período 2003 – 2010, apresenta, ou não, pontos de ruptura e/ou transformação no que tange às variáveis acima mencionadas. Ao destacar o elemento distributivo como principal fator de dinamismo da economia brasileira recente, por fim, o trabalho aponta caminhos e barreiras que impõem limites estruturais ao desenvolvimento econômico do país.

Palavras-chave: Economia Brasileira; Acumulação de Capital; Distribuição de Renda; Capitalismo Contemporâneo.

ABSTRACT

The aim of this thesis is to make a critical evaluation of the Brazilian economy in its last two decades (1990-2010) with particular attention to the capital-labor ratio. As a methodological assumption, it is assumed that the Brazilian economy is a component of the global production system, which substantially, and in an uneven manner, affects the national economy. And for that reason it is shown the main characteristics and features of the contemporary capitalism, expressed in policies, whether pragmatic or ideological, neoliberals. By establishing this dialectic between the parts and the whole, it is analyzed, in addition, Brazil's external vulnerability, even why this restriction, characteristic of peripheral economies, interferes in the own process of capital accumulation, and, as a consequence, in the labor market and its distribution. The theoretical framework chosen was the Marxian and Kaleckian literature for several reasons. Among some, it is possible to mention the explicit finding, of both authors, regarding the cyclical and unstable nature of capitalist economies, and the inability of a capitalist economy, as a rule or stylized fact (depending on the author), to aggregate, *per se*, every human and technological resources in its dynamics. In conjunction with the theoretical ideas previously stated, this thesis is divided into two parts. At first, for the period from 1990 to 2003, the productivity of labor and capital, the connections between the rate of accumulation and the rate of profit, and the wage share in the national income are examined. Secondly, the new growth cycle of the Brazilian economy, in the period 2003-2010, is investigated to determine the presence, or not, of ruptures and/or points of transformation with respect to the variables pointed out above. By highlighting the distributive element as the main factor of dynamism in the recent Brazilian economy, this work, finally, reveals ways and barriers that impose structural limits to the economic development of the country.

Keywords: Brazilian economy; Capital Accumulation; Income Distribution; Contemporary Capitalism.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Participação dos salários na Renda Nacional, 1960 – 2008, média de Estados Unidos, União Europeia* e Japão.....	53
Gráfico 2 - Produtividade do capital, 1963 – 2003, Média de Estados Unidos, Japão e União Europeia.	54
Gráfico 3 - Taxa de Lucro, 1961 – 2008, Estados Unidos + União Europeia + Japão. .	54
Gráfico 4 - Gross National Income Per Capita (PPP, US\$), países selecionados.	58
Gráfico 5 - Taxa de Lucro e Taxa de Acumulação, Brasil, 1966 – 2008.....	59
Gráfico 6 - Participação dos salários na Renda Nacional Brasileira, 1992 – 2003.	60
Gráfico 7 - Razão entre a produtividade do trabalho* do Brasil e dos EUA	62
Gráfico 8 - Participação do capital fixo produtivo no estoque de capital total, 1950 - 2008.....	64
Gráfico 9 - Taxa de Investimento do setor público e privado no Brasil, 1990 - 2003 ...	65
Gráfico 10 - Evolução do diferencial entre os rendimentos do trabalho formal e informal	67
Gráfico 11 - Alocação do lucro bruto macroeconômico, Brasil, 1950 – 2008.....	68
Gráfico 12 - Regressão Linear Simples, Taxa de Câmbio (RS/US\$) = f (Taxa de juros <i>Over Selic</i>).....	74
Gráfico 13 - Exportações por categoria de produto, 1989 – 2005 (Categoria de produtos em % do total)	75
Gráfico 14 - Importações por categoria de produto, 1989 – 2005 (categoria de produtos em % do total)	75
Gráfico 15 - Taxa de Inflação e Meta de Inflação	81
Gráfico 16 - Taxa de Câmbio nominal	81
Gráfico 17 - Inflação dos produtos importados pelo Brasil em US\$ e em R\$	82
Gráfico 18 - Inflação acumulada em doze meses do IPCA e dos bens comercializáveis, não comercializáveis e monitorados, Jul/2000 a Dez/2009. Em % a.a.	83
Gráfico 19 - Pagamento com juros da dívida (% do PIB), 2010.....	86
Gráfico 20 - Regressão Linear. Coeficiente de Gini = f (Impostos diretos).....	87
Gráfico 21 - Preço do petróleo Tipo Brent (US\$/Barril), 1980 - 2011.	89
Gráfico 22 - Índice de Preços das Commodities, em US\$.	89

Gráfico 23 - Participação das exportações para a China no total das exportações do Brasil (%).....	90
Gráfico 24 - Desindustrialização precoce, 2010.....	95
Gráfico 25 - Parcela Salarial na Renda e Coeficiente de Gini.....	97
Gráfico 26 - Investimentos em infraestrutura em R\$ bilhões, a preços constantes de 2010.	99
Gráfico 27 - Taxa de formalização do mercado de trabalho, Brasil 2003 – 2010.....	100
Gráfico 28 - Rendimento médio Real e Salário mínimo real	101
Gráfico 29 - Taxa de Pobreza e Extrema Pobreza.....	101
Gráfico 30 - Variação acumulada da renda domiciliar per capita por décimos de renda	103
Gráfico 31 - Parcela Salarial na Renda e PIB per capita.	105

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB real per capita (%) para países selecionados...	57
Tabela 2 - Taxa de Crescimento da parcela salarial na renda nacional, 1990 – 2003, países selecionados e participação dos salários na renda total em 2003.	60
Tabela 3 - Estimativa da produtividade do capital, Brasil, 1953 – 2002.....	61
Tabela 4 - Taxa de Investimentos do setor público nos setores de infra-estrutura.....	63
Tabela 5 - Taxa de Desemprego, Brasil, Regiões Metropolitanas selecionadas e DF. ..	65
Tabela 6 - População Ocupada de 15 anos ou mais – média percentual anual	66
Tabela 7 - Capacidade Utilizada na Indústria (CUI) e Taxa de Inflação Anual (IGP-DI)	69
Tabela 8 - Dívida líquida do setor público em % do PIB, 1991 – 2003.....	70
Tabela 9 - Dívida Pública e Taxa Real de Juros de curto prazo, países selecionados....	70
Tabela 10 - Títulos públicos federais e operações de mercado aberto, 1994 – 2003.	71
Tabela 11 - Necessidade de financiamento do setor público, fluxos em doze meses, % do PIB	72
Tabela 12 - Taxa de investimento em grupo de países, 1995 – 2004 (% do PIB).	73
Tabela 13 - Balanço de Pagamentos brasileiro, 1990 – 2003.....	77
Tabela 14 - Dívida líquida do setor público, 2003 – 2010 (% PIB).....	85
Tabela 15 - Receita tributária por base de incidência, 2006 – 2010.....	86
Tabela 16 - Indicadores de Endividamento e Solvência externa, 2003 – 2010.....	88
Tabela 17 - Saldo de Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões	91
Tabela 18 - Balanço de Pagamentos do Brasil, 2003 - 2010.....	93
Tabela 19 - Desequilíbrios de fluxos e estoques, 2003 – 2010.	94
Tabela 20 - Taxa de lucro, Produtividade do capital e Wage Share. Brasil, 1992 – 2008	98
Tabela 21 - Composição do PIB, Brasil, 2003 – 2010.	99
Tabela 22 - Resultado do Governo Central em % do PIB, 2003 – 2010.....	102

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABDIB Associação Brasileira de Infraestrutura e Indústrias de Base

AMECO Annual Macro-Economic database of the European Commission

BACEN Banco Central do Brasil

CEPAL Comissão Econômica para América Latina e Caribe

DIEESE Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

FMI Fundo Monetário Internacional

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IEDI Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial

IGP-M Índice Geral de Preços do Mercado

IPCA Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo

IPEA Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas

MDIC Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MERCOSUL Mercado Comum do Sul

PED Pesquisa de Emprego e Desemprego

PME Pesquisa Mensal de Emprego

PIB Produto Interno Bruto

OCDE Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

SECEX Serviços de Comércio Exterior

UNCDB United Nations Common Database

SUMÁRIO

LISTA DE GRÁFICOS

LISTA DE TABELAS

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RESUMO

1 INTRODUÇÃO.....	15
2 O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL COMO NORMA EM ECONOMIAS CAPITALISTAS.....	18
2.1 MARX E O PROGRESSO TÉCNICO	20
2.1.1 Acumulação de capital e Salários.....	20
2.1.2 Os ciclos econômicos	24
2.1.3 A tendência de queda da taxa de lucro.....	29
2.1.4 O padrão de convergência ao estilo clássico-marxista	35
2.2 DEMANDA EFETIVA E DISTRIBUIÇÃO EM KALECKI	38
2.2.1 A Determinação dos lucros e o Princípio da Demanda e Efetiva	38
2.2.2 A formação de preços sob concorrência imperfeita e os determinantes da parcela salarial na renda	42
2.2.3 Distribuição e determinação do nível de renda	45
2.2.4 Os ciclos e o crescimento a longo prazo de economias capitalistas.....	48
3 A ECONOMIA BRASILEIRA SOB INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NO PERÍODO 1990 – 2003.....	52
3.1 AS REFORMAS NEOLIBERAIS E A SUA IDEIA	53
3.2 OS DETERMINANTES DA APÁTICA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL	59
3.3 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA MACROECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO	68
4 A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2003 – 2010: ENTRE O CONSERVADORISMO MACROECONÔMICO E A AGRESSIVIDADE DISTRIBUTIVA.....	78
4.1 INFLAÇÃO, CÂMBIO E POLÍTICA FISCAL	79
4.2 CRESCIMENTO E RESTRIÇÃO EXTERNA	88
4.3 DISTRIBUIÇÃO E MERCADO DOMÉSTICO	97
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	112

1. INTRODUÇÃO

Nas obras dos grandes economistas políticos do Brasil como, por exemplo, em Caio Prado Júnior [1942]; Ignácio Rangel [1957] e Celso Furtado [1959], a preocupação com a acumulação de capital no desenvolvimento econômico do país já se fazia presente. A inquietação em prol de uma distribuição mais equânime de riquezas, de modo análogo, também já era destaque, tanto entre estes últimos autores, quanto entre os pioneiros sobre as interpretações do Brasil – indo desde, Gilberto Freyre [1933] e Sérgio Buarque de Holanda [1936] a Raymundo Faoro [1958] e Florestan Fernandes [1973]. De um modo geral, é possível dizer que, no universo de economias capitalistas, uma sólida articulação entre estas duas variáveis representa um projeto de soberania nacional e de desenvolvimento, a depender, em menor ou maior grau, do poder político e econômico das classes aí inseridas.

Ao longo do Século XX, neste sentido, muitas transformações se fizeram notar na sociedade brasileira. Estas mudanças, por sua vez, ainda que de forma conservadora, permitem que o Brasil seja classificado como moderno. De fato, o país apresenta, hoje, queda da taxa de mortalidade e queda da taxa de fecundidade, e se depara com uma população predominantemente urbana, ocupada em grande parte no setor de serviços, assim como as sociedades pós-industriais. Esta realidade, em suma, significa que o país já atravessou certos estágios de desenvolvimento econômico e, por consequência, expõe problemas e questões relacionados não mais a países pobres, mas sim àqueles de renda média. Dito em outras palavras, o desafio brasileiro não está mais em “ascender na Curva de Kuznets, mas sim em *como descer*”¹.

Posto isto, é possível afirmar que esta dissertação tem como objetivo geral fazer uma avaliação crítica da economia brasileira em suas últimas duas décadas, com particular atenção à relação capital-trabalho. Como pressuposto metodológico, vale dizer, considera-se que a economia nacional é parte integrante do sistema produtivo mundial, que influi de forma importante e desigual sobre ela. E por conta disso se exhibe uma análise sucinta, no decorrer do trabalho, acerca das manifestações e características

¹ A curva de Kuznets demonstra, em uma representação gráfica, a hipótese de Simon Kuznets de que à medida que um país se desenvolve existe uma tendência, em um primeiro momento, a aumentar sua desigualdade econômica, para depois diminuí-la ao ser atingido certo nível de renda média. Ou seja, a curva apresenta, a partir de evidência empírica, o formato de um U invertido entre Desigualdade no eixo das ordenadas e Renda per capita no eixo das abscissas (KUZNETS, 1955).

do capitalismo contemporâneo, expresso em políticas, seja de cunho pragmático ou ideológico, neoliberais. Ao se estabelecer esta dialética entre as partes e o todo, analisa-se, em adição, a vulnerabilidade externa do Brasil, até mesmo porque esta restrição, característica de economias periféricas, interfere no próprio processo de acumulação e, conseqüentemente, no mercado de trabalho e em sua distribuição.

Como referencial teórico, fez-se a opção pelo arcabouço Marxiano e Kaleckiano por diversas razões. Em primeiro lugar, pela explícita constatação, de ambos, do caráter cíclico e instável do capitalismo, e sua incapacidade, via de regra ou como fato estilizado (a depender do autor), de agregar todos os recursos humanos e mecânicos em sua dinâmica. Ao se optar por essa literatura, ademais, afasta-se a crença, existente em outras correntes econômicas, de uma convergência automática de taxas de crescimento entre os países, e se realça a importância de políticas induzidas por um Estado Desenvolvimentista que se proponha a elevar o investimento produtivo como condição necessária, ainda que não o suficiente, para realizar o *catch-up* tecnológico. Esta ponderação é valiosa, sobretudo, quando se tem em mente a principal característica de economias em desenvolvimento, isto é, o excedente estrutural de mão de obra.

Em paralelo ao objetivo geral, a dissertação apresenta três objetivos específicos, a saber:

- (i) Elaborar uma revisão da literatura marxista, destacando as categorias que ajudem a compreender as seguintes variáveis da conjuntura macroeconômica brasileira recente: a produtividade do trabalho e do capital; a taxa de lucro e a própria acumulação de capital; a participação dos salários na renda nacional e a evolução do emprego formal;
- (ii) Verificar o comportamento, bem como a interconexão, entre a política monetária, a taxa de câmbio e a inflação no período compreendido entre 1990 e 2010 na economia brasileira e o modo como este encadeamento pode ter influenciado as variáveis expostas no item (i) e;
- (iii) Investigar as principais transformações quanto ao crescimento econômico do Brasil entre 2003 e 2010, averiguando em que medida estes pontos de mudança podem ser relacionados às ideias Kaleckianas.

Afora esta breve introdução, a dissertação se divide em quatro partes: o capítulo dois, de teor teórico, denominado “*O desenvolvimento desigual como norma em*

economias capitalistas”; o capítulo três, intitulado “*A economia brasileira sob influência neoliberal no período 1990-2003*”, o capítulo quatro designado “*A trajetória da economia brasileira no período 2003-2010: entre o conservadorismo macroeconômico e a agressividade distributiva*” e, por fim, algumas considerações finais a respeito do trabalho como um todo. Após estas conclusões, além disso, é possível visualizar as referências bibliográficas que deram suporte ao conjunto da obra.

2. O DESENVOLVIMENTO DESIGUAL COMO NORMA EM ECONOMIAS CAPITALISTAS

Ao longo das décadas, a experiência histórica tem deixado claro que o desenvolvimento desigual se trata de uma norma em economias capitalistas. Isto significa, por sua vez, que sociedades, países e regiões se desenvolvem com ritmos diferentes, de maneira tal que uma tendência à convergência automática, em termos de, por exemplo, crescimento da renda per capita, não possa ser estabelecida *a priori*. Neste sentido, entender e analisar as forças propulsoras que determinam estas diferenças de ritmos de desenvolvimento se impõe como tarefa primordial para, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, acelerar o processo histórico de superação do subdesenvolvimento brasileiro.

Posto isto, é possível afirmar que este capítulo tem como objetivo destacar alguns elementos importantes nas trajetórias de desenvolvimento econômico de economias capitalistas. A complexidade do tema, todavia, não permite que se abarquem todos os pontos relevantes a análise, sobretudo, por questões de espaço e generalização. Sendo assim, desde logo se assume a ênfase na relação acumulação de capital fixo produtivo – salários e ao caráter cíclico que estas variáveis conferem à dinâmica econômica capitalista. A ausência de um tratamento especial a fenômenos empiricamente fundamentais nas trajetórias de *catching up* de alguns países – notadamente, a reforma agrária e os avanços institucionais e educacionais – portanto, não permite dizer que se tratem de questões menos importantes, mas apenas salienta a limitação do capítulo diante da multidimensionalidade do desenvolvimento.

Não se pretende, por outro lado, ao focar o investimento, reduzir a interpretação a um pretenso “economicismo”, tendo em vista que da perspectiva metodológica é impossível, ou melhor, irrealista, isolar as condições econômicas das políticas. O desenvolvimento econômico, deve ser lembrado, se caracteriza por ser, em última instância, um processo muito menos técnico do que político. E o próprio passado recente brasileiro demonstra, neste particular, que a mera industrialização pode não representar ganhos expressivos para a grande maioria da população. Ou seja, o simples crescimento econômico não necessariamente se traduz numa diminuição do grau de dependência nacional, e mesmo a expressão “interesse nacional” deve ser lida com cautela, pois, como afirma Francisco de Oliveira (1981, p.9), “*a sorte das partes não*

pode ser reduzida ao comportamento do todo”. Este cuidado com o quesito distributivo é oportuno, não apenas do ponto de vista ético e moral, mas também, como será visto mais adiante, pelo desempenho do crescimento da renda total – dadas algumas especificidades como, por exemplo, capacidade ociosa e intensidade do aumento salarial.

Assim, embora em economias capitalistas haja, *no limite*, um *trade-off* entre elevação salarial e acumulação de capital, este capítulo, ao expor os argumentos de Marx e Kalecki, tentará explicitar a possibilidade de uma elevação da participação do trabalho na renda nacional sem que isso interrompa o processo de acumulação de capital. O detalhamento de tal hipótese, por sua vez, deixará evidente a essencialidade do papel do Estado neste processo, e será vital para entender, nos capítulos subsequentes, a evolução do *gap* tecnológico e distributivo entre o Brasil e os países avançados ao longo das últimas duas décadas.

2.1 MARX E O PROGRESSO TÉCNICO

2.1.1 Acumulação de capital e Salários

A força motriz do capitalismo, para Marx, é o lucro. Esta busca incessante por lucros, por sua vez, se traduz no processo de acumulação de capital - uma necessidade peculiar a cada capitalista neste modo de produção. O impulso a acumular riqueza material para Marx, no entanto, embora seja o imperativo mais importante da sociedade capitalista, de nada tem a ver com a ascensão de uma ética protestante da parcimônia e da austeridade, como, por exemplo, esboçava Max Weber. A acumulação, além disso, tampouco representa o resultado da abstinência por parte de quem busca satisfazer uma preferência subjetiva pelo consumo futuro às expensas do consumo presente, como pretende a economia neoclássica, baseada na teoria da utilidade. Para Marx (1983, p.129), deve ficar claro, um dos aspectos essenciais do capital é o de que ele tem que ser acumulado, independentemente das preferências subjetivas ou das convicções religiosas dos capitalistas tomadas individualmente². Uma vez realizada a acumulação inicial de capital, a ânsia de acumular mais capital torna-se, então, uma questão de sobrevivência, já que o prestígio social do capitalista e o seu poder político e econômico dependem do volume de capital controlado.

Dito isto, é possível afirmar que o circuito do capital industrial³ tem início com o capital-dinheiro e pode ser visualizado da seguinte maneira: $D - M \dots P \dots M' - D'$. Através do capital-dinheiro, D, o capitalista compra meios de produção (máquinas, equipamentos e matérias-primas) e força de trabalho, para reuni-los no processo de

² No capítulo XXIV do “Capital, Marx (1983a) desenvolve o termo acumulação primitiva para designar o processo histórico real através do qual a classe operária sem propriedades e a classe capitalista foram criadas. Ao contrário da escola liberal clássica a qual afirmava que o capital era criado pela abstinência, como fonte original da acumulação, Marx dizia que a abstinência só poderia levar a acumulação do capital se já existissem relações capitalistas de produção. Sendo assim, as origens do capitalismo encontravam-se na transformação das relações de produção, principalmente no campo, e para essa mudança desempenharam, de fato, papel fundamental a conquista, a escravização, o roubo, o assassinato e etc. Portanto, medidas pouco civilizadas, muitas vezes utilizando-se da violência, foram fundamentais, como, por exemplo, no regime de cercamentos dos campos, na expulsão das populações agrárias, nas colônias, nas cruzadas de extermínio, na escravização e sepultamento da população aborígine nas minas, no saque das índias orientais e na transformação da África em campo de caça de escravos.

³ Embora o capital mercantil (o capital dos comerciantes, transacionado com as mercadorias, na qual se compra para vender mais caro) dependa do capital industrial para retirada de lucros, ele historicamente surgiu antes deste último, dado que o comércio e os saques foram fundamentais para a determinação das relações sociais capitalistas durante a acumulação primitiva. Ver Marx (1983a, capítulo XXIV, em especial parte 6, gênese do capitalista industrial).

produção (capital produtivo). O produto resultante deste processo tem a ele incorporado a mais-valia, e representa para o capitalista o capital-mercadoria, M' .

O fato desta mercadoria, produzida pelos trabalhadores, poder ser vendida por um valor maior do que o valor total dos elementos incorporados em sua elaboração é explicado, por Marx (1983b, p.28), pela mercadoria força de trabalho. Esta mercadoria, comprada e vendida por salários, possibilita aos capitalistas, através do trabalho excedente, explorar os trabalhadores e extrair a mais-valia.

Entretanto para se concluir o ciclo e se voltar à forma dinheiro (expandido quantitativamente, D'), a mercadoria produzida deve ser vendida. Daí sim, tem-se que $D' = D + \Delta D$, sendo a ΔD justamente a realização da mais-valia, o lucro.

Este circuito do capital deve, necessariamente, se reproduzir incessantemente para que o sistema capitalista continue em rotação. Em verdade, a acumulação capitalista requer a valorização do capital, o que, por sua vez, significa incremento do capital adiantado mediante produção de mais-valia. Do ponto de vista microeconômico, o mecanismo que exerce essa pressão é a concorrência, que elimina as empresas estacionárias. Neste sentido, cada capitalista particular, na procura por inovações tecnológicas que reduzam seus custos de produção (a preços e salários correntes) e proporcionem um “super-lucro” (um lucro inicial maior do que em média os concorrentes adquirem), acaba determinando o progresso técnico poupador de trabalho (e intensivo em capital) como uma força endógena ao sistema⁴. Assim, o aumento da produtividade social do trabalho, resultado do acúmulo de inovações técnicas, acaba por diminuir o valor dos bens de consumo nos quais se traduz o valor da força de trabalho, exigindo menos tempo de trabalho para a reprodução desta última. Ou seja, sem alterar o tempo e a intensidade da jornada de trabalho, altera-se a relação entre seus componentes: se diminui o tempo de trabalho necessário, deve crescer, em contrapartida, o tempo de trabalho excedente. Óbvio é o fato de que a partir do momento em que esta técnica nova (a qual proporciona uma maior produtividade do trabalho) se difunda, as vantagens do capitalista em questão se diluem (DUMÉNYL & FOLEY, 2006).

⁴ Nos primórdios do regime capitalista, quando as inovações técnicas avançavam com lentidão, o aumento da quantidade de mais-valia por operário ocupado se dava, sobretudo, pela criação de mais-valia absoluta, isto é, pelo prolongamento da jornada de trabalho e/ou pela intensificação das tarefas, de modo que o tempo de trabalho excedente (criador de mais-valia) aumentasse, ao passo que o tempo de trabalho necessário (criador do valor do salário) permanecesse igual. A característica mais essencial do moderno modo de produção capitalista, no entanto, não passa pela criação de mais-valia absoluta, mas sim pela criação de mais-valia relativa, expressa no aumento da produtividade do trabalho.

Uma condição favorável aos trabalhadores se dá, momentaneamente, no que Marx (1983a, p. 191) chamou de acumulação extensiva. Em outras palavras, trata-se do período em que o avanço da acumulação, com certa tecnologia e composição orgânica do capital constante, permite uma demanda crescente da força de trabalho, favorecendo uma elevação dos salários. Tal situação, entretanto, é passageira, pois a elevação dos salários provoca uma reação dos capitalistas em direção à intensificação do grau de mecanização, o que serve para acentuar o desemprego tecnológico e para restabelecer uma superpopulação relativa flutuante ou exército industrial de reserva na proporção suficiente para frear o crescimento dos salários e permitir o prosseguimento da acumulação. Nas palavras de Marx:

A lei da acumulação capitalista, mistificada em lei da Natureza, expressa, portanto, de fato apenas que sua natureza exclui todo decréscimo no grau de exploração do trabalho ou toda elevação do preço do trabalho que poderia ameaçar seriamente a reprodução continuada da relação capital e sua reprodução em escala sempre ampliada. Nem poderia ser diferente num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de valorização de valores existentes, ao invés de a riqueza objetiva existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador (MARX, 1983a, p.193).

Do exposto segue que o exército industrial de reserva se caracteriza por ser um elemento intrínseco à dinâmica capitalista, funcionando, desta forma, como regulador do nível geral de salários, i.e. impedindo que ele se eleve acima do valor da força de trabalho ou, se possível e de preferência, situando-o abaixo desse valor. *“Grosso modo, os movimentos gerais do salário são exclusivamente regulados pela expansão e contração do exército industrial de reserva, que correspondem à mudança periódica do ciclo industrial. Não são, portanto, determinados pelo movimento do número absoluto da população trabalhadora, mas pela proporção variável em que a classe trabalhadora se divide em exército ativo e exército de reserva, pelo acréscimo e decréscimo da dimensão relativa da superpopulação, pelo grau em que ela é ora absorvida, ora liberada”* (MARX, 1983a, p.204).

De acordo com Marx (1983a, p.210), a lei geral da acumulação capitalista faz com que num pólo se tenha uma massa cada vez maior de riquezas à disposição do capital, enquanto que no pólo oposto se tenha um aumento da miséria das massas trabalhadoras. Tal lei tem propiciado calorosas discussões entre marxistas, e entre os não marxistas tem sido apresentada como contestação à sua teoria. O fato é que muitos estudiosos interpretaram esta lei no sentido de uma pauperização absoluta por parte dos trabalhadores, inclusive sob o aspecto dos salários reais, que tenderiam a ser cada vez

mais baixos – até o nível mínimo da subsistência física (algo empiricamente não comprovado). Como explica Jacob Gorender (1983, p.XLVII), todavia, o entendimento de Marx acerca da acentuação da miséria dos trabalhadores tem um enfoque mais abrangente, que não se limita apenas aos operários regularmente empregados e aos seus salários reais. Nesta questão, por conseguinte, devem ser incluídos à análise os “tormentos do trabalho” (expressos na condição do ser humano de mero apêndice da máquina), bem como a situação de existência de uma massa crescente de operários desempregados, cujos tormentos decorrem, não do trabalho na empresa capitalista, porém da falta dele. Nas palavras de Marx (1983a, p.210), portanto, “*à medida que se acumula capital, a situação do trabalhador, qualquer que seja seu pagamento, alto ou baixo, tem de piorar*”. Belluzzo esclarece possíveis desentendimentos:

O progresso técnico opera em dois sentidos: impedindo o crescimento dos salários mediante a manutenção de uma taxa de desemprego relativo requerida pelo processo de acumulação e aumentando a produtividade por trabalhador ocupado. O aumento de produtividade permite um crescimento *absoluto* dos salários reais, na medida em que reduz o tempo de trabalho socialmente necessário para a produção das mercadorias que fazem parte do custo de reprodução da mão-de-obra. Isso não impede, porém, o declínio da participação dos salários na renda global. [...] Marx não possui, na verdade, uma teoria estrita da determinação dos salários. Estabelece, apenas, o limite inferior pelo custo histórico de reprodução da mão-de-obra e o limite superior, representado pelas exigências de prosseguimento da acumulação. Fixados esses limites, a participação dos salários na renda crescente vai depender do poder do capital, de um lado, e da capacidade de resistência dos trabalhadores, de outro. Com essas restrições, é legítima a introdução do poder de barganha, como hipótese aditiva, para explicar a evolução das participações relativas (BELLUZZO, 1978, p.28-29).

No arcabouço de Marx, por tais razões, não está proibida a possibilidade de aumento dos salários reais – muito pelo contrário, já que Marx intuiu a elevação dos salários reais como tendência provável. Vale lembrar, não obstante, que o incremento dos salários se dá em proporção decrescente da acumulação total. Isto significa que existe uma tendência inerente no capitalismo de expandir a oferta mais rapidamente do que a demanda. A expansão irrestrita do produto, da mais-valia e do capital, neste sentido, resulta numa restrição do consumo, de modo que a sua taxa de crescimento decline relativamente à taxa de crescimento dos meios de produção (COURI, 2001). Tal fenômeno propicia à economia um caráter cíclico, seja pela irrealização do excedente, ou também por uma desproporcionalidade no crescimento dos vários ramos da produção, tema a ser tratado no próximo tópico.

2.1.2 Os ciclos econômicos

De acordo com Marx, a reprodução do capital tem natureza cíclica. Tal característica decorre do impulso do capital em valorizar-se, o que o faz entrar em colisão, periodicamente, com as barreiras que a própria valorização cria para o desenvolvimento das forças produtivas. Sendo assim, ultrapassada a fase de crise, cada ciclo se renova, por exemplo, através de fases sucessivas de depressão, reanimação e auge, que desemboca na crise seguinte, a partir da qual se origina novo ciclo.

Diversos obstáculos, conseqüentemente, se põem a uma reprodução fluente e desimpedida do capital⁵. Já no próprio processo de circulação, de fato, a necessidade de realizar a produção de mais-valia em termos monetários por meio das vendas, pode provocar desequilíbrios, tendo em vista que a venda e a sucessiva compra de mercadorias se dão em momentos diferentes ou simplesmente deixam de se efetuar. A aparição do dinheiro nesse circuito provoca, portanto, a fratura do intercâmbio nos atos de compra e venda. Assim, Marx (1983, p.99-100), ao rejeitar a lei de Say (a oferta, no agregado, cria sua própria demanda) assinala:

Nada pode ser mais ridículo que o dogma de que a circulação de mercadorias condiciona um equilíbrio necessário entre as vendas e compras, porque cada venda é compra e vice-versa. [...] Ninguém pode vender, sem que outro compre. Mas ninguém precisa comprar imediatamente apenas por ter vendido. A circulação rompe as limitações temporais, locais e individuais do intercâmbio de produtos precisamente porque parte a identidade imediata que existe aqui entre a alienação do próprio produto de trabalho e a aquisição do alheio, na antítese entre venda e compra.

Paralelamente, um aspecto primordial do movimento cíclico abordado por Marx, refere-se à desproporcionalidade do crescimento entre os Departamentos I (produtor de bens de produção) e o II (produtor de bens de consumo). Tal ocorrência é particularmente importante quando se leva em consideração a exploração dos trabalhadores, o que rebaixa o nível de consumo das massas ou impede sua elevação nas proporções de uma demanda solvente compatível com a ampliação da oferta. Assim, no argumento subconsumista, por exemplo, ao se restringir o emprego (e conservar o exército industrial de reserva) bem como os salários reais, os capitalistas colocam um freio definitivo na capacidade do setor II de vender seus produtos.

⁵ Dentre estes obstáculos é possível citar: as diferenças dos tempos de rotação entre os capitais individuais dos diversos ramos industriais e entre o capital fixo e o capital circulante na composição de cada capital individual; da prática de entesouramento, fruto de características objetivas da reprodução ou de expectativas subjetivas dos capitalistas e etc.

Marx, por outro lado, embora não tenha utilizado o termo crise de subconsumo, fala numa desproporção de setores, isto é, uma desproporção do consumo dos capitalistas em relação à acumulação. A reposição dos capitais investidos na produção depende: (i) do consumo de classes não produtivas e (ii) do consumo dos trabalhadores (que está atrelado ao seu salário, e ao fato de, apenas serem eles empregados, enquanto puderem gerar lucro ao capitalista). Marx (1983d, p.24): *“A razão última de todas as crises reais é sempre a pobreza e a restrição ao consumo das massas em face do impulso da produção capitalista a desenvolver as forças produtivas como se apenas a capacidade absoluta de consumo da sociedade constituísse seu limite”*.

No capítulo XXI do segundo livro de O Capital, entretanto, Marx estabelece uma dificuldade a qualquer tentativa de criar uma teoria marxista da crise ao demonstrar a possibilidade de uma expansão constante, sem crises, do capitalismo. Como se pode notar no capítulo em questão, o esquema de reprodução ampliada proposto por Marx permite um crescimento equilibrado entre os dois setores – setor de bens de produção e de bens de salário – e mostra que as exigências mútuas dos dois setores, de seus respectivos produtos, poderiam sustentar quase que indefinidamente uma acumulação constante. Por tais razões Gorender ressalta:

De tudo isso não se segue que a reprodução do capital social total seja impossível, mesmo nas condições de sistema fechado, que é o pressuposto permanente da construção teórica marxiana, entrando o comércio exterior como fator contingente. Da argumentação marxiana decorre tão somente que a efetivação da reprodução do capital social total não se dá em estado de equilíbrio. Este estado é apenas uma tendência atuante em meio a inumeráveis e incessantes desequilíbrios, cuja autocorreção pelo mercado não impede que prevaleça a acentuação da desproporcionalidade e a superacumulação de capital em face da demanda solvente (o mesmo que demanda efetiva, na terminologia keynesiana). Situação que, no ápice, desemboca e se resolve na crise cíclica (GORENDER, 1983, p. LVIII).

Os esquemas marxianos de reprodução do capital social total, todavia, já no final do século XIX não deixaram de resultar em intensos debates no campo marxista acerca de uma possível tendência no capitalismo à estagnação. Tugan-Baranovsky, por exemplo, contestou veementemente a hipótese de que o capitalismo não poderia se desenvolver a perder de vista, salvo de crises econômicas, caso fossem cumpridos os requisitos da proporcionalidade da reprodução. Segundo Tugan, bem como Lênin e outros autores russos, o erro básico dos “subconsumistas”, ao afirmar que um capitalismo auto-expansivo era impossível, estava em imaginar que mesmo sob o

capitalismo o consumo era o objetivo da produção⁶. Para eles, o capitalismo produzia para lucrar e não para consumir. Ou seja, o subconsumo não era um problema intrínseco, dado que a produção motivada pelo lucro era inteiramente capaz de gerar seus próprios mercados internos. Tugan-Baranowsky, em particular, sustentava que o capitalismo seria totalmente independente do consumo caso os departamentos I e II crescessem um em relação ao outro nas devidas proporções. Em virtude da anarquia da produção capitalista, entretanto, tal correspondência de proporcionalidade seria mera questão de sorte, e, portanto, a natureza de erros e tentativas da produção capitalista daria origem a grandes desequilíbrios capazes de interromper a reprodução e desencadear uma crise⁷.

Rosa Luxemburg, por sua vez, se opôs completamente ao reformismo que a teoria da desproporcionalidade parecia gerar. A autora estava ciente de que Marx demonstrara claramente a possibilidade abstrata da reprodução ampliada. No entanto, segundo Luxemburg, isto seria, em realidade, impossível, visto que do ponto de vista social, o comportamento capitalista requerido não faria sentido. A autora coloca a questão da seguinte forma: imagine-se que, no final do ciclo de produção, o produto social total seja colocado num depósito. Neste ponto, chegam os capitalistas e retiram uma porção do produto total para repor os bens de produção usados no último ciclo, e chegam os trabalhadores e retiram os seus meios de consumo. Resta o produto excedente, do qual os capitalistas retiram uma parte para seu consumo pessoal. Luxemburg, agora, se pergunta: de onde vêm os compradores para o restante do produto? Se Marx tem razão, argumenta ela, então é a classe capitalista que compra de volta o resto do produto para investi-lo, expandindo assim a capacidade produtiva. Mas isso não faz sentido algum, pois “quem são esses novos consumidores em benefício dos quais a produção é cada vez mais ampliada?”. Mesmo que os capitalistas façam o que Marx diz que eles farão, no próximo período, a capacidade produtiva estará ainda maior, assim como o hiato a ser preenchido, e, portanto, o problema estará mais intratável

⁶ De acordo com Shaikh (1978), o princípio básico da teoria do subconsumo diz que a demanda de bens de consumo e de serviços determina não somente o nível da produção do departamento II (bens de consumo), mas também o do departamento I (bens de produção). O produto nas indústrias de bens de produção está basicamente regulado pelos requisitos de insumos nas indústrias de bens de consumo; ou seja, a demanda dos bens de produção é “derivada” da demanda dos bens de consumo.

⁷ Mais tarde, tanto Tugan-Baranowsky quanto Hilferding, argumentaram que, já que era a “anarquia do capitalismo” que conduzia às crises, o planejamento eliminá-las-ia. E, deste modo, nas palavras de Hilferding “o capitalismo organizado”, através da via parlamentar para controle do Estado, seria a solução.

ainda. Por tais razões, Luxemburg afirma que a acumulação capitalista requer uma classe de compradores que estejam fora da sociedade capitalista e que continuamente comprem mais do que vendam para ela⁸.

Críticos ao argumento de Rosa não faltaram. Anwar Shaikh (1978), em especial, a critica por não diferenciar os tipos de circuitos, envolvendo compra e venda, destacados por Marx: $M - D - M$ e $D - M - D'$. No primeiro, o objetivo é o consumo, mas no segundo, a expansão do capital. De acordo com Shaikh, Rosa Luxemburg estaria negligenciando o fato de ser este último o circuito dominante e regulador da produção capitalista. Meghnad Desai, por outro ângulo, expõe o argumento de Luxemburg de maneira interessante:

Há numerosas objeções, tanto teóricas quanto factuais, a essa argumentação tão simples. Vamos seguir, primeiro, o caminho teórico. Afirmou-se que os capitalistas não se importavam com aquilo que produziam e com quem comprava a sua produção, desde que esta fosse vendida. Assim, se fosse possível manter a demanda de bens de capital, a expansão do setor I poderia compensar a deficiência e deixar margem suficiente para que o setor II vendesse seus produtos. Era essa, afinal de contas, a mensagem essencial do esquema de Marx. Mas Rosa Luxemburg, tantas vezes classificada, de modo errôneo, como subconsumista, questionou o fundamento dessa demanda crescente de bens de produção. Obviamente, a demanda de bens de produção não é limitada pela pobreza dos trabalhadores, nem pela capacidade dos seres humanos de absorver os bens de consumo. Há, porém, uma limitação direta na demanda de bens de produção ou máquinas: a perspectiva dos lucros a serem obtidos com a sua utilização. As máquinas podem produzir outras máquinas ou bens de salário, mas, no final de contas, todas as máquinas, direta ou indiretamente, produzem bens de consumo, de modo que, se há um freio à demanda total de bens de salário por força da necessidade de aliviar a pressão sobre os lucros, certamente a compra de máquinas não poderá ser eternamente lucrativa (DESAI, 1988, p.367).

Não obstante esta intrincada polêmica, é possível afirmar que Marx recusou a ideia de que a crise cíclica se desencadeasse por efeito da insuficiência de demanda solvente. Para ele, na fase de auge, que antecederia a crise, a demanda por trabalho e os salários estariam no patamar mais elevado possível - dentro das especificidades do capitalismo - e, por consequência, a crise não se seguiria a uma queda do consumo, mas

⁸ Ou seja, o comércio entre as esferas capitalistas e não-capitalistas seria uma necessidade primordial para a existência histórica do capitalismo; e o imperialismo surgiria quando as nações capitalistas lutassem pelo controle de todas essas fontes importantes de demanda efetiva. Além disso, à medida que a internacionalização do capital ao redor do globo diminuísse o espaço não-capitalista, diminuiria a fonte primordial de acumulação. Em consequência, a tendência às crises aumentaria e a competição entre as nações capitalistas pelas áreas não-capitalistas restantes se intensificaria. As crises mundiais, guerras e revoluções, de acordo com Rosa Luxemburg, seriam o produto inevitável deste processo.

justamente o contrário, isto é, à sua elevação. Acontece que a acumulação extensiva, com salários em alta e composição orgânica do capital constante, acaba por enfraquecer a taxa de mais-valia, e, por conseguinte, a taxa de lucro, o que serve para frear o processo de acumulação de capital. Assim, como esta elevação conjuntural dos salários resulta da prévia superacumulação de capital, esta última traz consigo a acentuação da desproporcionalidade entre os dois departamentos da produção social e a superprodução de mercadorias postas à venda, gerando, então, insuficiência de demanda e crise de realização. A insuficiência de demanda constitui-se, deste modo, não em causa, mas, primordialmente, em consequência da superprodução de capital.

É de se verificar, portanto, que Marx, na exposição de seu livro “O Capital”, analisa o processo de acumulação não como algo harmonioso, mas do contrário, conturbado por ciclos econômicos. O seu desenvolvimento conduz os movimentos do capitalismo, e tem como consequência (além da tendência declinante da taxa de lucro e da alienação do trabalhador) desequilíbrios, com possíveis crises setoriais, e concentração econômica.

Com o desenrolar da acumulação, a saber, origina-se a concentração dos capitais (e o próprio significado de acumulação confunde-se com o da concentração dos capitais), acumulando-se as riquezas da sociedade nas mãos de certos capitais individuais, com o aumento dos meios de produção e com o aumento do comando sobre o trabalho. Entretanto, paradoxalmente, como afirma Marx (1983a, p.196): “*o crescimento dos capitais em funcionamento é entrecruzado pela constituição de novos capitais e pela fragmentação de capitais antigos*”. Assim, sobretudo em fases de crise e depressão do ciclo econômico, observa-se a centralização de capitais (concentração da propriedade dos capitais) por meio da concorrência e de um avançado sistema de crédito⁹.

⁹ Nesta fase o capital não necessariamente se acumula na sociedade, mas apenas é redistribuído. Marx (1983c, p.334) argumenta: “*O sucesso e o insucesso levam aqui simultaneamente à centralização dos capitais e, portanto, à expropriação na escala mais alta. A expropriação estende-se aqui dos produtores diretos até os próprios capitalistas pequenos e médios. Essa expropriação constitui o ponto de partida do modo de produção capitalista; sua realização é seu objetivo; trata-se em última instância de expropriar todos os indivíduos de seus meios de produção...*”. Cabe assinalar, portanto, que o movimento descrito por Marx *induz* à seguinte situação: as maiores empresas acabam incorporando as menores por meio de fusões e aquisições, sendo o limite teórico disto caracterizado pelo monopólio. Entretanto, capitalismo monopolista não faz parte da análise de Marx. A concepção marxiana, embora em nada se assemelhe à concorrência perfeita, postulado da escola neoclássica, assegura que a condição suficiente da concorrência consiste na generalidade de plantas de dimensões acessíveis a numerosos capitais nos vários ramos da produção, de modo a possibilitar sua mobilidade entre esses ramos. A partir de uma tecnologia básica também difundida e acessível, o tamanho da planta, convém ressaltar, não constituiria uma barreira à entrada que impedisse a concorrência, visto

Do exposto, pode-se argumentar, por fim, que as crises cíclicas têm por função restabelecer o equilíbrio do sistema capitalista. Este equilíbrio momentâneo, contudo, só se realiza em virtude da devastação das forças produtivas até então acumuladas. Esta devastação, por sua vez, se manifesta em determinados fenômenos, como, por exemplo, na depreciação das mercadorias ou simplesmente na destruição dos estoques invendáveis; no surgimento de alto grau de capacidade ociosa nas empresas; na falência de muitas delas e/ou na sua aquisição por outras a preços ínfimos; na desvalorização geral do capital e, também, no desemprego maciço – que serve para reconstituir o exército industrial de reserva e inutilizar boa parte da força produtiva humana. Tais características permitem a elevação da taxa de lucro, deprimida pela conjuntura, e se traduzem nos fatores decisivos para que a economia capitalista ultrapasse a depressão subsequente à crise e atravesse, mais uma vez, as fases de reanimação e auge do ciclo econômico. Analisados os ciclos, passar-se-á, então, à investigação da tendência estrutural de decréscimo da taxa de lucro em Marx.

2.1.3 A tendência de queda da taxa de lucro

De modo geral é possível dizer que a tendência à queda da taxa de lucro tem sido amplamente aceita, desde os estudos dos economistas clássicos. A explicação para este fenômeno, contudo, tem sido variada. Adam Smith [1776], por exemplo, afirmava que em virtude da competição capitalista – expansão da oferta – os preços declinariam, bem como a taxa de lucro. David Ricardo [1817], por sua vez, cerca de 40 anos mais tarde, procurou associar a queda da taxa de lucro a uma causa natural, isto é, ao limite da fertilidade das terras cultiváveis. Para Ricardo, em decorrência da acumulação de capital e do crescimento populacional, a agricultura teria que se deslocar para terrenos cada vez menos férteis. Assim, os rendimentos da terra entrariam em decadência, aumentando os preços dos gêneros alimentícios e, provocando, por conseguinte, a

serem os monopólios casos de exceção àquela época. A própria dinâmica da concorrência capitalista, no entanto, como já fundamentado teoricamente em “O Capital”, conduziria ao monopólio. Por conseguinte, a ideia de que os monopólios poderiam ser característicos no capitalismo não tardou a ser introduzida por marxistas, como, por exemplo, Lênin e Hilferding. Depois destes, diversos autores consideraram o estágio do capitalismo de não concorrência perfeita, em seus trabalhos. Dentre os mais importantes, destacam-se: Kalecki; Burns; Braverman; Steindl e Baran & Sweezy. Foi com o trabalho conjunto destes dois últimos, por sinal, que a expressão “capitalismo monopolista” ganhou novo destaque na literatura econômica (SWEEZY, 1987; BOTTOMORE, 1988).

elevação dos salários nominais. O resultado seria, então, uma taxa de lucro deprimida e um sistema em estado estacionário.

Na visão de Marx, diferentemente, a tendência decrescente da taxa de lucro repousa num fato social, e é a expressão de sua análise sobre as forças básicas que dão origem aos ritmos de longo prazo da acumulação capitalista. Tal tendência é, portanto, a manifestação do aumento persistente da composição orgânica do capital (a proporção do capital constante, meios de produção, sobre o capital variável, força de trabalho). Nas palavras de Gorender:

A explicação marxiana acerca da queda histórica da taxa de lucro representa inferência lógica da sua teoria do valor, da mais-valia e da composição orgânica do capital. Embora a taxa de lucro seja a relação do lucro com o capital total (soma, por sua vez, do capital constante e do capital variável), o próprio lucro só é criado pelo capital variável. Assim, com a mesma taxa de mais-valia, a redução do coeficiente do capital variável no capital total teria forçosamente de importar numa queda da taxa de lucro. Ora, a tendência histórica do capitalismo consiste, precisamente, na elevação da composição orgânica, ou seja, na elevação do coeficiente do capital constante no capital global. Tal elevação expressa, de uma parte, o resultado da tendência à valorização e à acumulação, imperativa para o capital; de outra parte, expressa o crescimento da produtividade do trabalho, cujos índices principais são o aumento da massa e do valor dos meios de produção por trabalhador ocupado e a redução do valor por unidade de produto. Ao mesmo tempo, o trabalho vivo por unidade de produto representa proporção cada vez menor em confronto com o trabalho morto (correspondente à transferência do valor dos meios de produção gastos na fabricação do produto) (GORENDER, 1983, p.LXIV-LXV).

A taxa de lucro pode ser descrita, então, como segue:

$$r = m / (c + v) \quad (2.1)$$

Cada capitalista observa sua taxa de lucro pela razão entre o seu lucro (mais-valia, m) e o investimento feito, isto é o gasto em máquinas, equipamentos e matérias-primas (c , capital constante) mais o gasto em Força de Trabalho (v , capital variável). Dividindo ambas as partes por v tem-se:

$$r = (m / v) / (c / v) + 1 \quad (2.2)$$

m/v expressa a taxa de mais-valia, ou seja, o grau de exploração da força de trabalho e c/v representa a composição orgânica do capital¹⁰. Para Marx (1983c), como já dito anteriormente, no modo de produção capitalista haveria uma tendência progressiva de queda da taxa de lucro, fruto do desenvolvimento progressivo da força produtiva social do trabalho¹¹.

De uma perspectiva Marxiana, de modo análogo, é possível descrever tal taxa de lucro da seguinte maneira (DUMÉNIL & LÉVY, 2003; FOLEY & MICHL, 1999):

$$r = (m/(v+m))/((c+v)/(v+m)) \quad (2.3)$$

Sendo, $m/(v+m)$ a participação dos lucros na renda nacional e $(c+v)/(v+m)$ a relação Capital-Produto (o inverso do que poderia ser chamado de “produtividade do capital”, uma medida alternativa à composição orgânica do capital). Decompondo os determinantes da taxa de lucro a partir da equação (2.3) chega-se, então, a um efeito distributivo – o conflito capital-trabalho na renda nacional – e um efeito tecnológico, ou seja, a produtividade do setor I:

$$r = (m/(v+m))*((v+m)/(c+v)) \quad (2.4)$$

A tendência de queda da taxa de lucro tem, em Marx, caráter fundamental. Trata-se para ele, nada menos do que “*a mais importante lei da economia política moderna e lei essencial para o entendimento das relações mais intrincadas. É a lei mais importante de um ponto de vista histórico*” (MARX, 1993, p.748). Tamanha ênfase de Marx neste ponto suscitou, e suscita ainda hoje, calorosos debates e controvérsias dentro do campo Marxista.

Para Paul Sweezy (1978, 1987), por exemplo, a tendência de queda da taxa de lucro não se verificaria no atual estágio do capitalismo monopolista, mas apenas em seu estágio concorrencial. Neste último, período em que Marx fez suas análises, e que data do início do Séc. XVIII a pouco mais da metade do Séc. XIX, haveria, segundo o autor, um incremento da composição orgânica do capital, em virtude da transição da

¹⁰ Além da composição orgânica do capital (e da taxa de mais-valia) a taxa média de lucro depende do tempo de rotação do capital circulante. Como uma diminuição do tempo de rotação do capital circulante nada mais é do que uma aceleração da realização da mais-valia, tal evento provoca um aumento da taxa média de lucro (MARX, 1983c, Cap. XIII).

¹¹ É importante ressaltar que embora a taxa de lucro tenda a cair não se pode afirmar que no sistema capitalista o lucro também tenda a cair, pois o lucro total depende tanto da taxa de lucro quanto da quantidade total de capital. Em verdade, os lucros aumentam na sua massa à medida que avança a acumulação de capital, isto é, em geral, o lucro total aumenta mesmo quando a taxa de lucro declina.

manufatura para a maquinofatura, ou seja, a substituição de trabalho vivo por trabalho morto. No atual estágio monopolista do capitalismo, no entanto, o progresso tecnológico tomaria forma através de técnicas poupadoras de capital (*capital-saving*), inibindo, por consequência, o aumento de c/v e a queda da taxa de lucro. Para Sweezy, além disso, os constantes aumentos de produtividade do trabalho no capitalismo monopolista induziriam a aumentos na taxa de mais-valia capazes de eliminar os efeitos de eventuais aumentos na composição orgânica do capital. O autor sugere, então, a substituição da lei de queda tendencial da taxa de lucro pela lei da elevação do excedente¹².

Joan Robinson (1942), por sua vez, critica a exposição de Marx, por basear-se em uma taxa de exploração constante. Ou seja, sendo a taxa de exploração constante, a queda da taxa de lucro seria uma tautologia, dado o incremento de capital por trabalhador. Para a economista inglesa, tal hipótese incorreria em uma contradição dentro da análise de Marx, pois implicaria que os salários reais teriam que crescer na mesma proporção dos constantes aumentos na produtividade do trabalho, i.e. Marx só poderia demonstrar a queda tendencial da taxa de lucro abandonando sua argumentação habitual de tendência dos salários reais a manterem-se constantes, ou, então, apresentando uma teoria de tendência de aumento dos salários reais. A autora está ciente de que Marx considera a elevação da taxa de mais-valia no capítulo sobre “as causas que contrabalançam a lei”, todavia, para ela tal elevação tem eficácia limitada na explicação de Marx e, portanto, não seria capaz de suprimir a tendência de queda da taxa de lucro. Determinada situação para Joan Robinson seria um equívoco, tendo em vista que a produtividade pode crescer ilimitadamente, e se os salários reais permanecerem constantes, a taxa de exploração assim também fará¹³.

Neste intrincado debate, Yaffe (1972) parece resgatar um elemento central dentro do método de Marx para defender a queda tendencial da taxa de lucro: a contradição do capital em seu processo de reprodução, pois se, por um lado, tem-se o capital como valor em processo, valor tentando se expandir sem limites, por outro, tem-se a população trabalhadora (cada vez menor) impondo limites a essa expansão. De uma

¹² Paul Baran & Paul Sweezy (1978) qualificam o consumo de luxo, os gastos desnecessários públicos e privados (desperdício) e o armamento, dentre outros itens, como procedimentos e recursos destinados a absorver o que acreditam ser um excedente econômico crescente.

¹³ Josef Steindl (1952), de modo análogo, também aponta como uma deficiência de Marx a respeito da lei da taxa de lucro, os limites para o crescimento da taxa de mais-valia. Para o autor, entretanto, o que inibiria a queda da taxa de lucro seria o emprego de menos capital em relação a uma dada produção.

maneira esquemática tal argumento torna-se mais claro, já que o numerador da taxa de lucro é a *massa* de mais-valia, e esta é o resultado do produto entre a taxa de mais-valia e o número de trabalhadores empregados a uma dada taxa, ou seja:

Se m cresce e v tende a zero, $\text{Lim. } m/v = +\text{infinito}(\infty)$.

Mas como M (massa da mais-valia) = $(m/v) * V$.

Se m/v tende a infinito (∞) e V tende a zero, $\text{Lim } M = 0$, pois $M = \infty * 0 = 0$

A própria acumulação de capital, portanto, impõe limites a extração da mais-valia:

Existem barreiras além das quais é impossível, tendo em vista uma dada quantidade de força de trabalho, tanto aumentar o tempo de trabalho absoluto, como diminuir o tempo de trabalho necessário à reprodução da força de trabalho uma vez que cada trabalhador não pode trabalhar mais do que 24 horas por dia, assim como o tempo de trabalho necessário não pode ser menor a zero. Eis os limites naturais da extração da mais-valia. À medida em que a taxa de mais-valia se aproxima desses extremos, diminui o seu efeito neutralizador de elevação da composição orgânica do capital, e a taxa de lucro tenderá a cair (MANTEGA, 1976, p.30).

Marx associa a sua lei de queda da taxa de lucro até mesmo a uma elevação da taxa de mais-valia, mas como visto acima tal aumento apresenta limitações¹⁴. Convém ressaltar, no entanto, que esta lei para Marx, embora seja expressão característica do progresso técnico capitalista, apresenta-se apenas como uma tendência de longo prazo. Em diversas passagens do Cap. XIII e XIV do livro terceiro de “O Capital”, Marx afirma ser possível que a taxa de lucro caia por outras razões e/ou que tal queda seja temporariamente superada. *“A tendência progressiva da taxa geral de lucro a cair é, portanto, apenas uma expressão peculiar ao modo de produção capitalista para o desenvolvimento progressivo da força produtiva social de trabalho. Com isso não está dito que a taxa de lucro não possa cair transitariamente por outras razões [...]. Deve haver influências contrariantes em jogo, que cruzam e superam os efeitos da lei geral, dando-lhe apenas o caráter de uma tendência. [...] Assim, a lei só opera como tendência cujos efeitos só se manifestam de forma contundente sob determinadas*

¹⁴ É interessante destacar, de modo análogo, que uma redução da taxa de mais-valia, isto é, uma elevação da participação do trabalho na renda nacional, pode exacerbar a intrínseca tendência de queda da taxa de lucro. Para certos marxistas, nomeados de teóricos do *profit squeeze*, entretanto, o crescente poder dos trabalhadores pode ser o *fator cabal* na queda da taxa de lucro. Glyn (2006) ao explicar a crise de lucratividade dos países da OCDE nos anos 1970, por exemplo, se inclui nesta corrente. Marx (1983c, p.182), por outro ângulo, afirma: *“Nada mais absurdo do que explicar a queda da taxa de lucro a partir de uma elevação da taxa de salário, embora também isso possa excepcionalmente ser o caso”*. Para uma crítica a Andrew Glyn e aos teóricos do *profit squeeze* ver Shaikh (1978).

circunstâncias e no decorrer de períodos prolongados” (MARX, 1983c, p.164-177-181).

Dentre as contra-tendências, destacadas por Marx, que poderiam atenuar ou até mesmo aumentar a taxa de lucro durante certos prazos, é oportuno assinalar duas: (i) o barateamento dos elementos do capital constante – sejam os do capital fixo ou os do capital circulante – e (ii) o comércio exterior. A primeira decorre do crescimento da produtividade do trabalho e se traduz numa baixa (ou no estancamento) da composição orgânica do capital. Isto ocorre, pois embora a massa de meios de produção cresça em relação a uma dada força de trabalho, a elevação do valor do capital constante em relação ao capital variável pode não acompanhar a respectiva elevação de sua massa. Tal fenômeno tem apresentado bastante suporte empírico nas últimas décadas, já que a intensa renovação tecnológica a partir dos anos 1980, fruto das novas tecnologias de informação e comunicação, ao desvalorizar os equipamentos existentes em um ritmo acelerado, tem enfraquecido a elevação da composição orgânica do capital.

Já o comércio exterior, com efeito, ao possibilitar a importação de bens salariais e/ou de meios de produção baratos e a migração do capital para áreas em que a força de trabalho e/ou os recursos naturais sejam mais baratos pode contribuir para a elevação da taxa de lucro. Neste sentido, é digno de nota o papel de destaque da China, e em menor escala da Índia, neste cenário. De acordo com Minqi Li (2008), por exemplo, a taxa salarial de um trabalhador médio na China é cerca de um vigésimo daquela nos EUA, 1/16 daquela na Coreia do Sul, 1/4 daquela na Europa do Leste e a metade daquela no México ou no Brasil. Ou seja, a força de trabalho chinesa, grande em quantidade, produtiva e extremamente barata, permite aos capitalistas chineses e estrangeiros lucrarem através de sua exploração intensa – não é a toa que a China é grande receptora de Investimentos Estrangeiros.

Com base no aparato teórico exposto não fica difícil visualizar a razão dos países atrasados apresentarem taxas de lucro mais altas do que os países avançados, o que precisamente, atrai a exportação de capitais dos últimos aos primeiros. Sendo assim, passar-se-á, então, às variáveis que possibilitariam, dentro de limites capitalistas, trajetórias de *catching up* aos países subdesenvolvidos, caso do Brasil – objeto de estudo deste trabalho.

2.1.4 O padrão de convergência ao estilo clássico-marxista

O propósito deste tópico é discutir de maneira breve as principais variáveis envolvidas nas trajetórias de *catching up* ou *falling behind*, tendo em vista que economias capitalistas têm o desenvolvimento desigual como norma – umas aproximando-se dos países mais desenvolvidos e melhorando sua qualidade de vida, e outras vendo este hiato aumentar, ou simplesmente, estancar.

Do marco teórico acima, é possível inferir quatro características de longo prazo das economias capitalistas: (i) o aumento da produtividade do trabalho; (ii) a queda da produtividade do capital; (iii) a tendência de queda da taxa de lucro e (iv) a importância da acumulação de capital. A acumulação de capital fixo produtivo, vale lembrar, para diversas correntes do pensamento econômico tem papel de destaque no processo de crescimento econômico, isto é, trata-se para alguns da força motriz por trás do crescimento econômico e da geração de emprego e renda (STOCKHAMMER, 2004; AGLIETA, 2001; HARRIBEY, 2003). Em verdade, não seria exagero afirmar existirem dois fatos estilizados, dentre outros, do desenvolvimento econômico. O primeiro deles sendo a conexão entre o próprio desenvolvimento econômico e a queda da participação do emprego na agricultura, e o segundo, mais precisamente, a forte conexão entre a taxa de investimento em capital e a taxa de crescimento do produto e do produto por trabalhador (CEPAL, 2010; RODRIK, 2011; SERRANO & MEDEIROS, 2004)¹⁵.

Na tradição neoclássica de crescimento exógeno usual (Solow), entretanto, é difícil de explicar este último fato estilizado, tendo em vista a suposição de retornos marginais decrescentes da acumulação de capital. Convém ressaltar, todavia, que os retornos marginais decrescentes da acumulação de capital para a escola neoclássica não são uma hipótese tecnológica, mas sim o resultado inevitável de supor que os bens de capital adicionais vão ser combinados com uma força de trabalho plenamente

¹⁵ A pertinência dos debates acerca, por exemplo, da “nova economia” e da “economia do conhecimento e da informação” não significa que a acumulação de capital fixo produtivo tenha se tornado irrelevante. Como observa Kaldor, à medida que o capital fixo produtivo e as qualificações do trabalho sejam frequentemente complementares, e que o progresso técnico se manifeste em novas máquinas e equipamentos, a acumulação de capital se torna uma pré-condição para que as outras variáveis relacionadas com o crescimento econômico possam efetivamente atuar em suas implicações econômicas e sociais (BRUNO, 2009).

empregada¹⁶. Tal pressuposto, no entanto, como salientam Serrano & Medeiros (2004, p.246), tem pouca correspondência com a realidade:

É bastante irônico ver tantos economistas desenvolvimentistas adotando a teoria neoclássica do crescimento endógeno e suas suposições extremamente *ad hoc*, aparentemente sem perceber o quão estapafúrdio é uma teoria do crescimento, supostamente aplicável a economias em desenvolvimento, ser baseada na ideia de que a força de trabalho é um fator escasso. Parece claro, porém, ou pelo menos sempre pareceu claro tanto para os antigos economistas clássicos quanto para a tradicional literatura do desenvolvimento econômico, que economias capitalistas em geral, e economias em desenvolvimento em particular, tinham excedente estrutural de mão-de-obra. De uma perspectiva clássica, a força de trabalho em economias em desenvolvimento é qualquer coisa, exceto escassa (e também nas economias desenvolvidas, o tamanho da força de trabalho historicamente parece nunca ter sido um obstáculo importante ao crescimento de longo prazo). Meramente retirando a ideia neoclássica de escassez de trabalho imediatamente eliminamos a tendência para os retornos decrescentes da acumulação de capital, já que os bens de capital adicionados serão normalmente combinados com mais trabalho (ou trabalhadores mais produtivos). Desse modo, em uma visão clássica do crescimento, a capacidade produtiva da economia depende diretamente da taxa de acumulação do capital. Se simplesmente adicionamos as considerações smithianas sobre retornos crescentes de escala (que foi mais tarde retomada por Kaldor) podemos também facilmente explicar a conexão entre a acumulação e o crescimento do produto por trabalhador.

O trecho acima implica sustentar que não existe nenhuma razão para crer em uma convergência automática de taxas de crescimento entre os países e que, conseqüentemente, um Estado Desenvolvimentista, que se preocupe em promover a acumulação de capital, é uma condição estritamente necessária (ainda que não o suficiente) para o *catch-up*.

Neste sentido deve-se dizer que, de acordo com a tradição clássica, os determinantes da acumulação de capital são: a taxa de lucro e a taxa de investimento. Para Marx, como visto anteriormente, a mecanização motivada pela lucratividade seria o padrão de progresso técnico típico das economias capitalistas. Assim, é razoável supor que um país, dito líder, empregue uma técnica com maior produtividade do trabalho e menor produtividade do capital do que a de seus seguidores. Isto significa afirmar, por

¹⁶ Na teoria de crescimento exógeno neoclássica, a tendência para os retornos marginais decrescentes da acumulação de capital, advém do mecanismo de *market clearing* nos mercados dos fatores de produção. Já a teoria neoclássica de crescimento endógeno procura explicar a falta de evidência empírica dos retornos decrescentes para a acumulação de capital, por sua vez, através de suposições extremamente arbitrárias sobre as relações tecnológicas da economia. Tais “externalidades”, não por acaso, têm sempre a magnitude precisa para compensar exatamente a tendência para retornos decrescentes, que vêm da força de trabalho supostamente escassa.

sua vez, que a taxa de lucro nos países seguidores será maior do que no país líder tanto por uma composição orgânica do capital menos elevada quanto por uma taxa de exploração mais acentuada de sua força de trabalho. Tal afirmação, contudo, não implica que a acumulação de capital no país seguidor seja maior do que no líder, pois a taxa de crescimento do estoque de capital depende também das taxas de investimento. De um modo geral, portanto, pode-se postular que existirá um processo de *catching up* quando a taxa de acumulação de capital no país seguidor superar a do país líder, de forma que a produtividade do trabalho no país seguidor cresça a taxas maiores do que no país líder e a produtividade do capital cresça a taxas menores (MARQUETTI et al, 2009; PICHARDO, 2007).

2.2 DEMANDA EFETIVA E DISTRIBUIÇÃO EM KALECKI

2.2.1 A Determinação dos lucros e o Princípio da Demanda e Efetiva

Ao longo de todos os seus estudos, Michal Kalecki procurou analisar os problemas relacionados à dinâmica capitalista, isto é às suas flutuações cíclicas e suas mudanças de longo prazo. Antes mesmo de Keynes ter publicado em 1936 sua *Teoria Geral*, vale lembrar, Kalecki já havia lançado três estudos que em conjunto formulavam de maneira precisa e sistemática o papel da demanda efetiva no processo de reprodução capitalista, e que mais tarde culminariam em sua obra mais robusta – *Teoria da Dinâmica Econômica* (1954). Durante muito tempo, entretanto, Kalecki foi identificado como um Keynesiano e sua originalidade, por consequência, foi desprezada. Foi apenas a partir da segunda metade da década de 1950, fruto da divulgação feita por “Keynesianos de esquerda” e marxistas, que as ideias do autor começaram a ser percebidas. Não à toa Joan Robinson, por exemplo, escrevera: “*poucos da atual geração de ‘keynesianos’ param para indagar quanto eles devem a Kalecki e quanto realmente a Keynes*”¹⁷.

A importância de Kalecki, para a teoria econômica, pode ser melhor abordada dentro do contexto histórico econômico, já que o autor rompe com uma linha de raciocínio, dominante à época, expressa no legado de renomados autores, indo, desde Adam Smith, James Mill, Jean-Baptiste Say e John Stuart Mill até, por exemplo, David Ricardo. Na visão destes autores, de modo geral, a frugalidade era vital para o progresso econômico e a acumulação estava condicionada a uma poupança prévia. Assim, a acumulação de capital e o progresso econômico dependeriam somente da produção, não encontrando nenhum obstáculo por parte da demanda. Para Ricardo (1817), mais precisamente, uma parte da renda gerada no processo produtivo deixaria de ser gasta em consumo, ou seja, seria poupada, o que poderia representar um excedente de produção – um volume invendável de mercadorias. Acontece que, para Ricardo, a parte poupada da renda de um capitalista seria usada ou diretamente para acumulação (uma compra de mercadorias) e/ou para empréstimo a outros capitalistas, que a usariam para acumulação. Assim sendo, toda poupança se transformaria em investimento e, portanto,

¹⁷ Os economistas marxistas, por sua vez, demoraram a perceber que a obra de Kalecki, embora desprovida do vocabulário marxista tradicional e recheada por um rigor formal e matemático, se constituía em um desenvolvimento do conhecido “problema da realização”.

toda produção estaria sendo vendida: uma parte para consumo e outra para acumulação. Como a demanda não constituiria problema, a acumulação de capital passaria a ser determinada apenas pelas condições da produção, sendo, neste caso, a taxa de lucro essencial, já que quanto maior fosse ela, maior seria a taxa de poupança e, conseqüentemente, a taxa de acumulação. Considerando, então, que o preço fosse dado (i.e. determinado pelas condições de concorrência), o lucro, neste argumento, passaria a depender dos salários. Ou seja, deste arcabouço teórico, estes autores em geral, e Ricardo em particular, concluiriam que sendo a renda uma grandeza dada (composta de salários e lucros), o aumento dos salários resultaria numa redução de igual magnitude nos lucros e, portanto, o principal empecilho à acumulação seria o próprio aumento dos salários.

Diversos autores refutaram, em tempo, estas argumentações (que mais tarde foram transformadas, sob o rótulo de “lei de Say”, em dogma utilizado pelos economistas neoclássicos)¹⁸. Kalecki, por exemplo, as refutou utilizando os esquemas de reprodução ampliada de Marx. De acordo com este último autor, o valor de todas as mercadorias lançadas no mercado se desdobraria em três partes: C, o capital constante (compreendendo os insumos incorporados nas mercadorias e a depreciação dos equipamentos empregados na produção); V, o capital variável, correspondente aos salários pagos e S, a mais-valia ou lucro que os capitalistas pretendem auferir. Como para produzir $C + V + S$, os capitalistas (diretamente, no caso de C, ou através dos trabalhadores, no caso de V) demandariam, e venderiam, mercadorias no valor de apenas $C + V$ faltaria, contudo, realizar o valor de S, tendo em vista que se isso não acontecesse os capitalistas não estariam lucrando, mas apenas incorrendo em custos. Assim, para que os capitalistas, considerados em conjunto, realizassem a mais-valia e auferissem o lucro, Kalecki, a partir da teoria de Marx, explica que eles deveriam comprar uns dos outros, mais mercadorias, além daquelas correspondentes ao valor de $C + V$. Enquanto pessoas, os capitalistas precisariam consumir, logo, comprariam bens de consumo. Enquanto agentes do capital, necessitariam acumular, logo, comprariam bens de investimento. Por conclusão, o montante de lucros auferidos pelos capitalistas

¹⁸ Afora Marx, como visto anteriormente, e Keynes, Malthus em seus *Princípios de Economia Política* (1820) também negara “a lei de Say”. Para o autor, a demanda tenderia a ser inferior à produção, já que os capitalistas não gastariam toda sua renda. Dos lucros totais, os capitalistas usariam uma parte para consumir e outra para acumular capital, mas uma parte restante não seria gasta em coisa alguma, em virtude, segundo Malthus, a uma “preferência pela indolência” por parte dos capitalistas. Tal conceito, diga-se de passagem, guarda estreita relação com o conceito de “propensão a poupar” formulado por Keynes um século mais tarde.

dependeria do quanto eles mesmos gastam na compra de bens de consumo e de investimento, de modo que apenas por acaso este lucro seria igual ao S produzido. De maneira esquemática o argumento se torna mais claro:

$$Y = R + W \quad (2.5)$$

Onde Y é o produto nacional bruto (antes de deduzir a depreciação);

R são os lucros brutos dos capitalistas (antes de deduzir a depreciação);

W são os salários dos trabalhadores;

Como a renda nacional também é determinada pelos gastos associados aos diversos componentes do produto tem-se que:

$$Y = I + C_k + C_w + G + (X - M) \quad (2.6)$$

Onde I é o investimento, C_k o consumo dos capitalistas, C_w o consumo dos assalariados, G o gasto público e $(X - M)$ o saldo do comércio exterior entre exportações (X) e importações (M) de bens e serviços.

Assim, no caso simplificado em que Kalecki abstrai o governo e o setor externo, a equação anterior se reduz a:

$$Y = I + C_k + C_w \quad (2.7)$$

Que, juntamente com (2.5) e ainda supondo que a propensão marginal a consumir dos trabalhadores é igual a 1 (ou seja, $C_w = W$), resulta na equação de determinação dos lucros, isto é:

$$R = I + C_k \quad (2.8)$$

Donde se deriva a proposição Kaleckiana de que os trabalhadores gastam o que ganham, e os capitalistas ganham o que gastam. Quanto à causalidade da equação (2.8) Kalecki afirma:

O que significa essa equação? Quer dizer que os lucros em um dado período determinam o consumo e o investimento dos capitalistas? Ou

o contrário? A resposta depende de qual dos itens estiver diretamente sujeito às decisões dos capitalistas. Ora, é claro que os capitalistas podem decidir consumir e investir mais num dado período que no precedente, mas não podem decidir ganhar mais. Portanto, são suas decisões quanto a investimento e consumo que determinam os lucros e não vice-versa (KALECKI, 1983, p.35-36).

É a partir do trecho acima que se pode inferir o Princípio da Demanda Efetiva (PDE) formulado por Kalecki, já que em uma dada economia monetária, a única decisão autônoma é a de gastar (comprar, converter dinheiro em mercadoria)¹⁹. Neste sentido, convém lembrar, não se pode subordinar o PDE ao problema de insuficiência de demanda, pois aquele afirma tão somente que em cada operação de compra e venda o gasto é quem determina a receita e não vice-versa. Assim, Mario Possas adverte:

Não é preciso invocar a ocorrência de “entesouramento”, no jargão clássico e marxista, ou de “preferência por liquidez”, na terminologia keynesiana, ou qualquer outro tipo de “vazamento” monetário de renda entre um dado rendimento e o gasto subsequente, para validar o PDE e invalidar a lei de Say. [...] É verdade que a presença do dinheiro, como mostrou Marx, é suficiente para rejeitar a lei de Say, e assim mostrar a possibilidade teórica das crises, já mesmo no âmbito de uma economia mercantil simples. Também é verdade, como se viu, que ela é essencial à demonstração do PDE; mas não isoladamente, senão juntamente com os demais elementos constitutivos de uma economia mercantil, notadamente a divisão social do trabalho e a ausência de coordenação consciente do processo de troca (que Marx denominou “anarquia da produção”). Seria portanto um erro considerá-la de algum modo a responsável isolada pelas crises, pelo desemprego etc.; foi esse erro teórico que levou a uma longa tradição de identificação incorreta do PDE com o suposto “problema” da “insuficiência da demanda efetiva” no campo heterodoxo, de marxistas a keynesianos de esquerda. O PDE não tem qualquer “viés de baixa” intrínseco; a renda e o emprego serão sempre derivados da demanda efetiva, e portanto daquilo que os agentes decidirem autonomamente gastar, a partir de suas expectativas (POSSAS, 1999, p.22-23).

Posto isto, passar-se-á, então, a análise de Kalecki a respeito da concorrência e da respectiva formação de preços de empresas atuando sob os ditames do capitalismo monopolista.

¹⁹ É importante ressaltar, todavia, que os lucros do período passado são também determinantes importantes do consumo e do investimento capitalistas. Kalecki (1983, p.36) esclarece: “Se os capitalistas sempre decidissem consumir ou investir num dado período o que ganharam no período anterior, os lucros desse período seriam iguais aos do anterior. Num caso desses, os lucros permaneceriam estacionários. [...] Mas não é isso que acontece. Apesar de os lucros do período anterior serem um dos determinantes importantes do consumo e do investimento dos capitalistas, os capitalistas em geral não decidem consumir e investir num dado período precisamente o que ganharam no anterior. Isso explica por que os lucros não permanecem estacionários, mas flutuam com o tempo”.

2.2.2 A formação de preços sob concorrência imperfeita e os determinantes da parcela salarial na renda

Em sua análise a respeito de economias capitalistas, Kalecki conseguiu relacionar fundamentalmente a determinação do produto nacional com a distribuição da renda e a formação de preços. Para isso, todavia, teve de romper frontalmente com a teoria neoclássica dos preços e o seu corolário de concorrência perfeita. Para Kalecki, convém ressaltar, tal hipótese se constituía em uma suposição extremamente irrealista, não apenas para a presente fase do capitalismo, mas mesmo para a assim dita economia capitalista competitiva de séculos passados, já que a competição no capitalismo, em geral, fora sempre muito imperfeita (KALECKI, 1977, p.94).

Uma das primeiras críticas elaboradas por Kalecki refere-se à hipótese de custos marginais crescentes, equivalente à hipótese de rendimentos marginais decrescentes:

É perfeitamente justo supor que nas empresas industriais a curva dos custos marginais tem um relativamente longo segmento horizontal e somente começa a subir ao se aproximar da plena utilização dos recursos [...] As empresas, em geral, não atingem a plena utilização se ocupam no mercado uma posição monopolista (como os cartéis) ou quase monopolista (concorrência imperfeita). Daí porque temos comumente [...] a curva horizontal dos custos marginais, nos quais o preço é consideravelmente superior (KALECKI, 1977, p.82-84).

Na abordagem de Kalecki, por conseguinte, excetuando-se as matérias-primas (produtos pouco diferenciados, com oferta rígida no curto prazo e, portanto, com preços determinados pela demanda), nos demais setores existe reserva de capacidade produtiva e as empresas detêm poder sobre seus mercados para fixarem os preços de seus produtos. Assim, *“a razão entre os preços e os custos marginais (a qual é maior do que a unidade) indica o quanto a situação se afasta da concorrência perfeita, e por isso pode servir como medida do “grau de monopólio”* (KALECKI, 1977, p.84). Diante das incertezas no processo de fixação de preços, contudo, as firmas não conseguem maximizar seus lucros e devem levar em consideração a taxa de lucro que esperam obter, os preços de seus competidores e seus custos médios unitários, isto é:

Para fixar os preços, a firma leva em consideração a média de seus custos diretos e os preços de outras firmas que fabricam produtos similares. A firma tem que evitar que o preço se eleve demasiado com relação aos preços das outras firmas, já que se isso sucedesse as vendas se reduziriam drasticamente. É preciso também, por outro lado, evitar que o preço se torne demasiado baixo com relação à média dos custos diretos, porquanto isso reduziria drasticamente a margem de lucro (KALECKI, 1983, p.8).

Nestas condições, a equação de formação de preços de uma empresa pode ser representada da seguinte forma:

$$P = mu + nP_m \quad (2.9)$$

Onde P é o preço determinado pela firma em questão; u representa os custos diretos unitários; P_m o preço médio do mercado e m e n os coeficientes que refletem o grau de monopólio da posição da firma.

Considerando, então, que uma firma individual determine seu preço ao mesmo nível da concorrência, tem-se que:

$$P = P_m \quad (2.10)$$

Tornando a equação (2.9) igual a:

$$P/u = m/(1-n) \quad (2.11)$$

A expressão $m/(1-n)$ reflete o *mark-up* utilizado pelas firmas para cobrir seus custos diretos e, portanto, a sua elevação representa um grau mais elevado de monopólio e vice-versa (Kalecki, 1983, p.9). Neste sentido, é possível destacar quatro causas apontadas por Kalecki (1983, p.11-13) para modificações no grau de monopólio:

- (i) A concentração industrial, que tende a elevar o grau de monopólio através do preço cobrado pelas empresas líderes;
- (ii) A diferenciação de produtos através de vias como, por exemplo, a publicidade, que também tende a elevar o grau de monopólio;
- (iii) A razão entre os custos indiretos e os custos diretos, uma vez que um aumento do primeiro em relação ao segundo tende a comprimir as margens de lucro e;
- (iv) O poder de barganha, já que a existência de sindicatos poderosos pode criar uma tendência no sentido de se reduzir a margem de lucro.

Na economia como um todo, vale lembrar, a repartição da renda constitui a média ponderada da repartição nos diferentes ramos produtivos. E, em cada ramo, a distribuição é função tanto do grau de monopólio como da relação entre o custo dos

insumos materiais e os salários. Para que se possa entrar na análise dos determinantes da parcela relativa dos salários na renda de modo consistente, portanto, Kalecki afirma ser necessário ligar a razão entre rendimentos e custos diretos num ramo da indústria e a parcela relativa dos salários no valor agregado neste ramo da indústria. Como ponto de partida para isso, por tais razões, toma-se a participação dos salários no valor agregado de um ramo industrial. O valor da produção pode ser definido tanto pelo produto entre o preço (P_i) e a quantidade produzida (X_i), como pela soma dos salários (W_i), das matérias-primas (M_i), dos lucros (R_i) e dos custos indiretos (O_i). No primeiro caso, o valor da produção é estabelecido por meio de um *mark-up* (k) sobre os custos diretos de produção (u), ou seja:

$$k = (P_i X_i) / u = (P_i X_i) / (W_i + M_i) \therefore P_i X_i = k(W_i + M_i), \text{ sendo } k > 0$$

No segundo caso, $P_i X_i = W_i + M_i + R_i + O_i$, logo

$$k(W_i + M_i) - (W_i + M_i) = R_i + O_i \therefore (k - 1)(W_i + M_i) = R_i + O_i \quad (2.12)$$

O valor agregado (Y_i), por sua vez, é definido como o valor da produção menos os custos de matérias primas, i.e., a soma de custos indiretos, salários e lucros, o que pode ser expresso da seguinte forma:

$$W_i + R_i + O_i = Y_i \therefore Y_i = W_i + (k - 1)(W_i + M_i) \quad (2.13)$$

De modo que a participação dos salários no valor agregado possa ser obtida através da razão entre a massa de salários e o valor agregado:

$$W_i / Y_i = W_i / [W_i + (k - 1)(W_i + M_i)] \quad (2.14)$$

Ou de maneira simplificada,

$$W_i / Y_i = \omega_i = 1 / [1 + (k - 1)(j + 1)] \quad (2.15)$$

Onde $j = M_i / W_i$

Da equação (2.15) pode-se concluir, então, que a parcela relativa dos salários no valor agregado é determinada pelos parâmetros k e j , sendo que uma elevação do grau de monopólio ou dos preços das matérias primas com relação aos custos de salários por unidade provoca uma queda da parcela relativa dos salários no valor agregado (KALECKI, 1983, p.21-22) ²⁰.

2.2.3 Distribuição e determinação do nível de renda

Embora o processo de distribuição da renda seja um fenômeno de ordem microeconômica, para Kalecki, ele se constitui em um importante fator de determinação do produto. No artigo “*As equações marxistas de reprodução e a economia moderna*”, por exemplo, o autor constrói um modelo departamental para demonstrar que um aumento global de salários não implica em uma redução dos lucros totais como faz crer o senso comum. Para tanto, Kalecki propõe um modelo de três setores, verticalmente integrados – isto é que produzem os insumos necessários às suas respectivas produções – onde:

Departamento I (DI) inclui o valor total do investimento bruto, representando, em suma, a produção total de todos os bens finais não utilizados para consumo;

Departamento II (DII) compreende o valor total da produção de bens de consumo para os capitalistas;

Departamento III (DIII) abarca o valor total da produção de bens de consumo para os trabalhadores.

Assim, assumindo ainda a hipótese simplificadora de ausência de governo e comércio exterior (e abstração da poupança dos trabalhadores), tem-se que a produção de cada setor, bem como a soma dos lucros e salários setoriais, representam o produto e a renda gerados no respectivo país²¹:

²⁰ Não se pode perder de vista que para Kalecki todas as variáveis que determinam os preços podem mudar no longo prazo. Contudo, se o grau de monopólio não se altera, tais variações de preços serão decorrentes das variações nos custos diretos unitários. As mudanças nos custos, por sua vez, podem advir tanto do progresso tecnológico, como das variações nos preços das matérias primas e dos salários. Em relação a estes dois últimos, isto é ao parâmetro j , pode-se afirmar que, ao longo do ciclo econômico, ele tende a diminuir nas fases de depressão e a crescer nas fases de expansão, pois os preços das matérias-primas caem mais rápido que os salários no declínio econômico e sobem mais rápido que estes na fase de prosperidade (Amitrano, 2003, p.6).

²¹ Kalecki exclui qualquer possibilidade de dinâmica de curto prazo em seu modelo, tanto de preços quanto de uma possível acumulação de estoques de bens não-vendidos (KALECKI, 1977, p.2).

Departamento I	Departamento II	Departamento III	Total
$R1$	$R2$	$R3$	R
$W1$	$W2$	$W3$	W
I	C_k	C_w	Y

Sendo $R1$, $R2$ e $R3$ os lucros brutos de cada departamento; $W1$, $W2$ e $W3$ os respectivos salários pagos em cada setor; R e W , os lucros totais e salários totais; I os investimentos brutos totais, C_k o consumo dos capitalistas, C_w o consumo dos trabalhadores e Y a renda nacional bruta.

Neste “*tableau économique*” é possível visualizar que são os departamentos I e II que determinam a produção do departamento III e, portanto, toda a dinâmica da produção. Como DIII responde pela produção dos bens de consumo dos trabalhadores, seu lucro advém unicamente dos gastos dos trabalhadores de DI e DII, pois $W3$ é tanto demanda (receita) como custo para DIII, ou seja, como $C_w = W1 + W2 + W3$, tem-se que:

$$R3 = C_w - W3 = W1 + W2 \quad (2.16)$$

Somando $R1$ e $R2$ em ambos os lados da equação (2.16), obtém-se, então, novamente a equação (2.8) de determinação dos lucros:

$$R1 + R2 + R3 = R1 + W1 + R2 + W2$$

Ou

$$R = I + C_k \quad (2.8)$$

Paralelamente a isto, dada a distribuição da renda nos três setores, representadas respectivamente por:

$$w1 = W1/I; w2 = W2/C_k; w3 = W3/C_w \quad (2.17)$$

Pode se representar o consumo dos trabalhadores por:

$$C_w = (w_1I + w_2C_k)/(1 - w_3) \quad (2.18)$$

De modo que:

$$Y = I + C_k + C_w = I + C_k + [(w_1I + w_2C_k)/(1 - w_3)] \quad (2.19)$$

A equação (2.19) explicita mais uma vez o princípio da demanda efetiva, pois a renda nacional apresenta-se como uma função positiva dos gastos autônomos dos capitalistas. Em relação aos fatores de distribuição Kalecki pontua:

O que foi dito acima esclarece o papel dos “fatores de distribuição”, isto é, os fatores que determinam a distribuição da renda (como o grau de monopólio) na teoria dos lucros. Dado que os lucros são determinados pelo consumo e investimento dos capitalistas, é a renda dos trabalhadores (igual aqui ao consumo dos trabalhadores) que é determinada pelos “fatores de distribuição”. Dessa forma, o consumo e o investimento dos capitalistas, em conjunto com os “fatores de distribuição”, determinam o consumo dos trabalhadores e, conseqüentemente, a produção e o emprego em escala nacional (KALECKI, 1983, p.37).

Em adição, a equação (2.19) demonstra que alterações na distribuição da renda afetam tão somente a renda agregada e não o nível de lucros. De fato, não é possível, a partir desta última equação, estabelecer uma relação direta entre lucros e salários, pois uma melhor distribuição em direção aos salários ampliaria a renda nacional, o que, por sua vez, permitiria simultaneamente maiores lucros e salários. Por conseqüência, não é possível afirmar que a massa total de lucros seja determinada pelo grau de monopólio, este afeta, como visto anteriormente, apenas a parcela dos salários²².

Com base no exposto pode-se, por fim, exemplificar como um aumento real generalizado de salários não implica em uma redução nos lucros globais. Para tanto basta considerar um aumento real de salários nos três setores, ΔW . Deste feito, decorre uma perda de lucros nos departamentos I e II equivalente ao aumento dos salários

²² Neste sentido, Kalecki parece concordar com Marx (1983, p.135) quando este postula que: “A formação de mais-valia (...) não pode ser, portanto, explicada por venderem os vendedores as mercadorias acima do seu valor, nem por os compradores as comprarem abaixo do seu valor (...). Os representantes consequentes da ilusão de que a mais-valia se origina de um aumento nominal de preço ou do privilégio do vendedor de vender a mercadoria caro demais pressupõem, portanto, uma classe que só compra sem vender, por conseguinte, só consome sem produzir”.

($\Delta W1 = -\Delta R1$; $\Delta W2 = -\Delta R2$). Como, todavia, os salários são totalmente gastos em bens de consumo para os trabalhadores e os trabalhadores não poupam, este aumento de salários irá elevar os lucros do departamento III (seja via preços ou quantidade produzida) na exata magnitude em que os lucros nos demais setores irão cair ($\Delta R3 = \Delta W1 + \Delta W2$). Como resultado, portanto, os lucros totais permanecem inalterados, a participação dos salários totais na renda nacional se eleva e a renda nacional também – na mesma proporção gerada pelo acréscimo de produção e emprego no departamento III (KALECKI, 1977, p.92-93)²³.

2.2.4 Os ciclos e o crescimento a longo prazo de economias capitalistas

Para Kalecki, as economias capitalistas se desenvolvem dentro de um padrão cíclico. Assim, embora se expandam, apresentam flutuações em torno de uma tendência ascendente. Deste contexto, portanto, é possível extrair dois tipos de questões que o autor se propõe a responder em seus estudos: Por que a renda oscila ao longo do tempo? E, por que a renda cresce? Obviamente estas duas questões estão estreitamente relacionadas e, em verdade, *uma* explicação geral a elas as responderia simultaneamente, tendo em vista que, ao longo do tempo, o comportamento da produção nada mais é do que uma sucessão de produções anuais. Do ponto de vista metodológico, entretanto, é possível separar estas duas questões, em virtude do seu objeto de estudo: a primeira trata das mudanças cíclicas ao passo que a segunda do crescimento da renda.

Do que foi visto até agora, pode-se dizer que tanto os lucros dos capitalistas como um todo num ano qualquer, quanto o montante de salários e a produção nacional (dada a distribuição da renda entre salários e lucros) são determinados pelos gastos dos próprios capitalistas em investimento e consumo. Por conseguinte, as variáveis estratégicas na determinação do nível da atividade econômica são o investimento e o consumo dos capitalistas²⁴. Considerando, então, que para Kalecki (1983, capítulo 4) o consumo dos capitalistas num ano t dependa dos lucros no ano $t-1$, por exemplo, e que estes dependam do investimento no ano $t-2$, pode-se afirmar, de modo dinâmico, que, ao

²³ Vale ressaltar, que Kalecki supõe um curto período de tempo em sua análise, de modo que não haja tempo o suficiente para que os capitalistas modifiquem, como conseqüência da elevação salarial, o seu volume de investimentos e consumo.

²⁴ Juntamente com o déficit orçamentário do Governo e o saldo de exportações, omitidos apenas por questões de simplificação na exposição.

longo do tempo, a variável realmente chave na determinação, tanto do nível da renda nacional, num dado ano, quanto de suas variações no decorrer do tempo (ciclos e crescimento) é o investimento capitalista. Para Kalecki, contudo, deve ficar claro que a decisão de investir, ao contrário do que pressupõem certas correntes teóricas que sobrevaloram as habilidades individuais do empresário, passa, sobretudo, pela propriedade de capital já existente. Nas palavras do autor:

Muitos economistas supõem, pelo menos em suas teorias abstratas, um estado de democracia econômica onde qualquer pessoa com o dom da habilidade empresarial pode obter capital para iniciar um negócio. Esse quadro das atividades do empresário “puro” não é, para pôr a coisa em termos modestos, realista. O pré-requisito mais importante para alguém se tornar empresário é a *propriedade* de capital (KALECKI, 1983, p.77-78).

Por tais razões, para um mesmo grau de risco, quanto maior a proporção de capital próprio da empresa, maior será o seu acesso ao mercado de crédito e, por consequência, a possibilidade de empréstimos para investimento. Sob estas condições Kalecki, em suas exposições, associa a acumulação de capital fixo a quatro fatores, a saber:

- (i) A disponibilidade de recursos financeiros próprios – constituídos pela poupança bruta das empresas (isto é, os lucros brutos não distribuídos) e pela poupança pessoal de seus proprietários;
- (ii) A variação nos lucros;
- (iii) A variação no estoque de capital fixo e;
- (iv) O progresso técnico.

O primeiro e o segundo fator influenciam positivamente o montante de investimentos, mas o terceiro – a variação no estoque de capital fixo – tem uma influência negativa. Vale lembrar, ademais, que a simples expansão dos lucros não basta para justificar o investimento. Suponha, por exemplo, uma empresa com capacidade ociosa em um período $t-1$ que eleve o seu estoque de capital. No período t a empresa não necessita investir apenas porque a produção e os lucros cresceram, pois pode, aproveitando-se de sua capacidade ociosa existente, produzir sem ampliar seu capital fixo. De maneira geral, todavia, em virtude da concorrência capitalista, há um estímulo ao investimento de modo que o capitalista seja levado a introduzir inovações tecnológicas e, portanto, a investir (posto que as inovações estão embutidas nos novos equipamentos de capital), apesar da existência de capacidade ociosa, para captar lucros auferidos por seus concorrentes (Kalecki, 1977, Capítulo 10 – *Tendência e Ciclo*

Econômico)²⁵. De sua obra mais completa – *Teoria da Dinâmica Econômica* (1954) – Mário Possas, por exemplo, extrai que:

Uma *primeira conclusão teórica central* do modelo de Kalecki, nem sempre bem compreendida, é que a dinâmica por assim dizer “associada à demanda efetiva” da economia capitalista – isto é, abstraindo-se o progresso técnico e as mudanças estruturais – é caracterizada pela ocorrência de *flutuações*. Isto significa basicamente duas coisas: em *primeiro* lugar, que é possível explicar o ciclo econômico *apenas* com o comportamento “rotineiro” do nível de atividade, sem as armas poderosas da mudança estrutural e do progresso técnico, ao contrário do que fez Schumpeter; e, em *segundo*, que mesmo sob condições de *estrutura estável* (o que também pressupõe ausência de *estratégias* não-convencionais ou não-rotineiras por parte dos agentes – inclusive inovações), *ainda assim* a economia *não tenderia* a um equilíbrio em sentido estrito, e menos ainda a um equilíbrio estacionário! [...] Uma *segunda conclusão teórica central* do modelo de Kalecki é que a dinâmica da economia capitalista pode ser concebida essencialmente como formada por dois componentes *teoricamente* distintos – ou seja, não apenas por um recurso expositivo ou analítico: o componente associado à atuação da “*demandada efetiva*”, isto é, do comportamento do nível corrente de atividade, capaz de produzir (ainda que não necessariamente – depende dos parâmetros) *flutuações* e o componente de tendência associado à *mudança estrutural*, derivado da atuação dos “fatores de desenvolvimento”, especialmente as inovações em geral e o progresso técnico em particular, que certamente são *endógenos* à economia (ainda que exógenos ao modelo) e que produzem trajetórias potencialmente instáveis do ponto de vista estrutural, devido à *mudança estrutural* (de parâmetros, do ponto de vista formal) que eles ensejam (POSSAS, 1999, p.38-39).

Conclui-se, então, que é o investimento, através do seu efeito multiplicador, quem determina tanto o volume geral dos gastos, e a renda nacional num dado ano, quanto o crescimento econômico de longo prazo. O investimento, de modo análogo, determina também as oscilações no nível de atividade e os ciclos econômicos, já que, se por um lado significa fonte de prosperidade, por outro, não deixa de ser uma adição ao equipamento de capital, desde logo competindo com a geração mais velha desse equipamento. Ou como diria o próprio Kalecki (1939, p.149): “*a tragédia do investimento é que ele causa crise porque é útil. Sem dúvida, muitas pessoas*

²⁵ Kalecki ao contrário da grande maioria dos economistas, tanto clássicos e neoclássicos quanto Keynes e Schumpeter, afirma ser a taxa de juros de pouca importância no processo de investimento. O autor deriva esta ideia da constatação de que, embora as taxas de juros de curto prazo oscilem bastante, as taxas de juros de longo prazo (isto é, as que efetivamente interessam neste caso, já que os empréstimos para investimentos são efetuados a taxas de longo prazo) permanecem relativamente estáveis por períodos de tempo razoavelmente longos.

considerarão paradoxal essa teoria. Mas não é a teoria que é paradoxal, e sim seu objeto: a economia capitalista”.

Como se pôde observar ao longo deste capítulo, as contribuições de Michal Kalecki e Karl Marx são de extrema importância para a compreensão do caráter cíclico e instável de economias capitalistas. Tanto um quanto o outro procuram mostrar que há permanente defasagem entre a acumulação de capital e a capacidade de formar demanda efetiva suficiente para que todos os recursos, seres humanos e máquinas sejam plenamente empregados. De um modo geral, além disso, pode-se argumentar, a partir deste arcabouço teórico, que o descompasso entre salários e produtividade tende não somente a comprimir a distribuição funcional da renda, mas também a impedir a elevação sustentável da renda nacional. Isto é, caso a produtividade do trabalho cresça mais depressa do que os salários haverá uma redução dos custos reais e um aumento da margem de lucro, permanecendo inalterada a demanda efetiva. Em consequência, à medida que aumentar a defasagem entre esta última e a crescente produtividade do trabalho, criar-se-á as condições para o surgimento e a consolidação da capacidade ociosa e do subemprego em termos estruturais. Este cenário, por sua vez, desencorajará novos investimentos e fará cair a taxa de acumulação, deprimindo, então, os salários nominais até que se inicie um novo ciclo econômico²⁶.

Assim, não obstante as divergências, pode-se, carregado por este aporte teórico, investigar com maior precisão a evolução econômica brasileira em suas últimas duas décadas. Começar pelo período 1990 – 2003 é a proposta do capítulo três.

²⁶ Nos casos em que os salários forem inferiores à produtividade do fator trabalho, devido ao poder de monopólio por parte dos empregadores, o aumento da remuneração não se constituirá na única solução, devendo ser complementado por um controle de preços. Caso contrário, a elevação dos salários será simplesmente repassada aos preços.

3. A ECONOMIA BRASILEIRA SOB INFLUÊNCIA NEOLIBERAL NO PERÍODO 1990 – 2003

Entre os anos 1930 e 1980 toda e qualquer proposta de modernização elaborada pelo governo procurava reservar, seja às empresas nacionais ou estatais, alguma área de exploração estratégica. O Estado, portanto, por conta dos vultosos investimentos necessários ao desenvolvimento, e aos seus retornos de longo prazo, que inibiam o setor privado, visava garantir, no âmbito interno, os recursos ou, então, os viabilizava, de outra forma, pela contratação de empréstimos e financiamentos estrangeiros.

A adesão ao neoliberalismo, a partir de 1980 nos países avançados, e mais precisamente a partir de 1990 no Brasil, todavia, fez com que os instrumentos de planejamento, e as políticas de longo prazo, fossem abandonados, suprimindo, por conseguinte, o Estado como o promotor do desenvolvimento. Na cartilha de seus defensores, a saber, estava a premissa de que a nova era da “globalização capitalista” exigia a integração e a adaptação da produção nacional aos padrões mundiais, posto que um mercado externo cada vez mais competitivo, exigente de elevada qualidade a baixo custo, pressionava o modelo nacional e suas altas tarifas protecionistas. Essas tarifas, alegadamente, se, de um lado, preservavam as elites empresariais da concorrência dos produtos estrangeiros, de outro, aprofundavam a distância tecnológica e a competência em disputar mercados. Daí o impulso à ideologia contrária ao Estado intervencionista e protecionista com a defesa intransigente do “Estado mínimo”, garantidor apenas da segurança, das leis, da propriedade privada e dos bens públicos, sendo, supostamente, o produto de contratos voluntários entre indivíduos livres. Isto é, um Estado subordinado ao mercado capaz de atrair investimentos internacionais à custa de elevada deterioração social²⁷.

Posto isto, pode-se afirmar que o objetivo deste capítulo é discorrer a respeito da *performance* brasileira, sob o receituário neoliberal de liberalização econômica e despolitização da economia, no período 1990 – 2003. Como já salientado no capítulo 2,

²⁷ Nesta visão a concorrência seria o mecanismo de coordenação eficiente e não violador da liberdade. Deve ser dito, no entanto, que esta visão pode ser contestada levando-se em conta que o próprio individualismo pode ser considerado uma forma de moralidade. Além disso, ainda que a discussão acerca da ideologia e do papel do Estado na economia ultrapasse os limites deste trabalho, convém ressaltar a crítica de Polanyi (1980) de que a construção do “livre mercado”, ao contrário do pressuposto liberal, não seria “natural”. É importante, portanto, diferenciar o nacional-desenvolvimentismo do protecionismo exacerbado e de programas populistas e antidemocráticos. Um projeto nacional, oportuno se torna assinalar, significa colocar a opção política na frente das decisões econômicas, ter consciência quanto a um rumo que se quer tomar e subordinar o mercado, e as decisões privadas, a essas diretrizes. Neste sentido ver Chang (1999); Kalecki (1993); Wade (2004) e Fonseca, P. C. D (2010).

o enfoque recairá sobre a relação capital-trabalho, sem esquecer, entretanto, o modo de inserção internacional do Brasil.

3.1 AS REFORMAS NEOLIBERAIS E A SUA IDEIA

Desde o princípio da década de 1980 os países avançados têm, de forma ideológica e prática, adotado medidas de cunho neoliberal. Pode-se dizer, por sua vez, que estas medidas são consequência, em grande parte, do aumento, no período anterior, da participação do trabalho na renda nacional destes países e da queda na razão produto-capital (fase I dos Gráficos 1 e 2). Fatores estes que determinaram o declínio da taxa de lucro (fase I do Gráfico 3) e marcaram o que mais tarde viria a ser chamado de crise do regime Fordista-Keynesiano e/ou crise da idade dourada do capitalismo (HOBBSAWM, 2000; HELLEINER, 1994; DESAI, 2003; ARRIGHI, 1996). Assim, com o intuito de restaurar a lucratividade do capital, estes países, liderados pelos EUA de Ronald Reagan e a Inglaterra de Margaret Thatcher, estabelecem a partir de 1980 uma “revolução conservadora” em suas políticas, beneficiando, sobretudo, os rentistas e o setor financeiro – o neoliberalismo – expresso como fase II nos gráficos 1, 2 e 3.

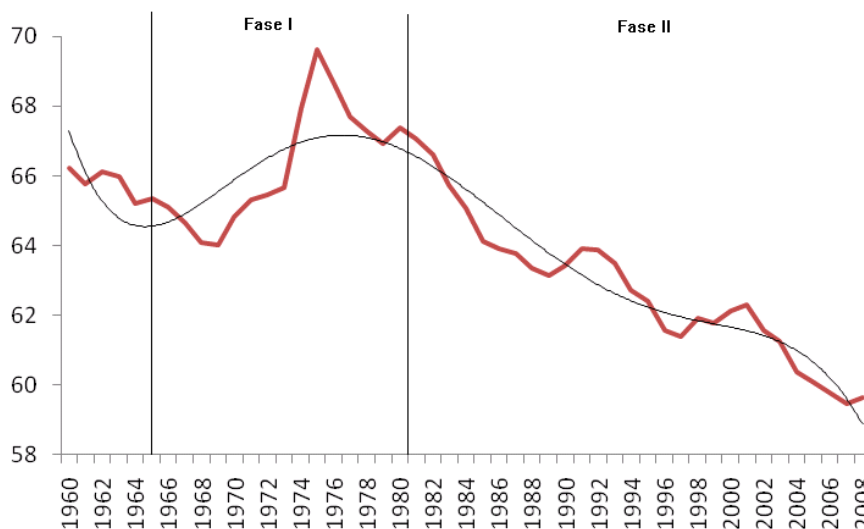


Gráfico 1 - Participação dos salários na Renda Nacional, 1960 – 2008, média de Estados Unidos, União Europeia* e Japão.

Fonte: Elaboração própria com base em AMECO.

* Incluindo Áustria, Bélgica, Dinamarca, Finlândia, França, Alemanha, Grécia, Irlanda, Itália, Luxemburgo, Holanda, Portugal, Espanha, Suécia e Reino Unido.

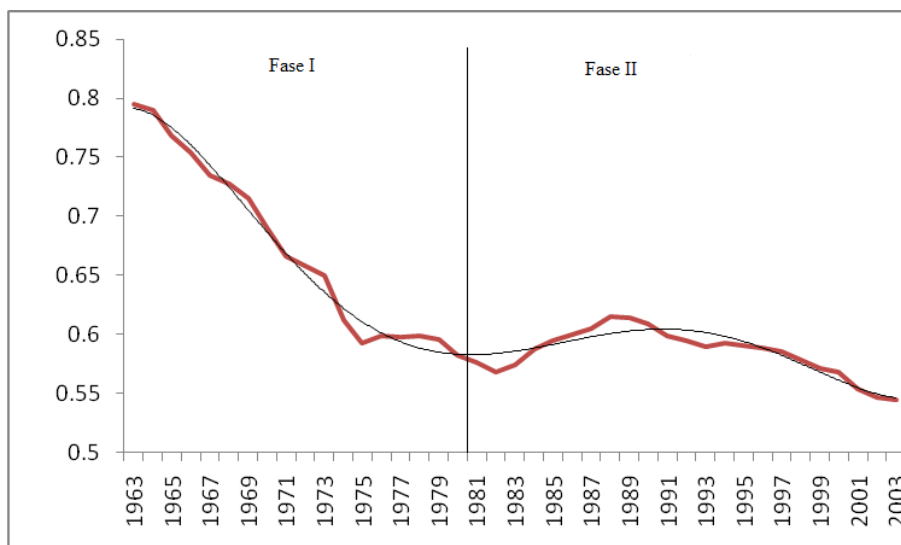


Gráfico 2 - Produtividade do capital, 1963 – 2003, Média de Estados Unidos, Japão e União Europeia.

Fonte: Elaboração própria com base em MARQUETTI & FOLEY (2008).

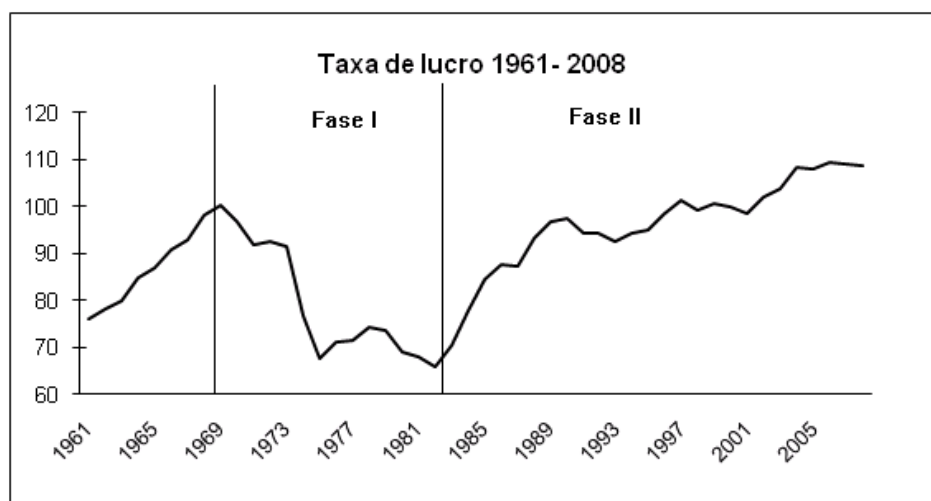


Gráfico 3 - Taxa de Lucro, 1961 – 2008, Estados Unidos + União Europeia + Japão.

Fonte: Elaboração Própria com base em HUSSON (2008).

No Brasil, por outro lado, não há dúvidas de que a pressão exercida pelos países mais ricos foi importante na decisão de implementar o arcabouço institucional neoliberal. Isto é, tanto nos anos 1980, através das reformas estruturais e da estabilização de preços, como, mais incisivamente nos anos 1990, via estratégia de poupança externa para o crescimento econômico, o Brasil, e os países em desenvolvimento, se subordinam acentuadamente às recomendações das Instituições Financeiras Internacionais (IFI) com o pressuposto de que estes organismos se pautam

pelos nossos interesses e não pelo de seus principais acionistas²⁸. De acordo com estas IFI os países em Desenvolvimento deveriam seguir um conjunto de medidas, que mais tarde foram cunhadas pelo economista John Williamson (1990) como Consenso de Washington. Estas medidas podem ser resumidas da seguinte maneira:

- (i) **Austeridade Orçamentária** – já que um Déficit no orçamento seria a fonte de Inflação, de crise no Balanço de Pagamentos e da volatilidade do capital;
- (ii) **Redução do Gasto Público** – com o intuito de se reduzir o tamanho do Estado o gasto governamental deveria diminuir, ao invés de se aumentar a pressão fiscal. Os subsídios deveriam também ser reduzidos para evitar distorções de mercado;
- (iii) **Promoção de uma política monetária baseada na liberalização das taxas de juros** – as taxas de juros deveriam ser determinadas pelo mercado e as taxas de juros reais deveriam ser positivas para atrair capitais internacionais e financiar o desenvolvimento (através de poupança externa).
- (iv) **Promoção das exportações;**
- (v) **Liberalização comercial** – envolvendo a redução ou eliminação de todas as barreiras tarifárias e não-tarifárias;
- (vi) **Competitividade do Investimento Direto Estrangeiro (IDE)** – liberalização dos movimentos de capitais²⁹, eliminando todas as barreiras que impedem a entrada dos IDEs;
- (vii) **Privatizações** – assume-se que as firmas privadas são mais bem administradas que as públicas. A privatização ajudaria também a restabelecer um orçamento equilibrado e reduzir o investimento público diminuindo, portanto, o tamanho do Estado;
- (viii) **Desregulação** – o objetivo seria abolir as barreiras ao mercado que emperrariam a iniciativa econômica e a livre competição;

²⁸ Bresser-Pereira (2007) intitula esta coalizão entre os países ricos, através de seus representantes nos organismos internacionais e nas empresas multinacionais, mais genericamente, como *Ortodoxia Convencional*. Para o autor, a ortodoxia convencional se constitui pelo conjunto de diagnósticos e recomendações originadas de Washington, especificamente do Tesouro dos EUA, do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, e que tem como base a teoria econômica neoclássica, dominante na grande maioria das universidades dos EUA.

²⁹ Embora Williamson (1990) não assuma a liberalização dos movimentos de capitais como uma prioridade, a liberalização financeira foi imposta por pressão das IFI durante os anos 1990.

- (ix) **Reforma Fiscal** – este item envolveria um aumento no número de contribuintes, ao alargar a base fiscal através de uma ampliação do valor adicionado fiscal e da redução das taxas marginais de imposto;
- (x) **Direitos de Propriedade** – a ideia seria reforçar os direitos de propriedade e assegurar um quadro jurídico para a defesa dos interesses privados.

Parece claro, hoje, que a carga ideológica contra o texto de John Williamson (1990) fora, de fato, exagerada, posto que seria possível realizar certas medidas apontadas acima, com dose de moderação, sem reduzir o Estado ao mínimo. A forma como este consenso fora praticado em todo o mundo, porém, certamente o caracteriza como neoliberal. No Brasil, a situação não foi diferente, pois desde 1990 as autoridades econômicas brasileiras aceitam a tese *globalista* de que os Estados-Nação perderam autonomia e relevância, e que os mercados livres em nível mundial, inclusive os financeiros, encarregar-se-iam de promover o desenvolvimento econômico de todos.

Uma análise mais minuciosa das causas da crise do nacional-desenvolvimentismo no Brasil, é bem verdade, vai além dos objetivos deste trabalho. Dentre as inúmeras causas para o fenômeno, contudo, pode-se, possivelmente, elencar: a alienação das elites locais, e sua tendência a copiar ideias, instituições e padrões de consumo, de maneira acrítica, dos países ricos; uma suposta crença na eficácia real destas medidas de abertura da conta de capitais e crescimento com poupança externa³⁰, os limites e excessos do processo de Industrialização por Substituição de Importações (ISI), que em um segundo momento exigiu a concentração da renda para a sua dinâmica, e também a perda da ideia de Nação. Quanto a este último ponto Bresser-Pereira oferece uma luz:

Se a sociedade brasileira não fosse cindida entre pobres e ricos como é, e se não fosse tão sujeita à dependência cultural, a resposta à crise não teria sido a desconstrução da Nação brasileira, e os brasileiros não aceitariam tão facilmente as recomendações de política econômica e as respectivas pressões vindas do Norte. Quando um país deixa de diferenciar capital e trabalho nacionais do capital e do trabalho estrangeiro, quando deixa de pensar com a própria cabeça, o país deixou de ser uma Nação. E quando não há nação, não há estratégia de desenvolvimento. Só por acaso, e de forma sempre precária e instável, o desenvolvimento econômico poderá ocorrer (BRESSER-PEREIRA, 2007, p. 85).

³⁰ Neste caso estar-se-ia, então, contrariando a experiência histórica do desenvolvimento que mostra que este é alcançado, sobretudo a partir de recursos e esforços próprios. Neste sentido ver Chang (2002).

Diversos estudos já apontaram os maus resultados do Consenso de Washington na América Latina e que o engajamento, isto é, a intensidade na aplicação das reformas, não necessariamente significou um crescimento econômico mais expressivo e/ou uma substancial melhora na distribuição e na pobreza (BERR & COMBARNOUS, 2007; FRENKEL, 2003; CUNHA & PRATES, 1999, MARQUETTI, 2009 et al e etc.). No Brasil, em particular, a situação foi ainda mais grave, pois como mostra a Tabela 1, o desempenho econômico foi pior tanto se comparado ao período desenvolvimentista – período associado ao processo de substituição de importações e à crescente oligopolização da economia brasileira³¹ – quanto em relação à *performance* dos países mais dinâmicos, do leste asiático, e até mesmo em comparação aos países de renda média, casos da Argentina e da Costa Rica.

Tabela 1 - Taxa de crescimento do PIB real per capita (%) para países selecionados

País	1960 – 1980	1980 - 1990	1990 - 2003
Brasil	5.28	-0.12	0.37
EUA	2.52	1.97	1.83
Índia	2.15	3.42	2.98
China	3.00	7.11	8.25
Rússia			0.56
Chile	2.07	1.46	4.33
Argentina	1.98	-2.21	1.51
Costa Rica	2.68	-1.04	2.17

Fonte: Penn World Table 6.3, 2009.

O Brasil, contudo, como demonstra o gráfico 4, necessita de taxas de crescimento econômico elevadas para fazer o *catch up*, já que o *gap* no nível de renda per capita é expressivo em comparação aos países hoje desenvolvidos.

³¹ Não se pretende, por sua vez, fazer apologia às décadas de alto crescimento registradas no país entre 1950/80, tendo em vista a elevação da concentração da renda. Vale destacar, todavia, que sem um crescimento persistente do emprego, via crescimento do produto, nenhum país pode reduzir consistentemente a pobreza ou melhorar a distribuição de renda. Como salienta Medeiros (2001) a combinação, neste período, de alto crescimento industrial com elevada concentração da renda foi causada por uma conjuntura nacional peculiar de explosão demográfica nos anos 50 e 60 e base social marcada por miséria rural, monopolização mercantil, elevadas rendas das propriedades rurais e urbanas e atraso na moderna produção de alimentos.

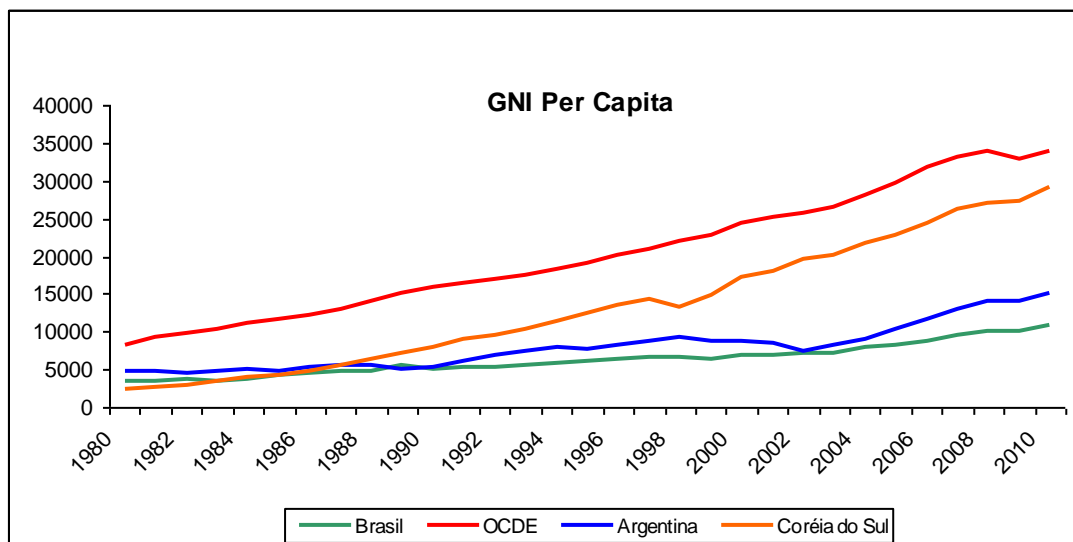


Gráfico 4 - Gross National Income Per Capita (PPP, US\$), países selecionados.
Fonte: World development Indicators, 2010.

A necessidade do Brasil de apresentar taxas de crescimento econômico elevadas se acentua, além disso, em virtude do problema histórico e estrutural de oferta ilimitada de mão-de-obra, típico de economias subdesenvolvidas. E o crescimento econômico, vale lembrar, pode aumentar a demanda por empregos e sob certas condições estruturais do mercado de trabalho, por exemplo, aumentar os salários e/ou a formalização. Desde os anos 1980, no entanto, os desequilíbrios no mercado de trabalho têm se acentuado. Isto ocorre, por um lado, pela perda de dinamismo do capitalismo brasileiro que produz uma contrapressão desfavorável à elevação da demanda de mão-de-obra. E, por outro, como será analisado mais adiante, por conta de duas pressões que estimulam o maior ritmo de expansão da oferta de mão-de-obra, i.e: (i) a degradação na distribuição funcional da renda, que pressiona mais pessoas a buscarem alternativas para obtenção ou complementação do rendimento e (ii) a pressão demográfica no interior do mercado de trabalho, já que desde a década de 1970 o crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) passou a ser superior ao aumento da população total – em grande parte fruto do crescimento da taxa de participação feminina (POCHMANN, 2004; 2008).

De acordo com o aparato teórico exposto no capítulo 2, pode-se inferir que a acumulação de capital fixo produtivo é a variável-chave para o crescimento econômico. O entendimento deste baixo e instável crescimento econômico da economia brasileira no período neoliberal deve ser buscado, portanto, na evolução da taxa de acumulação. Tarefa a ser realizada a seguir.

3.2 OS DETERMINANTES DA APÁTICA ACUMULAÇÃO DE CAPITAL

Conforme visto no capítulo 2, a taxa de acumulação de capital depende tanto da taxa de lucro, como da taxa de investimento. Isto é, a taxa de acumulação de capital, dada pelo crescimento do estoque de capital fixo, deve ser analisada através de suas interdependências com a taxa de lucro e com a proporção investida dos lucros empresariais. Assim, em primeiro lugar, analisar-se-á a evolução da taxa de lucro, e em seguida, a taxa de investimento. Do gráfico 5, pode-se perceber que a taxa de lucro e a taxa de acumulação percorrem caminhos semelhantes até 1990, período em que ocorre um descolamento entre estas variáveis. A taxa de lucro, como também visto no capítulo 2, pode ser decomposta em um fator distributivo, a parcela de lucros na renda nacional, e um fator tecnológico, a produtividade do setor I. A queda da taxa de lucro no período anterior ao neoliberalismo, embora não seja objeto deste trabalho, se relaciona com os ganhos de produtividade do trabalho e ao declínio da produtividade do capital, associados ao processo de industrialização do país³².

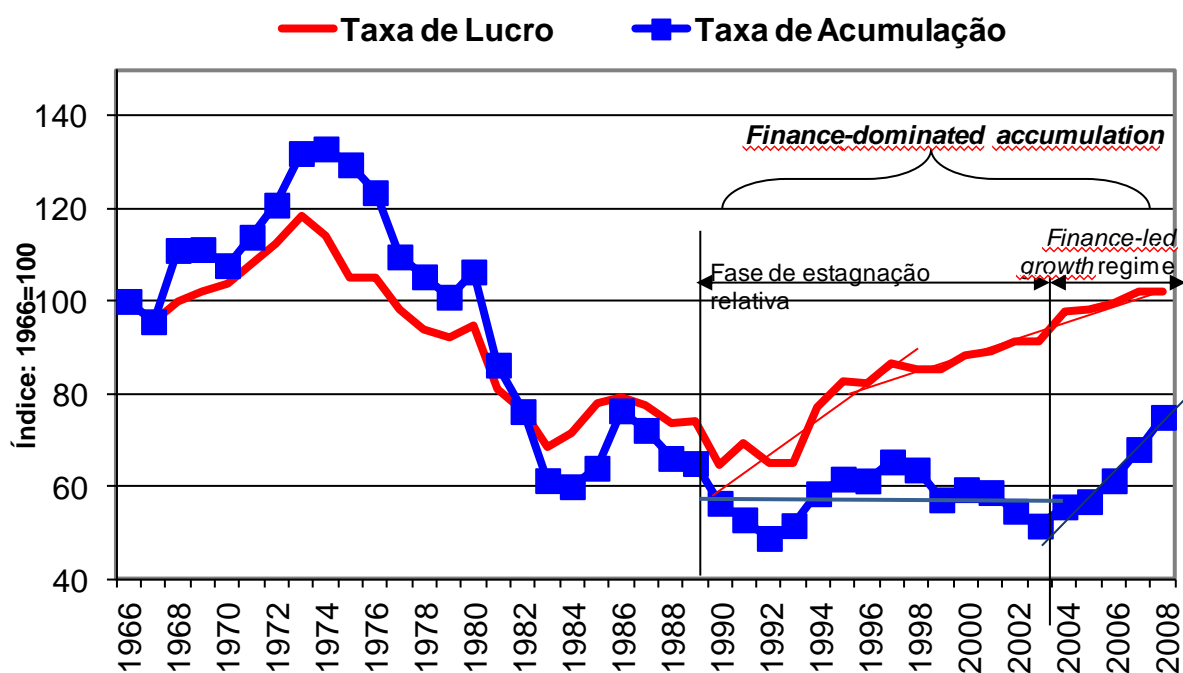


Gráfico 5 - Taxa de Lucro e Taxa de Acumulação, Brasil, 1966 – 2008.
Fonte: Bruno et al (2009a).

³² Tanto Marquetti et al (2010) quanto Bruno (2009) consideram o fator tecnológico como o principal determinante da queda da taxa de lucro no período anterior ao neoliberalismo, a despeito de uma relativa concentração funcional da renda em períodos como, por exemplo, o milagre econômico.

A partir de 1990, contudo, a taxa de lucro reverte sua trajetória e apresenta movimento ascendente, uma das marcas mais fortes do arcabouço institucional neoliberal tanto no Brasil como em nível global. O gráfico 6 revela, neste sentido, que a queda tendencial da taxa de lucro é superada no Brasil, em boa medida, pelo aumento da concentração funcional da renda. Entre 1990 – 2003, por exemplo, a participação dos salários na renda nacional brasileira cai 18,19% – cenário perverso quando se considera que a demanda, embora seja garantida, essencialmente, pelo investimento, também é determinada pelo consumo que depende principalmente dos salários (Tabela 2).

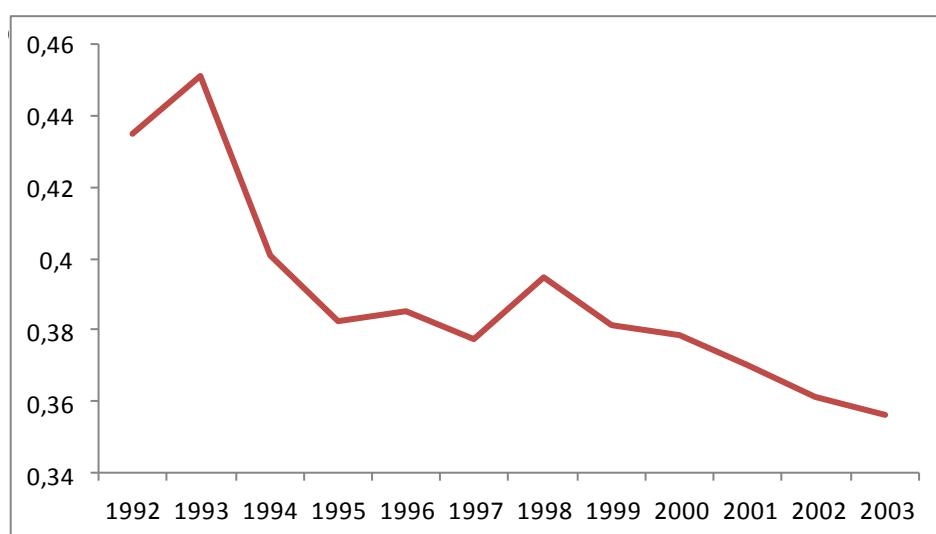


Gráfico 6 - Participação dos salários na Renda Nacional Brasileira, 1992 – 2003.
Fonte: Elaboração própria com base em MARQUETTI & FOLEY (2011).

Tabela 2 - Taxa de Crescimento da parcela salarial na renda nacional, 1990 – 2003, países selecionados e participação dos salários na renda total em 2003.

País	1990 - 2003 (%)	2003 (%)
Brasil	-18,19	35
Chile	22,11	41
China	-5,56	49
Coréia do Sul	-3,03	44
Costa Rica	-6,39	47
Estados Unidos	-4,52	57
Índia	-0,36	30

Fonte: MARQUETTI & FOLEY (2011).

O quesito distributivo no período neoliberal, portanto, não deixa de ser surpreendente. Em primeiro lugar, pelo fato do declínio funcional da renda ter sido acentuadamente maior do que em momentos históricos nitidamente reconhecidos como concentradores de renda e antidemocráticos tais como o milagre econômico e o II PND³³. Em segundo lugar, pela dissociação entre o aumento da parcela dos lucros na renda e o crescimento econômico, outrora existente na história econômica do Brasil.

A tabela 3, por sua vez, está relacionada ao outro determinante da taxa de lucro, isto é, a produtividade do capital. Como pode ser visualizado nesta tabela, durante a década de 1990 houve uma tendência de acréscimo da produtividade do capital³⁴. Convém ressaltar, no entanto, que a perda de dinamismo no declínio da produtividade do capital a partir de 1980 não é um fenômeno apenas brasileiro (Gráfico 2), mas vivenciado tanto nos EUA, como no Japão e na União Europeia (CHESNAIS et al, 2003). Esta elevação da produtividade do capital no Brasil, conforme explicado na página 34, pode estar ligada ao barateamento dos elementos do capital constante e a incorporação de novas técnicas produtivas associadas à terceira revolução industrial.

Tabela 3 - Estimativa da produtividade do capital, Brasil, 1953 – 2002

Ano	Hofman (2000) ^a	Morandi & Reis (2004) ^b	Mesquita & Marquetti (2005) ^c
1953	1.45	0.82	1.15
1960	1.25	0.75	1.04
1973	1.07	0.69	0.97
1980	0.82	0.57	0.80
1990	0.66	0.49	0.66
1994	0.68	0.52	0.73
2002		0.54	0.71

Fonte: Hofman (2000); Morandi & Reis (2004); Mesquita & Marquetti (2005)

Nota: a) Estimado em Dólares de 1980; b) estimado em Reais de 2000; c) estimado em Reais de 2003.

³³ De acordo com Bruno (2009, p.94), no período 1996 – 2006 a parcela salarial no PIB apresentou queda média anual de 1,25%. Um ritmo de queda 56% maior do que o observado no período 1966 – 1980.

³⁴ A diferença nas distintas fontes da produtividade do capital deriva, em boa parte, do emprego de diferentes taxas de depreciação para o estoque de capital.

Já em relação à dinâmica da produtividade do trabalho, como pode ser visualizado no gráfico 7, o Brasil deixa de fazer o *catching up* em relação ao país hegemônico a partir de 1980. Dito em outras palavras, por mais que esta variável tenha crescido nos últimos 30 anos, sua intensidade não é compatível com aquela verificada nos EUA. Entre o período 1992 – 2007, por exemplo, o crescimento da produtividade do trabalho no país foi de apenas 4,3% ao passo que nos EUA foi de 37,1%. Como o crescimento da produtividade é a base para o aumento do padrão de vida e da melhora na prestação de serviços, o baixo crescimento econômico do Brasil ao longo das últimas décadas não causa espanto.

Gráfico 7 - Razão entre a produtividade do trabalho* do Brasil e dos EUA
*PIB real por trabalhador, preços constantes de 2005



Fonte: *Penn World Table 6.3*, 2009.

Posto isto, pode-se partir para o segundo determinante da taxa de acumulação de capital, isto é, a taxa de investimento. O entendimento da evolução desta variável será de extrema importância, tendo em vista que, como apresentado no gráfico 5, a alta da taxa de lucro no período 1990 – 2003 não foi condição suficiente para alavancar o estoque de capital de maneira a gerar emprego e renda satisfatoriamente a uma economia com mão-de-obra abundante, como a brasileira.

O aprofundamento das reformas orientadas para o mercado no Brasil, entretanto, teve por objetivo retirar o Estado do papel de indutor do crescimento. Sendo assim, se a partir de meados de 1950 até o final dos anos 1970 o período de aceleração e complementação do processo de industrialização foi marcado por uma atuação do Estado, que priorizava o crescimento e o desenvolvimento brasileiro, no período

neoliberal, de outra forma, assistiu-se a redução expressiva dos investimentos do setor público. Isso foi particularmente presenciado nos setores de infra-estrutura, conforme se visualiza na tabela 4.

Tabela 4 - Taxa de Investimentos do setor público nos setores de infra-estrutura

Componentes/ em % do PIB	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Setor Público	2.45	2.63	2.52	2.03	1.29	1.12	1.27	1.29	1.02
Administração Pública	0.85	1.00	0.78	1.02	0.48	0.57	0.63	0.47	0.39
União	0.14	0.18	0.20	0.22	0.10	0.18	0.12	0.08	0.06
Estados	0.25	0.27	0.32	0.59	0.22	0.25	0.28	0.25	0.19
Municípios	0.47	0.56	0.26	0.21	0.16	0.14	0.23	0.15	0.14
Empresas Estatais	1.60	1.63	1.74	1.01	0.81	0.55	0.64	0.82	0.62
Em % da FBKF total									
Setor Público	13.39	15.59	14.52	11.94	8.23	6.67	7.46	7.89	6.65
Administração Pública	4.65	5.91	4.48	6.00	3.04	3.39	3.68	2.89	2.58
União	0.75	1.04	1.17	1.32	0.64	1.06	0.70	0.50	0.42
Estados	1.35	1.59	1.87	3.47	1.40	1.50	1.62	1.50	1.26
Municípios	2.55	3.34	1.49	1.21	0.99	0.83	1.35	0.89	0.90
Empresas Estatais	8.75	9.68	10.03	5.94	5.20	3.28	3.78	5.00	4.07

Fonte: Afonso e Biasoto Júnior (2007).

Tal situação se faz preocupante, pois justamente num momento em que se acirra a competição internacional a economia brasileira reduz os seus investimentos em infra-estrutura. Vale lembrar que estes últimos devem crescer a taxas altas no Brasil a fim de que se possam superar os principais gargalos do país, tendo em vista que estes pontos de estrangulamento elevam os custos de produção e reduzem o poder aquisitivo dos salários³⁵.

A análise do gráfico 8, por sua vez, mostra que desde 1977 a parte produtiva do capital fixo total, isto é, a razão entre o total de máquinas e equipamentos mais

³⁵ Como ilustração pode-se citar o elevado custo do frete rodoviário, cerca de quatro vezes o ferroviário em deslocamentos de longa distância. O déficit em infra-estrutura ferroviária, em um país com dimensões continentais como o Brasil, tem impactos negativos sobre as condições de produção e de distribuição de bens e serviços. Desta forma, as longas distâncias percorridas em rodovias afetam as decisões locais de indústrias e de outras empresas, afastando-as precisamente das regiões mais carentes e promovendo a concentração espacial das estruturas de produção em torno dos grandes centros urbanos do eixo Sul-Sudeste (BRUNO & SILVA, 2009).

construções não-residenciais / estoque de capital fixo total, líquidos de depreciação, declina tendencialmente. E o ritmo de expansão do estoque em construções não-residenciais permanece numa média anual de apenas 2% ao longo do período pós-liberalização (1990 – 2008).

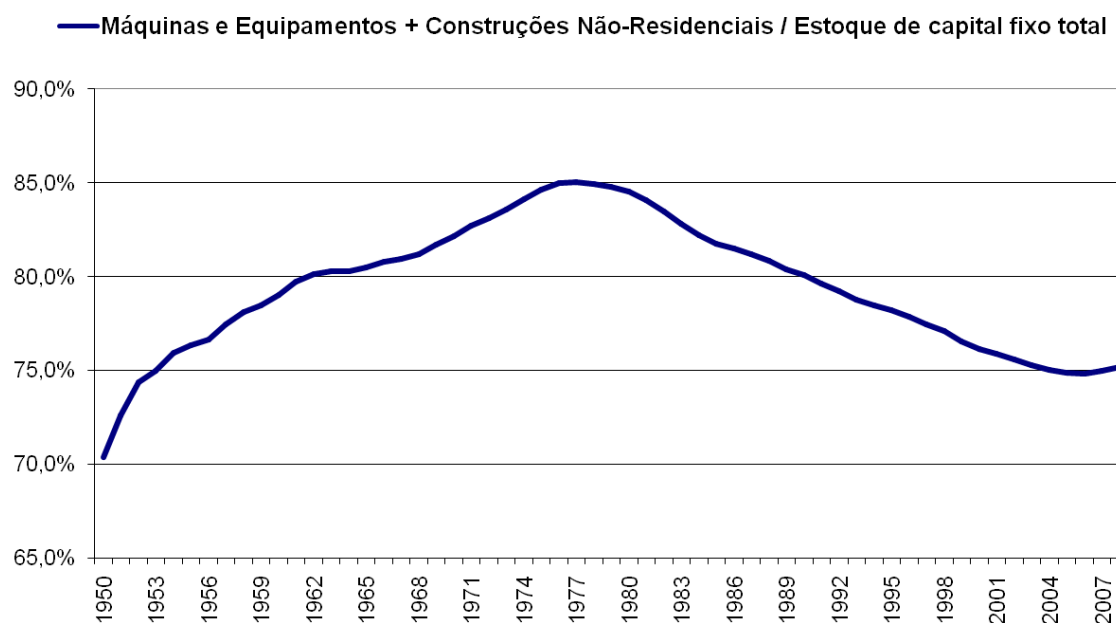


Gráfico 8 - Participação do capital fixo produtivo no estoque de capital total, 1950 - 2008.

Fonte: BRUNO et al (2009a).

Não se pode esquecer, ademais, o impacto que o gasto público pode vir a ter, por exemplo, no investimento privado. Efeito este que irá depender tanto do tipo de investimento a ser realizado pelo governo, quanto do volume disponível para que estes investimentos se efetivem. A literatura econômica, neste sentido, abarca tanto casos de complementaridade entre o investimento público e privado (*Crowding In*), como também casos de influência negativa do primeiro sobre o último (*Crowding Out*). No Brasil, em particular, sempre houve uma correlação direta entre os dois, e no período marcado pelas taxas de crescimento médias mais altas da história econômica brasileira a atuação do setor público coordenou e complementou a ação do setor privado (DATHEIN, 2008; ALEM & GIAMBIAGI, 2007). CONTE (2008), por exemplo, ao empregar a metodologia dos vetores auto-regressivos (VAR) para testar a função investimento da economia brasileira no período 1953 – 2003 associa, no longo prazo, o aumento de 1% no gasto do governo em investimentos em relação ao PIB a uma elevação de 4,14% na taxa de investimento do setor privado. Assim, como mostra o

gráfico 9, quando o Estado perdeu capacidade de investimento, a taxa de investimento do setor privado também declinou.

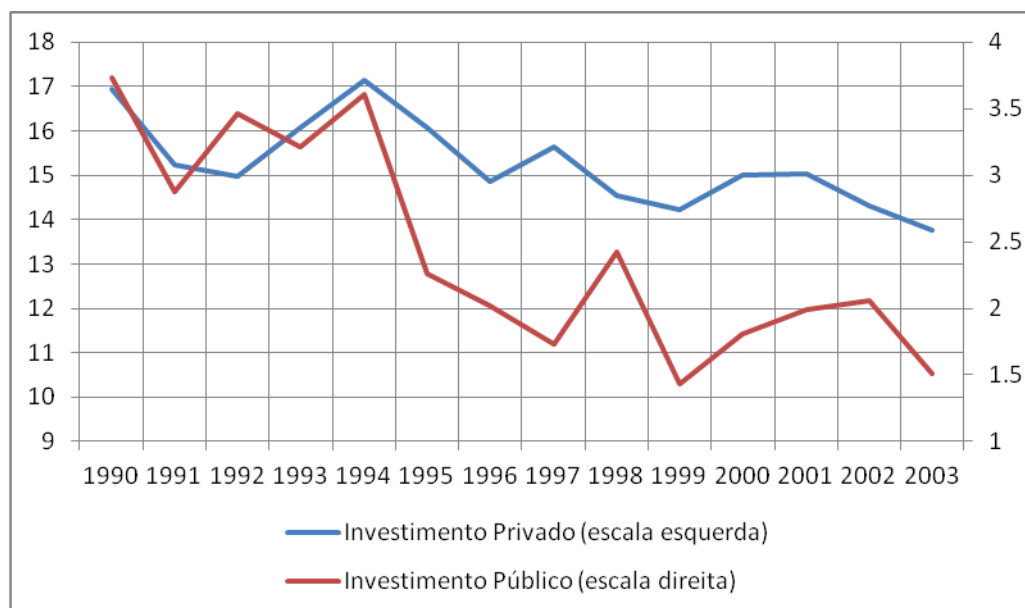


Gráfico 9 - Taxa de Investimento do setor público e privado no Brasil, 1990 - 2003
Fonte: IBGE.

Como consequência desta combinação de: (i) abertura comercial e financeira abrupta, através do choque de eficiência nas empresas brasileiras (expresso no relativo aumento da produtividade do trabalho) e (ii) redução do investimento público e privado, entretanto, se pode dizer que o período 1990 – 2003 foi extremamente negativo no que tange ao mercado de trabalho (Tabela 5).

Tabela 5 - Taxa de Desemprego, Brasil, Regiões Metropolitanas selecionadas e DF.

Ano	Brasil ^a	São Paulo	Porto Alegre	Belo Horizonte	Distrito Federal	Recife	Salvador
1991	4.8	11.7	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.
1992	5.7	15.2	n.d.	n.d.	15.4	n.d.	n.d.
1993	5.3	14.6	12.2	n.d.	14.7	n.d.	n.d.
1994	5.1	14.2	11.3	n.d.	14.1	n.d.	n.d.
1995	4.7	13.2	10.7	n.d.	15.4	n.d.	n.d.
1996	5.4	15.1	13.1	12.7	16.7	n.d.	n.d.
1997	5.7	16.0	13.4	13.4	18.4	n.d.	21.6
1998	7.6	18.2	15.9	15.9	19.7	21.6	24.9
1999	7.6	19.3	19.0	17.9	22.1	22.1	27.7
2000	7.1	17.6	16.6	17.8	20.2	20.7	26.6
2001	6.2	17.6	14.9	18.3	20.5	21.1	27.5
2002	6.4	19.0	15.3	18.1	20.7	20.3	27.3
2003	7.0	19.9	16.7	20.0	22.9	23.2	28.0

Fonte: PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego (DIEESE)

Notas: a) Taxa de Desemprego Aberto, IBGE, Pesquisa Mensal de Emprego (PME).
n.d.) Dados não disponíveis.

O avanço do desemprego neste período, ao mesmo tempo, serviu para modificar a estrutura do mercado de trabalho brasileiro. Como mostra a tabela 6, houve achatamento do mercado formal de trabalho, isto é, aquele regulamentado pelas leis trabalhistas e integrado aos mecanismos institucionais que garantem proteção ao trabalhador, tais como a previdência social, o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e o seguro-desemprego.

Tabela 6 - População Ocupada de 15 anos ou mais – média percentual anual

Ano	Empregados com Carteira Assinada	Empregados sem Carteira Assinada	Conta-Própria	Empregador
1991	53.7	20.8	20.1	4.4
1992	51.4	22.2	21.0	4.4
1993	50.5	23.1	21.1	4.3
1994	49.3	23.7	21.8	4.2
1995	48.4	24.1	22.0	4.5
1996	46.7	24.8	22.8	4.6
1997	46.4	24.8	23.3	4.5
1998	45.3	25.2	24.0	4.5
1999	44.1	26.9	23.7	4.3
2000	44.5	26.9	23.5	4.3
2001	45.2	27.1	23.1	3.9
2002	49.3	23.0	21.0	5.4
2003	47.8	23.7	21.6	5.9

Fonte: IBGE.

A flexibilização do mercado de trabalho imposta nos anos 1990 e o consequente aumento da insegurança nas condições de trabalho, portanto, ao contrário do que argumentavam seus defensores, não levou a uma maior contratação de mão-de-obra. Em realidade, o aumento da informalidade e da precarização das condições de trabalho, serviu para enfraquecer a formação de sindicatos e acentuar o diferencial de rendimentos entre o setor formal e informal - Gráfico 10 – (MACHADO DA SILVA, 2003; SCHINCARIOL, 2007). O aumento do desemprego neste período, além disso, teve impacto extremamente negativo sobre os programas públicos, que dependem de contribuições calculadas sobre a massa salarial dos trabalhadores vinculados ao mercado formal de trabalho. Como ilustração, pode-se citar o caso da previdência social, pois embora a situação complicada desta última seja resultado do crescimento de suas despesas, sobretudo de aposentadoria, grande parte do problema advém da perda de dinamismo do próprio mercado de trabalho brasileiro. Segundo Rego & Marques (2005,

p.271), por exemplo, em 2000 as receitas de contribuições encontravam-se 3,2% abaixo do nível arrecadado em 1986.

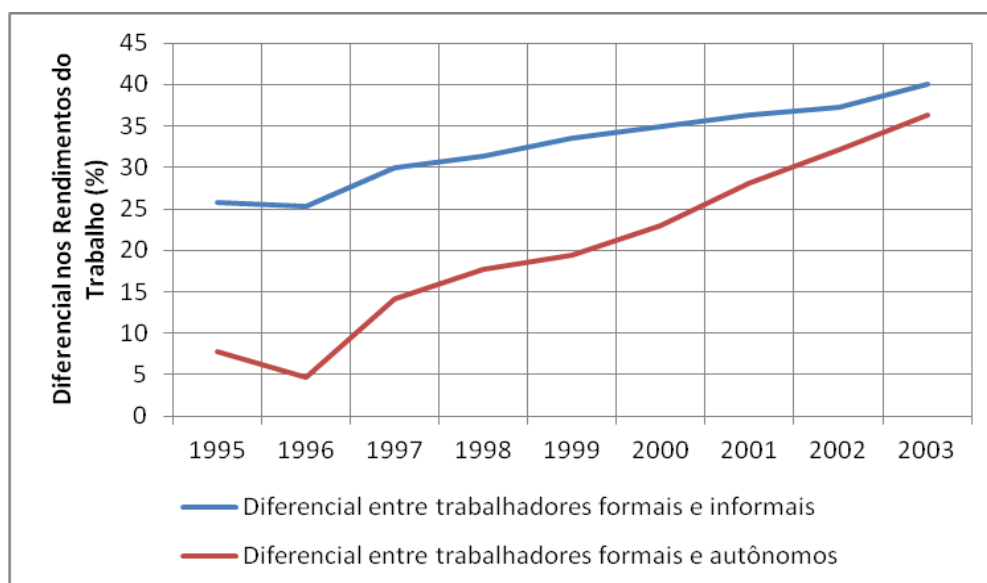


Gráfico 10 - Evolução do diferencial entre os rendimentos do trabalho formal e informal
Fonte: BARROS et al (2010).

A apática acumulação de capital no capitalismo neoliberal, como se nota, teve significativo impacto no mercado de trabalho brasileiro, visto não ter gerado renda e emprego de maneira satisfatória. Isto não impediu, contudo, que a parte do lucro destinada a ativos financeiros crescesse. Como mostra o gráfico 11, de 1980 a 2003 observa-se o declínio tendencial da parcela do lucro bruto macroeconômico reservada à formação bruta de capital fixo (FBKF), paralelo, por outro lado, a uma elevação da parcela destinada, por exemplo, a ativos financeiros³⁶. Pierre Salama traduz este movimento:

O impulso das finanças na indústria se traduz por uma modificação da divisão dos lucros em favor das finanças. A alta da parte dos lucros no valor adicionado, consequência direta das mais elevadas pressões impostas à valorização do capital alimenta, sobretudo, o “apetite” do capital financeiro, e quase sempre a parte dos lucros que resta do capital industrial é insuficiente para aumentar a taxa de formação bruta de capital fixo na indústria [...]. Temos, então, um triplo movimento: alta de parte dos lucros financeiros, no lucro total; alta dos lucros, mas, ao mesmo tempo, lucros industriais do setor financeiro em regressão relativa, resultando num índice de investimento insuficiente no setor industrial para impulsionar um crescimento forte e sobretudo durável (SALAMA, 2008, p.189).

³⁶ Somente a partir de 2004 a parcela destinada à FBKF volta a crescer, daí as melhores taxas de crescimento econômico dos últimos anos. A trajetória da economia brasileira no período 2003 – 2010, todavia, será analisada apenas no capítulo 4.

Grande parte deste fenômeno, com efeito, deriva da política macroeconômica estabelecida no país durante todos estes anos. Tema a ser analisado no próximo tópico.

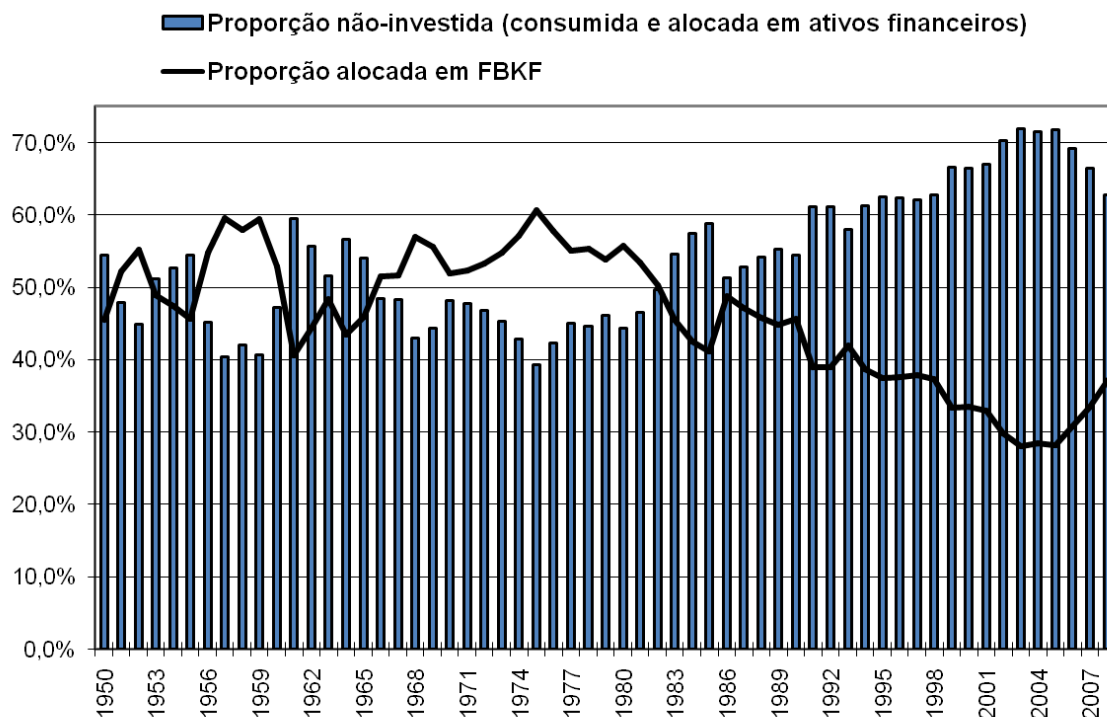


Gráfico 11 - Alocação do lucro bruto macroeconômico, Brasil, 1950 – 2008
Fonte: Bruno (2009a).

3.3 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA MACROECONÔMICA PARA O DESENVOLVIMENTO

A segunda metade da década de 1990 inaugura um quadro de relativa estabilidade para o Brasil, pois após longo período marcado pela convivência, e tentativas de combate, para com o processo inflacionário crônico, o Plano Real logra êxito no que se refere ao controle dos preços³⁷. De acordo com os formuladores deste plano, o combate à inflação deveria ser feito através de três instrumentos: ajuste fiscal, âncora cambial e, sempre que necessário, a elevação da taxa de juros básica ou de curto prazo do Banco Central³⁸. À política monetária, em particular, coube criar diferencial

³⁷ Para uma análise minuciosa dos êxitos e fracassos dos planos anteriores ao Plano Real ver Carneiro, D.D & Modiano, E (1990); Carvalho, C. E (2006) e Modiano, E (1990).

³⁸ Com o fracasso da política de âncora cambial, em poucos anos se instituiu a flutuação do câmbio, com a premissa de que o mercado resolveria os problemas de equilíbrio externo, e uma nova âncora, isto é, a política de metas de inflação, que, ao menos no discurso oficial, “justificaria” mais solidamente as altas taxas de juros.

entre a taxa de juros interna em relação à externa de modo a assegurar um fluxo positivo de capitais internacionais para financiar o balanço de pagamentos. Tal medida, todavia, acabou por enfraquecer a própria intenção de ajuste fiscal, já que, como pontua Cardim de Carvalho (2005, p.336), “*em vez do estoque da dívida diminuir como era esperado em função do equilíbrio fiscal que seria alcançado com a estabilização dos preços, os desequilíbrios fiscais acabaram por se agravar em resultado, entre outras coisas, do próprio aumento das despesas com o serviço da dívida, explicado pela manutenção de taxas de juros excepcionalmente elevadas*”. Durante o período 1995 – 2003, portanto, como se observa na tabela 7, a inflação de demanda não se constituiu em problema e as altas taxas de juros serviram, de fato, para captar poupança externa e apreciar o câmbio, o que por sua vez, viabilizou o choque de oferta e a eliminação do componente inercial da inflação brasileira.

Tabela 7 - Capacidade Utilizada na Indústria (CUI) e Taxa de Inflação Anual (IGP-DI)

Períodos	Δ CUI	Δ IGP-DI	Média CUI	Média IGP-DI
1967 -1973	13,08	-37,93	85,19	19,98
1974 - 1980	-5,07	218,95	85,79	53,89
1995 - 2003	-3,24	-48,14	81,69	11,95

Fonte: Bacha & Bonelli (2005) para o índice de Capacidade Utilizada na Indústria brasileira e IPEADATA para o IGP-DI. Elaboração própria.

No plano interno, por conseguinte, como se vê na tabela 8, em virtude do crescente influxo de capitais, atraídos pelas elevadas taxas de juros domésticas, houve uma redução da dívida externa líquida, na medida em que o Banco Central (BC) formava reservas. Essa operação, por outro lado, provocou a expansão da dívida interna em razão dos juros pagos pelos títulos lançados para promover a esterilização da oferta adicional de moeda nacional utilizada na compra de moeda estrangeira por parte do BC. Frequentemente, entretanto, a causalidade destes fatos é invertida, isto é, costuma-se atribuir as altas taxas de juros no Brasil ao elevado endividamento do setor público. Essa versão, todavia, é facilmente desmentida pela tabela 9. Nela é possível observar tanto países de renda média similar à do Brasil, como países avançados, com dívida pública maior e taxa de juros menores.

Tabela 8 - Dívida líquida do setor público em % do PIB, 1991 – 2003.

DISCRIMINAÇÃO	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	Jun.	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Dívida Líquida Total	37.9	37.3	33.2	29.2	30.5	33.3	34.5	38.2	42.6	49.7	49.5	53.3	55.5	57.2
Governo Federal e Banco Central	12.7	12.2	9.7	12.6	13.2	15.9	18.8	21.6	25.4	30.4	31.0	33.2	35.3	36.2
Governos Estaduais e municipais	7.2	9.3	9.4	9.7	10.6	11.5	13.0	13.6	14.4	16.4	16.3	18.5	18.5	19.8
Empresas estatais	18.1	15.8	14.1	6.9	6.7	5.9	2.8	3.1	2.9	2.8	2.2	1.6	1.7	1.1
Dívida interna líquida	13.9	18.5	18.7	20.8	24.9	29.4	30.2	36.0	36.0	39.2	39.7	42.7	41.2	45.5
Governo Federal e Banco Central	-2.2	0.8	1.9	6.4	9.8	14.3	16.8	21.8	21.1	22.4	23.5	24.9	22.9	26.2
Títulos Públicos federais	3.0	9.0	9.3	11.5	15.6	21.4	28.2	32.5	35.4	39.8	-	38.5	33.6	42.5
FAT	-1.3	-1.6	-1.7	-2.4	-2.6	-2.5	-2.6	-2.8	-3.1	-3.2	-4.5	-4.9	-4.8	-5.5
Base Monetária	1.6	1.4	1.0	3.4	3.2	2.4	3.6	4.1	4.3	4.7	4.2	4.3	4.6	4.6
Outros depósitos no BC	1.1	1.4	1.4	2.7	2.7	3.5	3.8	4.1	2.1	1.5	1.3	1.5	3.5	3.6
Créditos do BC a Inst. Finan.	-0.4	-1.0	-0.2	-3.9	-5.1	-8.4	-7.7	-6.7	-5.3	-3.9	-3.3	-1.7	-1.3	-1.1
Carteira de fundos	-0.4	-0.5	-0.6	-0.9	-1.0	-0.3	-1.1	-1.2	-1.5	-1.5	-2.7	-3.0	-3.4	-4.7
Renegociação c/ estados (Lei nº 9496/97)	-	-	-	-	-	-	-5.5	-7.5	-9.5	-12.7	-13.6	-14.1	-13.7	-15.2
Governos Estaduais e municipais	6.1	8.2	8.3	9.4	10.3	11.2	12.5	13.0	13.7	15.5	15.3	17.4	17.1	18.6
Renegociação c/ União (Lei nº 9496/97)	-	-	-	-	-	-	5.5	7.5	9.5	12.3	12.0	12.4	12.0	13.3
Empresas estatais	10.0	9.5	8.5	5.0	4.9	3.9	0.9	1.2	1.3	1.3	0.9	0.4	1.2	0.7
Dívida externa líquida	24.0	18.8	14.5	8.5	5.6	3.9	4.3	2.2	6.6	10.5	9.8	10.5	14.3	11.7

Fonte: Banco Central do Brasil.

Tabela 9 - Dívida Pública e Taxa Real de Juros de curto prazo, países selecionados

Países	Dívida pública (% do PIB) ^a	Taxa real de juros ^b
Brasil	52.6	11.06
Turquia	74.4	5.6
México	24.4	3.82
Rússia	34.8	2.0
Coréia do Sul	15.8	1.96
China	29.6	1.30
Filipinas	71.5	1.03
Chile	14.8	1.22
Índia	62.2	0.68
Tailândia	46.6	-0.9
Argentina	64.0	-1.79
Itália	106.4	1.8
Japão	89.7	1.5
Alemanha	63.5	2.0
França	54.8	2.2

Fonte: The Economist e FMI.

Nota: a) Dados de 2003; b) Dados de 2006 calculados excluindo-se da taxa de juros de curto prazo o valor do índice de preços ao consumidor de abril de 2006.

De acordo com autores como, por exemplo, Alan Blinder (1998, p.87) a taxa real de juros de curto prazo não é importante para a maior parte das transações econômicas. Tal situação pode até ser verdade em países como os Estados Unidos e outros. No Brasil,

porém, tal taxa, denominada aqui de SELIC, é de extrema relevância para os rentistas, pois é a taxa de juros que remunera boa parte dos títulos da dívida pública. Esse percentual de indexação, diga-se de passagem, ao longo do período 1994 – 2003 cresceu substancialmente (Tabela 10).

Tabela 10 - Títulos públicos federais e operações de mercado aberto, 1994 – 2003.
Participação percentual por indexador (%)

Ano	Câmbio ^a	SELIC ^b	Prefixados	Índices preço	Outros	Total
1994	8.3	16.0	40.2	12.5	23.0	100
1995	5.3	37.8	42.7	5.3	8.9	100
1996	9.4	18.6	61.0	1.8	9.2	100
1997	15.4	34.8	40.9	0.3	8.6	100
1998	21.0	69.1	3.5	0.4	6.0	100
1999	24.2	61.1	9.2	2.4	3.1	100
2000	22.5	52.7	14.9	6.0	3.9	100
2001	29.5	54.4	8.1	7.2	0.8	100
2002	33.5	41.9	2.0	11.4	11.2	100
2003	20.5	46.6	11.6	12.6	8.7	100

Fonte: Banco Central

Nota: a) Com swap; b) Inclui operações de financiamento (mercado aberto).

Vale lembrar, ademais, que a alegação de que os títulos públicos pertencem a credores que “emprestam” seus recursos ao setor público e que, portanto têm o direito incontestável de recebê-los de volta não é 100% verdadeira. Este foi o caso, como expõe Carlos Eduardo Carvalho, do período 1998 – 2003, fase em que a dívida líquida total apresentou grande aumento (tabela 8):

O grande salto da dívida de 1998 a 2003 foi produzido em grande parte pela instabilidade cambial. A partir de 1998 o governo vendeu grande quantidade de títulos públicos corrigidos pela taxa de câmbio, o que livrou bancos e empresas de sofrer perdas com as dívidas em dólares que tinham contraído no exterior. Com as desvalorizações de 1999 e de 2001-2002, essas dívidas cresceriam muito, até mesmo com risco de quebrar bancos e empresas. O governo vendeu títulos com correção cambial para esses devedores privados, de modo que o Tesouro passou a dever em dólares e livrou os bancos e empresas de perder com a desvalorização do real. Outros bancos e empresas compraram os títulos com correção cambial sem ter dívidas em dólares e ganharam muito à custa do Tesouro, o que explica os lucros fantásticos do primeiro semestre de 1999. A conta foi paga pelo Tesouro e repassada à sociedade, que arca hoje com a pesada carga tributária para pagar os juros da dívida. Assim, os grandes detentores de títulos públicos são, em grande medida, devedores do Estado, que lhes transferiu grandes somas de recursos e cobriu as perdas que muitos deles iriam amargar com as crises cambiais (EDUARDO CARVALHO, 2007, p.102-104).

Outra falácia a ser ressaltada advém do apontamento de que a dívida pública resulta do déficit do setor público, ou mais precisamente, de que o governo gasta mais do que arrecada, e por isso se endividou. Conforme se verifica na tabela 11, o governo teve superávit primário em quase todo o período analisado, com exceção apenas dos anos 1996 e 1998, anos em que ainda assim os déficits foram relativamente baixos³⁹. Em verdade, pode-se dizer que o grande responsável pela elevação da dívida foram as despesas com juros, e não o excesso de despesas do setor público.

Tabela 11 - Necessidade de financiamento do setor público ^a, fluxos em doze meses, % do PIB.

	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Resultado Nominal	23.42	34.01	50.21	60.74	12.78	7.15	5.17	7.37	12.09	4.28	5.79	6.86	6.95
Governo Central e BC	6.18	9.94	17.42	23.19	4.12	2.9	2.5	3.86	9.26	2.09	4.34	4.82	3.79
Estados e municípios	8.39	12.61	20.03	25.42	6.37	3.26	2.33	2.9	2.45	2.61	2.0	2.22	3.53
Empresas estatais	8.85	11.46	12.76	12.14	2.29	1.0	0.34	0.6	0.37	-0.42	-0.55	-0.18	-0.37
Juros Nominais	26.28	36.97	52.68	64.62	15.86	6.65	5.34	6.46	13.84	7.87	9.52	10.46	11.27
Governo Central e BC	7.01	11.33	19.03	25.18	6.36	3.01	2.62	3.99	10.88	4.35	6.36	6.92	6.45
Estados e municípios	9.73	13.55	20.38	26.23	6.63	2.71	2.11	2.2	2.52	3.1	2.7	3.06	4.37
Empresas estatais	9.54	12.08	13.27	13.21	2.88	0.93	0.61	0.27	0.44	0.41	0.46	0.49	0.45
Resultado primário	-2.86	-2.67	-2.43	-3.88	-3.08	0.55	-0.17	0.91	-1.75	-3.57	-3.73	-3.6	-4.32
Governo Central e BC	-0.84	-1.09	-1.57	-1.99	-2.24	-0.1	-0.12	-0.12	-1.62	-2.27	-2.02	-2.1	-2.65
Estados e municípios	-1.33	-0.95	-0.35	-0.81	-0.26	0.55	0.21	0.71	-0.07	-0.48	-0.7	-0.84	-0.85
Empresas estatais	-0.69	-0.63	-0.51	-1.08	-0.58	0.09	-0.27	0.33	-0.07	-0.83	-1.01	-0.66	-0.82
Juros Reais	1.5	4.08	2.77	2.99	4.66	3.98	3.51	5.52	9.92	3.22	5.84	5.23	3.02
Governo Central e BC	0.54	1.76	1.63	1.29	1.92	1.68	1.83	3.53	8.68	1.77	4.25	3.78	1.53
Estados e municípios	0.2	1.07	0.4	0.88	1.92	1.72	1.3	1.77	0.92	1.17	1.16	0.95	1.05
Empresas estatais	0.76	1.26	0.73	0.82	0.82	0.58	0.38	0.22	0.32	0.29	0.44	0.5	0.43
Resultado Operacional	-1.36	1.44	0.33	-1.16	1.4	4.48	3.34	6.42	8.16	-0.36	2.11	1.63	-1.3
Governo Central e BC	-0.29	0.68	0.06	-0.97	-0.5	1.56	1.72	3.4	7.06	-0.5	2.23	1.68	-1.12
Estados e municípios	-1.14	0.12	0.05	0.07	1.66	2.27	1.51	2.48	0.85	0.68	0.46	0.11	0.2
Empresas estatais	0.07	0.64	0.21	-0.25	0.24	0.65	0.12	0.54	0.25	-0.54	-0.58	-0.16	-0.38

Fonte: Banco Central do Brasil.

Nota: a) NFSP com desvalorização cambial (valorizado). Dados elaborados a partir de médias anuais. Não inclui receitas de privatização; (+) = déficit, (-) = superávit; para o resultado operacional, desconta-se a inflação, para o primário, descontam-se os juros reais.

Em virtude da estratégia de “*confidence building*”, no entanto, o Estado brasileiro, na ânsia por não deixar a relação dívida/PIB crescer, se esforçou na busca por expressivos superávits primários. Isto é, o ajuste das contas do governo passou a depender exclusivamente da geração de um superávit primário crescente, e sempre

³⁹ A partir de 1983, após negociações entre o país e o FMI, as contas públicas brasileiras passaram a ser aferidas utilizando-se três conceitos de déficit (ou superávit): Primário: considera-se apenas a diferença entre as receitas e despesas, excluindo-se os custos da dívida pública; Operacional: obtido pela adição do resultado primário aos juros das dívidas interna e externa e Nominal, também denominado Necessidades de Financiamento do Setor Público (NFSP): obtido adicionando-se, ao operacional, as despesas com as correções monetária e cambial do estoque da dívida (MUNHOZ, D, G, 1987).

insuficiente, constituído a partir de uma combinação de aumento da arrecadação e contenção dos gastos públicos, comprometendo, assim, a manutenção e a expansão dos investimentos (Tabela 12), além de limitar o próprio alcance dos programas sociais (Sicsú & Vidotto, 2007).

Tabela 12 - Taxa de investimento em grupo de países, 1995 – 2004 (% do PIB).

Região	Média 1995 - 2004	2004
Países Desenvolvidos	21,3	20,6
África	20,0	21,3
Leste e Centro Europeu	23,9	24,5
Dinâmicos da Ásia	32,6	35,4
América Latina	20,8	20,4
Brasil	17,7	17,8
Mundo	22,1	21,9

Fonte: FMI, Banco Mundial e IBGE.

Dito de outra forma, a combinação de superávit primário e déficit nominal ao longo do período analisado teve impacto distributivo regressivo, além de contribuir para o pífio crescimento econômico brasileiro. Nas palavras de Câmara Neto & Vernengo:

A primary surplus together with a nominal deficit implies that the government is paying the difference to debt holders. Usually debt holders are wealthy individuals, corporations, and banks. In other words, the combination of primary surplus cum nominal deficit represents a transfer of resources from society as a whole to wealthy debt holders. The redistributive process has strong social consequences since in most cases primary surpluses imply that social spending has to be squeezed. Therefore, the effects of fiscal deficits on the level of activity are mediated by income distribution rather than the rate of interest. In wage-led economies redistribution towards debt holders, with lower propensities to consume, should lead to output stagnation. In other words, in wage-led economies, financial liberalization that promotes integration to international financial markets, coped with large primary fiscal surpluses, promotes stagnating rates of output growth (CÂMARA NETO & VERNENGO, 2004, p. 10).

Elevadas taxas de juros, por tais razões, provocaram dois efeitos colaterais bastante nocivos à economia brasileira neste período⁴⁰. Por um lado envolveram elevados custos fiscais e restrições às operações de crédito, necessárias para financiar os investimentos e os bens de consumo duráveis⁴¹. E por outro, ao sobrecarregar a política monetária na defesa do balanço de pagamentos, provocaram instabilidade cambial (Gráfico 12), com tendência à apreciação do real e deterioração do passivo externo.

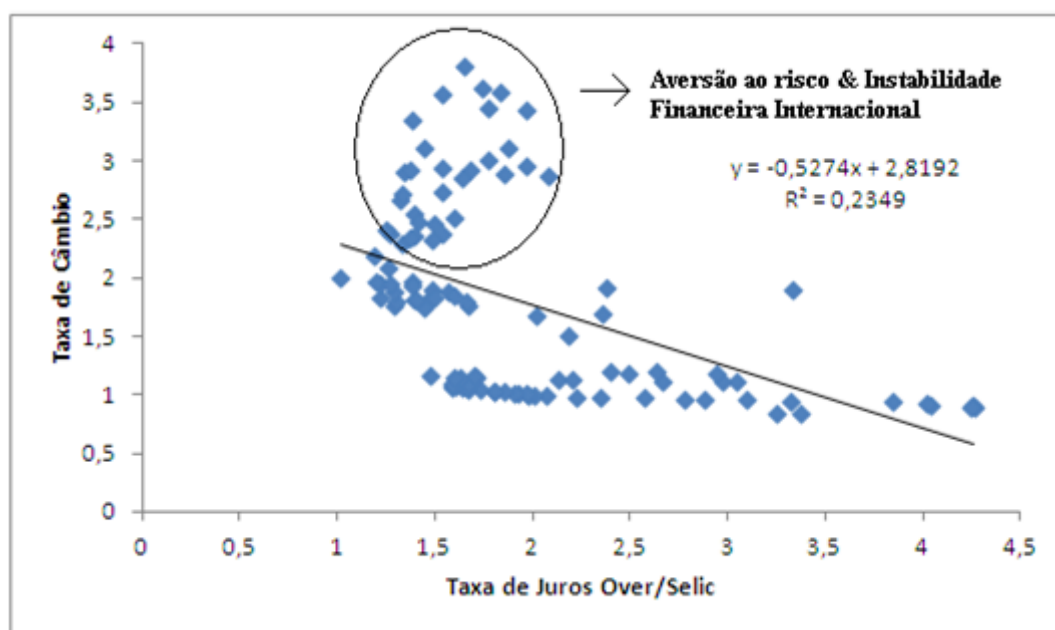


Gráfico 12 - Regressão Linear Simples, Taxa de Câmbio (RS/US\$) = f(Taxa de juros Over Selic).

Fonte: Elaboração própria com base em dados mensais de janeiro de 1995 a dezembro de 2003 do BACEN-DEPEC.

Vale lembrar que a apreciação do câmbio, e a sua volatilidade, prejudicam a qualidade da avaliação de projetos e a inovação produtiva, desestimulando, assim, as

⁴⁰ Se Kalecki não deu tanta importância à taxa de juros para o processo de desenvolvimento, Marx deu. Para este último, a taxa de juro se associa à taxa de lucro e deve ser inferior à taxa média de lucro. Isto é, certo capitalista monetário (prestamista) adianta certo dinheiro a um capitalista funcionante (mutuário) de modo que o preço por este empréstimo seja uma participação no lucro (o juro). A generalização do capital portador de juros e do sistema de crédito é que remete ao conceito de capital fictício em Marx, conceito bastante relevante para o entendimento das relações monetárias do capitalismo contemporâneo. Neste sentido ver Marx (1983c) e Garlipp (2001). Outro importante autor a destacar as taxas de juros foi Keynes (1983). Para este, a taxa de juros nada mais é do que a recompensa da renúncia à liquidez por um período determinado. Assim, em uma estrutura de demanda por ativos, à medida que a incerteza aumenta a liquidez é valorizada (e vice-versa). Keynes defendia que a taxa de juros se situasse abaixo da “eficiência marginal do capital” (expectativa de lucros) com o intuito de estimular o investimento produtivo, pois caso contrário haveria um incentivo aos proprietários de capital em alocar seus ativos em títulos de curto prazo, conectados à dívida pública, por exemplo, já que estes apresentam elevada rentabilidade e liquidez, em comparação aos ativos reais que, embora diretamente produtivos e relevantes do ponto de vista social, tendem a apresentar maiores riscos e menor rentabilidade.

⁴¹ Entre 1994 e 2003 as operações de crédito como percentual do PIB caíram 12 pontos percentuais de 36,6 % para 24,6%.

exportações de produtos com alto valor agregado. Pelos gráficos 13 e 14, por exemplo, pode-se observar que o *gap* tecnológico do Brasil é significativamente alto em comparação aos países desenvolvidos.

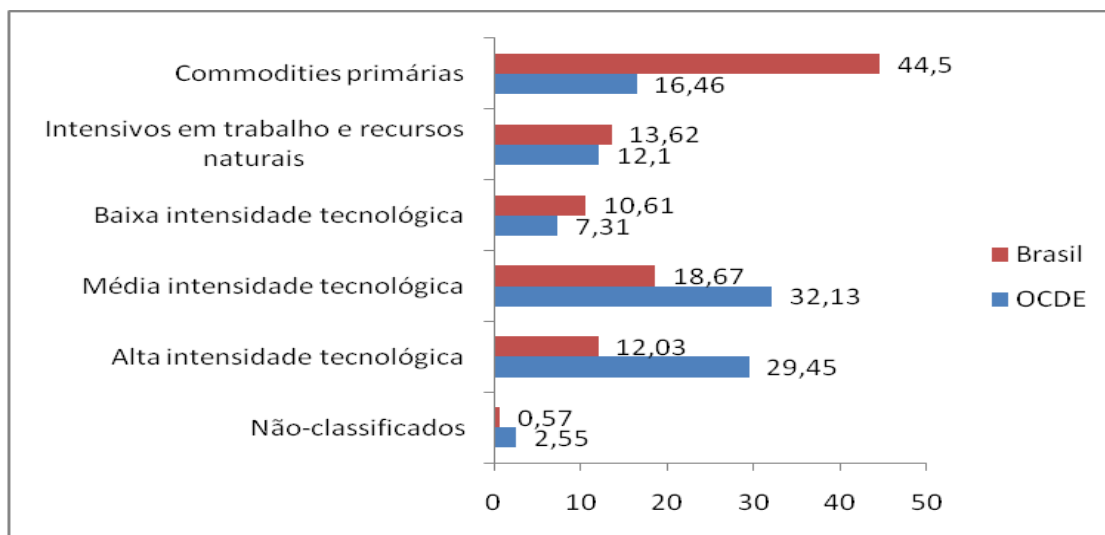


Gráfico 13 - Exportações por categoria de produto, 1989 – 2005 (Categoria de produtos em % do total)
Fonte: UNCDB.

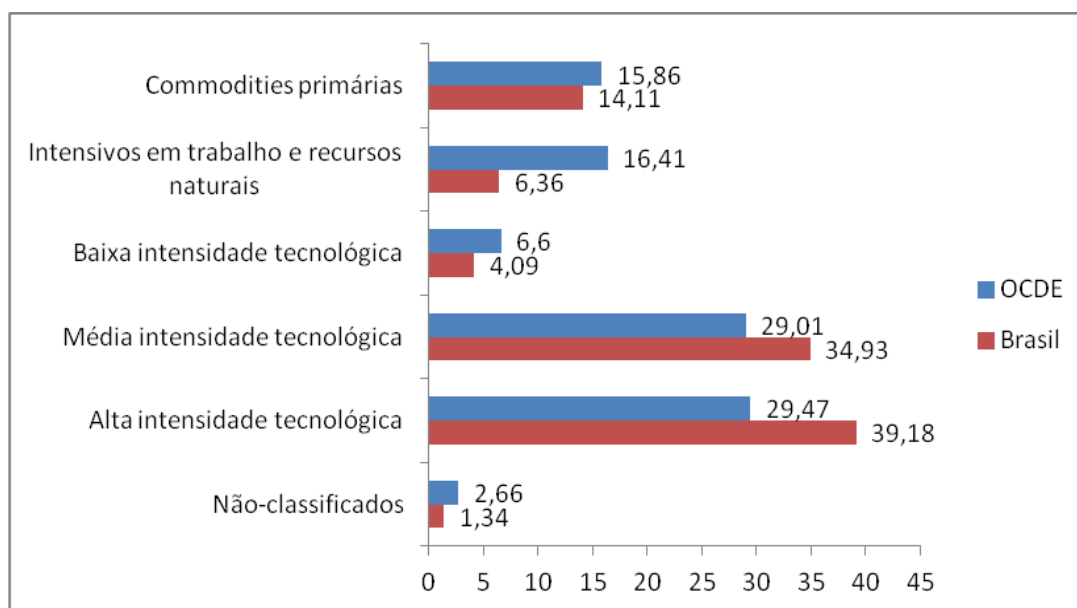


Gráfico 14 - Importações por categoria de produto, 1989 – 2005 (categoria de produtos em % do total)
Fonte: UNCDB

Enquanto as *commodities* primárias ocupam, em média, cerca de 44% da pauta de exportações brasileiras no período 1989-2005, este mesmo grupo ocupa apenas 16% nos países da OCDE. As exportações de produtos de alta intensidade tecnológica nos países da OCDE, por sua vez, ocupam em média quase 30% no período, enquanto no Brasil ocupam somente 12%. Além disso, na OCDE mais de 60% de suas exportações se concentram em produtos de alta e média intensidade tecnológica, ao passo que no Brasil

respondem por apenas 30% do total. O gráfico 14, de maneira análoga, demonstra que cerca de $\frac{3}{4}$ das importações brasileiras no período 1989- 2005 correspondem a bens de alta e média intensidade tecnológica, produtos de maior dinamismo no mercado internacional. A associação entre uma taxa de câmbio livre e conta de capitais aberta, ademais, foi perversa aos bens comercializáveis tanto no Brasil como na América Latina:

Vários países da América Latina e do Caribe adotaram regimes cambiais de flutuação livre diante do contágio da crise asiática em 1998. O problema provocado pelo novo regime foi que a taxa de câmbio se tornou extremamente sensível às modificações transitórias na oferta de fundos externos, trazendo consigo uma ineficiente atribuição de recursos. Em conjunturas de escassez de fundos, a taxa de câmbio real sofre forte desvalorização, mas no atual contexto recessivo de liquidez restrita, os produtores têm dificuldades em aproveitar plenamente o incentivo cambial. Na etapa seguinte, quando a restrição externa dominante desaparece graças a maior oferta de fundos externos, novas reavaliações são registradas. Cabe destacar, então, outra assimetria: durante os períodos de expansão, os mercados financeiros estão dispostos a financiar maiores investimentos; porém, a valorização cambial desestimula a formação de capital na produção de bens comercializáveis. Como consequência desse comportamento pró-cíclico da taxa de câmbio real, o ciclo econômico demonstra um viés contra os bens comercializáveis. Paradoxalmente, as reformas liberalizantes das importações procuravam atribuir papel central aos itens comercializáveis, por supor que a taxa de câmbio assumiria papel determinante na competitividade internacional. Não obstante, as duas opções cambiais oferecidas pelo consenso de Washington – ambas comprovadamente exageradas – se contrapõem a esse objetivo (CEPAL, 2010, p. 73).

A tabela abaixo, em referência ao Balanço de Pagamentos (BP) brasileiro, demonstra com precisão a dificuldade de se obter superávit em transações correntes, de modo que o saldo positivo do BP tenha se constituído, em sua maior parte, pela captação de poupança externa, elevando, em contrapartida as despesas anuais do país com serviços de fatores de produção. Entre o início de 1975 e o final de 2004, por exemplo, enquanto o envio de renda ao exterior cresceu 10,9 vezes, o PIB cresceu 1,3 e o PIB per capita apenas 0,4⁴².

⁴² A composição destas despesas também se alterou ao longo do tempo. De maneira genérica é possível dizer que os juros de empréstimos convencionais marcam a década de 1980, e são os responsáveis pela crise da dívida. Já na década de 1990, fruto da internacionalização dos ativos produtivos, derivada das privatizações, ganham expressão os investimentos diretos, aumentando as despesas com lucros e dividendos. No limiar do século XX e início do XXI são os investimentos em carteira que vão se elevando, graças à crescente internacionalização do mercado financeiro e ao crescimento de importância do mercado de bônus (títulos da dívida pública brasileira cotados nos mercados internacionais).

Tabela 13 - Balanço de Pagamentos brasileiro, 1990 – 2003

Contas do BP	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Transações Correntes (TC)	-3784	-1407	6109	-676	-1811	-18384	-23502	-30452	-33416	-25335	-24225	-23215	-7637	4177
Balança Comercial (FOB)	10752	10580	15239	13299	10466	-3466	-5599	-6753	-6575	-1199	-698	2650	13121	24794
Exportação de bens	31414	31620	35793	38555	43545	46506	47747	52994	51140	48011	55086	58223	60362	73084
Importação de bens	20661	21040	20554	25256	33079	49972	53346	59747	57714	49210	55783	55572	47240	48290
Serviços e rendas (Líquido)	-15369	-13543	-11336	-15577	-14692	-18541	-20350	-25522	-28299	-25825	-25048	-27503	-23148	-23483
Serviços (Fretes, viagens etc.)	-3596	-3800	-3184	-5246	-5657	-7483	-8681	-10646	-10111	-6977	-7162	-7759	-4957	-4931
Rendas (juros, lucros etc.)	-11773	-9743	-8152	-10331	-9035	-11058	-11668	-14876	-18189	-18848	-17886	-19743	-18191	-18552
Transferências unilaterais	833	1555	2206	1602	2414	3622	2446	1823	1458	1689	1521	1638	2390	2867
Conta Capital e Financeira (CCF)	4592	163	9947	10495	8692	29095	33968	25800	29702	17319	19326	27052	8004	5111
Investimento Direto	364	87	1924	799	1460	3309	11261	17877	26002	26888	30498	24715	14108	9894
Investimento em Carteira	472	3808	14466	12325	50642	9217	21619	12616	18125	3802	6955	77	-5119	5308
Emprést e Finan (curto e longo prazo)	-4345	-5138	8260	3051	-33955	5493	3270	5879	4031	1342	-8774	5714	1031	-1549
Emprést de regularização (FMI, outros)	-741	-590	-406	-496	-129	-47	-72	-34	9329	2966	-10323	6757	11480	4769
Demais setores LP e CP	-3604	-4548	8666	3546	-33826	5732	3657	6113	-4914	-1461	1660	-925	-10332	-6194
Demais operações	8101	1406	-14702	-5679	-9455	11076	-2182	-10572	-18456	-14712	-9353	-3454	-2016	-8542
Erros e Omissões	-328	875	-1386	-1111	334	2207	-1800	-3255	-4256	194	2637	-531	-66	-793
Resultado do Balanço	481	-369	14670	8709	7215	12919	8666	-7907	-7970	-7822	-2262	3307	302	8496

Fonte: Banco Central do Brasil.

Esta dicotomia da economia brasileira em apresentar simultaneamente um declínio da razão FBKF/PIB e um aumento das despesas com rendas de investimento, sobretudo a partir de 1990, é digna de nota. Para Paulani & Pato (2005), por exemplo, este fenômeno se caracteriza pela vitória da doutrina neoliberal e de suas políticas econômicas, capazes de transformar o Brasil num *locus* de valorização financeira. O país, de acordo com os autores, estaria submetido aos fluxos financeiros de capitais, permitindo, em consequência, substantivos ganhos reais em moeda forte, em detrimento de nossa capacidade de aumentar o estoque de riqueza nacional e reduzir as desigualdades econômicas. De fato, é mais precisamente apenas a partir de 2003 que avanços pontuais começam a ser observados na economia brasileira, tanto do ponto de vista distributivo como da acumulação de capital. Entretanto, antes que se aleguem bandeiras ideológicas e partidárias é preciso analisar este período mais recente, 2003 – 2010, procurando identificar, e dissociar, os elementos estruturais e conjunturais desta melhora relativa. O capítulo 4 se prende na execução desta tarefa.

4. A TRAJETÓRIA DA ECONOMIA BRASILEIRA NO PERÍODO 2003 – 2010: ENTRE O CONSERVADORISMO MACROECONÔMICO E A AGRESSIVIDADE DISTRIBUTIVA

Em janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva assume a presidência da República com votos de mais de 50 milhões de brasileiros. A posse de Lula, indiscutivelmente, representava não só a ascensão da esquerda ao poder, através do Partido dos Trabalhadores (PT), mas também uma mensagem de mudança na conduta da política e da economia brasileira, visto o caótico desempenho apresentado no período anterior. Antes mesmo de se eleger, entretanto, Lula, e o PT de modo geral, abandonaram algumas bandeiras que historicamente carregavam. Como exemplo desta “moderação”, pode-se citar o documento “Carta ao povo Brasileiro”, lançado em junho de 2002, e a “Nota sobre o Acordo com o FMI”, divulgada em agosto deste mesmo ano⁴³. Com o intuito de ganhar a eleição e governar, além disso, Lula teve de fazer alianças, com partidos de centro-direita, como o Partido Liberal (PL), e buscar o apoio de representantes das elites tradicionais, como Antonio Carlos Magalhães e José Sarney.

Esta realidade, por sua vez, embora tenha, de fato, decepcionado parte dos eleitores do PT e parte de seus militantes, talvez tenha delineado precisamente o que viria a ser o período 2003 – 2010, isto é, um período marcado intrinsecamente pela contradição, no qual rupturas e mudanças radicais foram postas de lado, mas, ao mesmo tempo, avanços pontuais foram conquistados.

Posto isto, é possível afirmar que este capítulo tem como objetivo discorrer acerca da dialética conservação-transformação presente no país ao longo do período 2003 – 2010. O capítulo, vale lembrar, se subdivide em três tópicos: (i) Inflação, câmbio e política fiscal; (ii) Crescimento e restrição externa e (iii) Distribuição e mercado doméstico.

Ainda que um recorte entre o primeiro e o segundo governo Lula não tenha sido feito de maneira explícita, espera-se que o leitor, ao final do capítulo, perceba a aproximação do segundo governo rumo a políticas mais desenvolvimentistas, sobretudo no que tange ao mercado interno.

⁴³ No primeiro documento o partido se comprometia a preservar a política de superávit primário a todo custo para impedir que a dívida interna aumentasse e, supostamente, destruísse a confiança na capacidade do governo em honrar os seus compromissos. No segundo, de modo análogo, o partido prometia respeitar o acordo com o FMI negociado no final do governo Fernando Henrique Cardoso.

4.1 INFLAÇÃO, CÂMBIO E POLÍTICA FISCAL

O Sistema de Metas de Inflação (SMI) no Brasil, instituído em meados de 1999, tem por objetivo única e exclusivamente, através de autoridade monetária, controlar a inflação, isto é, garantir que ela permaneça dentro de um intervalo pré-definido no ano calendário. De acordo com a visão consensual que rege este sistema, pode-se sintetizá-lo em três proposições⁴⁴:

- (i) O núcleo ou tendência da inflação é resultado de choques de demanda;
- (ii) A taxa de juros é operada com o objetivo de controlar a demanda agregada;
- (iii) Variações na taxa de câmbio ocorrem como efeito colateral das mudanças nas taxas de juros.

Para que estas três proposições se sustentem, entretanto, é preciso que uma série de pressupostos seja válida. É preciso, por exemplo, que o hiato do produto (e/ou do emprego) afete a inflação de forma sistemática; que os choques inflacionários tenham persistência total, ou seja, que os coeficientes de inércia e de expectativas inflacionárias, somados, se igualem à unidade; que o produto potencial seja independente da evolução da demanda; que os choques de custos sejam aleatórios, causados, por exemplo, por safras agrícolas abundantes ou excepcionalmente fracas e etc. (SERRANO, 2010).

Acontece que a evidência empírica para a economia brasileira, no período de 1999 até os dias atuais, não suporta nenhum destes pressupostos e, portanto, o funcionamento do SMI brasileiro se dá de maneira diferente. Antes que se analise este funcionamento, todavia, deve-se discorrer um pouco sobre a literatura econômica que indaga estes pressupostos. Sendo assim, convém ressaltar, em primeiro lugar, que não se observa uma relação empírica sistemática entre o hiato do produto e a aceleração da inflação – nem mesmo com o nível da inflação. Diversos estudos econométricos, neste sentido, têm demonstrado a não significância do hiato do produto na chamada curva de Phillips (Ferreira & Jayme Junior, 2005; Summa, 2011; Macrini & Summa, 2011;

⁴⁴ A visão consensual sobre o processo inflacionário, como será visto mais adiante, tem como elemento central a existência de excesso de demanda no mercado de bens e fatores. Este tipo de análise é consistente com a abordagem tradicional neoclássica, que interpreta a inflação como um fenômeno monetário na qual os preços relativos refletem a escassez dos fatores de produção, enquanto a economia tende a um equilíbrio de pleno emprego.

Braga, 2010)⁴⁵. Ou seja, mesmo considerando-se apenas o núcleo da inflação dos preços livres do IPCA, não existe uma relação definida entre a aceleração da inflação e o grau de utilização da capacidade produtiva da indústria (Freitas, 2006).

O pressuposto de que o produto potencial é independente do produto corrente, por sua vez, é irrevogavelmente refutado pela literatura moderna de séries temporais, tanto no Brasil quanto nos demais países⁴⁶. Além disso, como visto no capítulo 2, partindo do princípio da demanda efetiva não há motivos para não crer que uma elevação da demanda não cause aumento da oferta. Nas palavras de Braga:

O surgimento do princípio da demanda efetiva como teoria alternativa para determinação do produto rompe com um dos pressupostos fundamentais de tal abordagem (**Visão consensual**). Quando a renda é determinada pela demanda efetiva não há nenhuma razão lógica para que a elevação da demanda não se reflita em um aumento de oferta, seja por maior utilização da capacidade instalada, seja pelo aumento desta via elevação da acumulação segundo o processo acelerador. A existência de inflação por excesso de demanda não estaria logicamente eliminada, como demonstram os modelos de poupança de *Cambridge*, mas sua existência a curto prazo e persistência a longo prazo dependeria de hipóteses muito restritivas. No mundo real, as economias capitalistas costumam operar com capacidade ociosa. Isso permite, a curto prazo, uma resposta adequada da oferta a mudanças do nível de demanda agregada e, a longo prazo, o mecanismo acelerador tende a elevar a taxa de crescimento e, assim, o valor do produto potencial como resposta a elevações do nível de demanda agregada (BRAGA, 2010, p.7-8. Grifo nosso).

O pressuposto de que os choques de oferta são aleatórios, por fim, não se aplica ao Brasil por diversas razões. Como será exposto mais adiante, existe uma série de preços monitorados que durante bom tempo cresceu bem acima dos preços livres⁴⁷. Paralelo a isso, vale lembrar que os preços internacionais do petróleo crescem desde 1999 e os das demais *commodities* desde 2002 impondo, por consequência, crescimento semelhante nos preços dos bens importados e pressionando para cima os preços, no mercado interno, dos bens exportáveis.

⁴⁵ Alguns estudos apontam, inclusive, que um aumento do desemprego aceleraria a inflação. Ver Banco Central (2008, p.133) e Vernengo, 2008.

⁴⁶ A evidência estatística de uma raiz unitária, isto é, de uma tendência estocástica, no PIB mostra que a tendência do produto é totalmente correlacionada com a evolução do produto corrente, a chamada histerese do produto (Braga, 2006).

⁴⁷ Grande parte dos preços monitorados é vinculado contratualmente ao IGP-M que, desde 2003, cresce bem mais do que o IPCA, o índice oficial de inflação do governo. Este fato, muito provavelmente, deve ter aumentado, ao longo do período como um todo, as margens de lucro das empresas destes setores.

No Brasil, como pode ser observado no gráfico 15, a meta de inflação não foi atingida nos anos de 2001 a 2003. Desde 2004, todavia, o governo tem conseguido manter a inflação dentro da meta estabelecida, mesmo no turbulento ano de 2008⁴⁸.

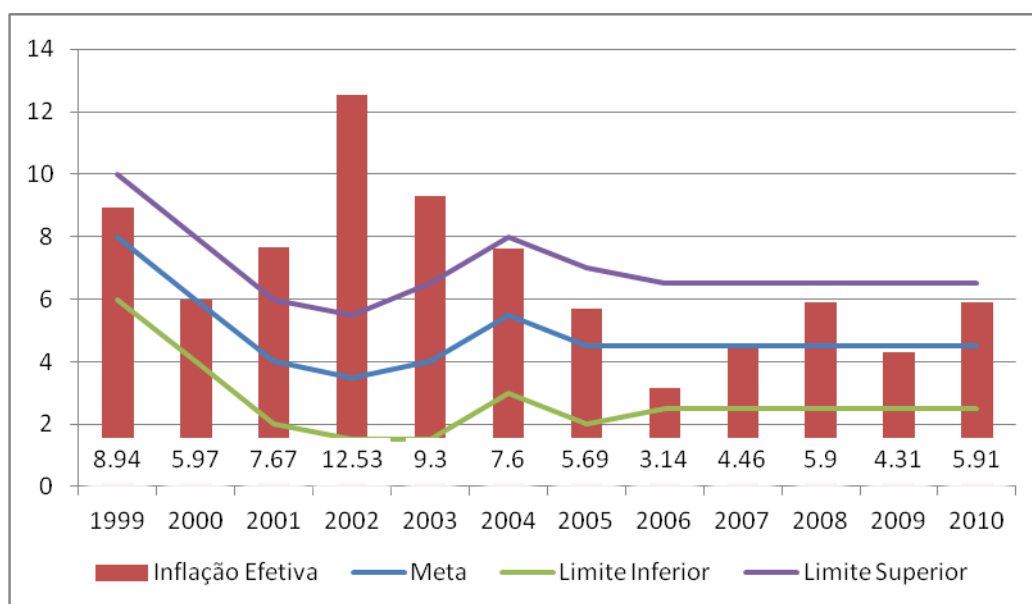


Gráfico 15 - Taxa de Inflação e Meta de Inflação

Fonte: Banco Central do Brasil.

Quando se analisa, por outro lado, a evolução da taxa de câmbio nominal no Brasil percebe-se claramente uma tendência de desvalorização para os anos de 1999 a 2003 e a partir daí uma tendência para uma apreciação quase que contínua – interrompida apenas no turbulento ano de 2008, mas logo em seguida revertida.

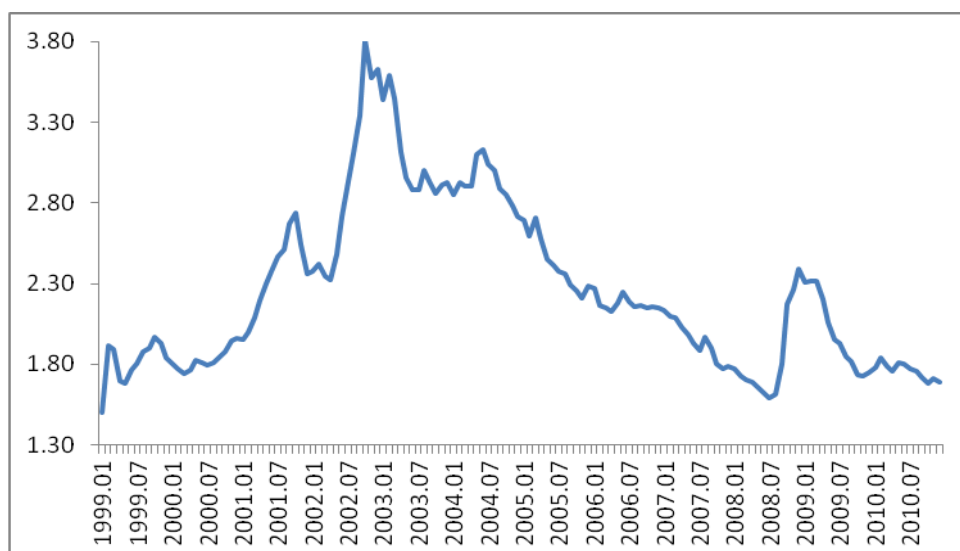


Gráfico 16 - Taxa de Câmbio nominal

Fonte: IPEADATA.

⁴⁸ Em 2004 a meta só foi alcançada depois de haver uma revisão desta pela resolução 3.108 em 25/06/2003.

De fato, uma simples comparação entre estes dois últimos gráficos revela que em quase todos os anos em que a meta inflacionária foi atingida houve uma apreciação nominal do Real⁴⁹. Nos anos mais recentes, portanto, é a contínua valorização nominal do real, fruto do elevado diferencial de juros interno e externo, quem tem mantido a inflação dentro da meta, a despeito do forte crescimento dos preços internacionais das *commodities* e do petróleo em dólares. Como se nota pelo gráfico abaixo, por exemplo, a inflação importada medida em dólares ficou acima da meta de inflação no período 2004 – 2008. As variações na taxa de câmbio nominal, entretanto, conseguiram fazer com que a inflação importada em reais ficasse dentro da meta nesse período⁵⁰.

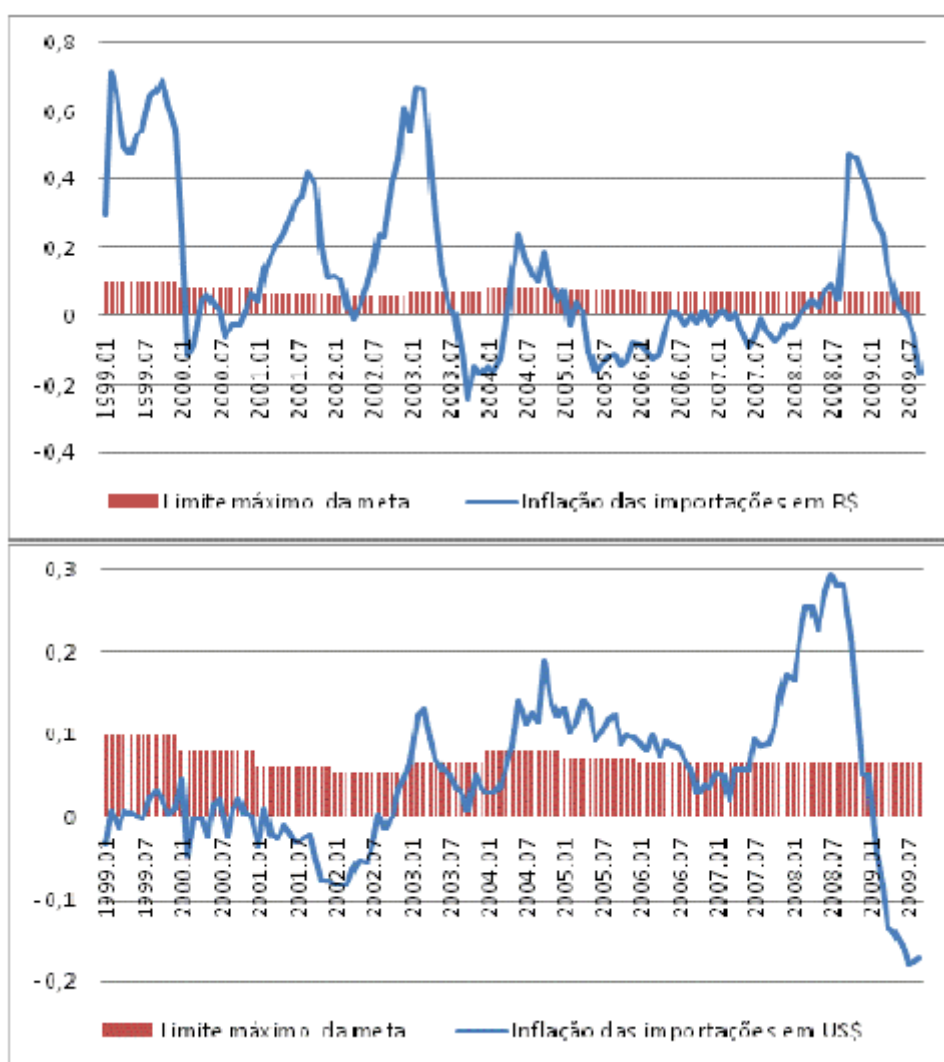


Gráfico 17 - Inflação dos produtos importados pelo Brasil em US\$ e em R\$
Fonte: SUMMA (2011).

⁴⁹ Às exceções ficam por conta do ano de 1999 (o sistema começou a operar apenas no meio do ano, que, por sinal, já iniciou com uma grande desvalorização cambial) e o turbulento 2008.

⁵⁰ Períodos em que a inflação importada medida em reais tenha ficado fora da meta, de modo análogo, estão associados com a taxa de inflação brasileira também fora da meta.

O gráfico 18, por sua vez, corrobora com a ideia de que as pressões advindas dos custos têm efeito, sim, sobre a inflação brasileira.

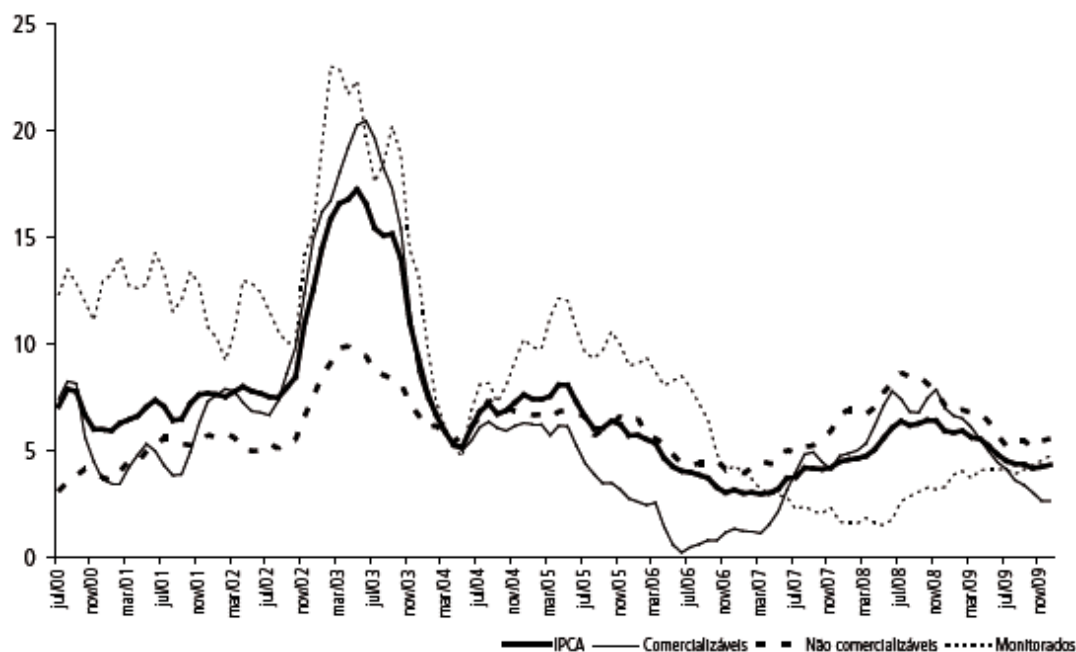


Gráfico 18 - Inflação acumulada em doze meses do IPCA e dos bens comercializáveis, não comercializáveis e monitorados, Jul/2000 a Dez/2009. Em % a.a.
Fonte: IBGE, BACEN.

Até o final de 2006, como se nota, os monitorados são os bens que mais pressionam a inflação para cima. De 2007 até o final de 2009, contudo, a inflação dos monitorados pressiona para baixo o IPCA e as maiores pressões inflacionárias vêm dos não comercializáveis⁵¹.

Uma síntese mais realista da dinâmica do SMI brasileiro, por tais razões, deve ter as seguintes características:

⁵¹ Entre os anos 2005 e 2006 ocorreram quebras estruturais, fruto de políticas governamentais, adotadas explicitamente para diminuir a inflação estruturalmente elevada nesses segmentos monitorados. Como, por exemplo, podem-se citar as revisões em regras de reajuste nas tarifas de energia elétrica e telefonia fixa e a tributação variável para diminuir a volatilidade do preço da gasolina. Martinez & Cerqueira (2011), neste sentido, questionam o crédito dado ao regime de metas para o êxito no controle inflacionário da década, em decorrência justamente do sucesso de tais políticas alternativas. De acordo com os autores, ademais, o SMI brasileiro, ao pressupor que a política monetária seja eficaz em segurar o aumento dos preços via contenção da demanda agregada, gera distorções no sistema de preços relativos, desfavoráveis aos preços mais sensíveis à política monetária. Dito em outras palavras, se o efeito de uma política monetária contracionista é limitado sobre alguns grupos de bens com muita influência sobre o índice geral, ela deve exercer um impacto sobre os outros preços suficientemente grande para que isso se reflita no IPCA, resultando, assim, em taxas de juros sistematicamente elevadas e com pouca margem para redução.

- (i) O núcleo da inflação é de custos⁵²;
- (ii) As variações na taxa de juros afetam a taxa de câmbio;
- (iii) As variações no câmbio afetam os custos, e posteriormente os preços de todos os setores da economia⁵³;
- (iv) O efeito dos juros na demanda agregada não passa de um efeito colateral da política monetária⁵⁴.

É bem verdade que, como visto no capítulo 3, uma política de “juro alto e câmbio baixo”, tem consequências deletérias para a economia local, tanto do ponto de vista fiscal (desestímulo ao investimento) quanto em relação à competitividade industrial. Todavia, se é justamente a valorização nominal do câmbio quem, atualmente, controla a inflação deve-se ter cautela quando se propaga uma política de desvalorização cambial do real. Nunca é demais lembrar que a inflação é indesejada por várias razões, sendo a principal delas a possibilidade de resultar em redução das rendas contratuais, entre as quais a mais importante é o salário. Em realidade, é importante notar que, devido à indexação dos preços monitorados ao IGP-M, que é muito afetado pela taxa de câmbio, os salários reais médios serão fortemente reduzidos por uma possível desvalorização cambial. É preciso, portanto, que, associado a esta desvalorização cambial, se concretize a desindexação dos preços monitorados – juntamente com uma taxação, por exemplo, sobre as exportações de alguns bens básicos, o que reduziria, por sua vez, o custo para os salários e geraria melhora da competitividade. Estes conflitos entre taxa de câmbio, inflação e salários reais podem ser amenizados, ademais, por investimentos agressivos em infra-estrutura e tecnologia, de modo que se eleve sistematicamente a produtividade,

⁵² Outra boa medida para assegurar que não é o aumento dos juros *per se* quem controla a inflação é o fato de que em grande parte do período em que houve uma forte redução no fluxo internacional de capitais, e o conseqüente aumento na taxa de juros brasileira não veio junto com uma apreciação nominal do câmbio, não foi possível atingir a meta estabelecida de inflação.

⁵³ O primeiro impacto é sentido nos preços dos transacionáveis e dos monitorados (estes via indexação ao IGP-M). Em seguida, o impacto dos preços por atacado afeta os custos e os índices de preços “livres” e dos não transacionáveis.

⁵⁴ Vale lembrar que uma reação automática de política monetária contracionista, frente à elevação da utilização da capacidade produtiva em uma fase, por exemplo, de aceleração da demanda, com objetivo de combater uma suposta inflação de demanda, pode abortar um processo de crescimento econômico de longo prazo. Alguns autores, além disso, têm enfatizado a existência de *markups* anti-cíclicos na economia brasileira recente, que aumentam quando a taxa de juros sobe, uma vez que aumentam os custos financeiros e de oportunidade do capital. Cabe ressaltar, entretanto, que este fenômeno não afeta a inflação de maneira persistente, mas contribui para o aumento do nível geral de preços e da distribuição funcional da renda em favor dos setores que recebem lucros e juros. A este respeito ver: Silva Filho (2008) e Serrano & Ferreira (2010).

tanto dos setores mais expostos à concorrência externa, quanto dos setores que produzem direta e indiretamente a cesta de bens e serviços relevantes para os salários reais. De fato, como lembra Medeiros, dinamicamente “*só é possível melhorar simultaneamente a competitividade externa e os salários reais se o custo de vida mantiver-se estável, o que depende da difusão dos aumentos de produtividade para o conjunto dos bens e serviços que majoritariamente o determinam*” (2001, p.195).

No período 2003 – 2010, no entanto, a política fiscal continuou priorizando o superávit primário para controlar/reduzir a relação dívida/PIB⁵⁵. Esta última, como se nota na tabela 14, teve um decréscimo de 14 p.p. Mas este acontecimento foi fruto da mesma tendência de anos passados, i.e., política forte de acúmulo de reservas e substituição de dívida externa por interna.

Tabela 14 - Dívida líquida do setor público, 2003 – 2010 (% PIB).

(% do PIB)	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Dívida Total	54.8	50.6	48.4	47.3	45.5	38.5	42.8	40.2
Dívida Externa	11.1	7.9	3.2	-1.1	-7.5	-11.0	-9.2	-9.8
Dívida Interna	43.7	42.7	45.2	48.4	53.0	49.5	52.0	50.0

Fonte: Banco Central.

O momento de alta no ciclo de liquidez internacional, neste período, ao baixar as taxas de juros internacionais e propiciar, em consequência, uma queda da taxa de juros interna, sem reduzir significativamente o diferencial entre elas, também foi importante para a redução da relação dívida/PIB⁵⁶. Entre 2003 e 2010, por exemplo, o peso dos juros pagos pelo setor público em percentual do PIB reduziu-se em mais de 3 p.p passando de 8,51% do PIB para 5,32%. Este fenômeno, contudo, como mostra a figura 19, não impediu que o Brasil abandonasse, em 2010, as primeiras posições no ranking dos países que mais arcam com despesas financeiras.

⁵⁵ Já nos seis meses seguintes às eleições o governo definiu um aperto da meta de superávit primário, que passou de 3,75% para 4,25% do PIB em 2003, e colocou na Lei de Diretrizes Orçamentárias o objetivo de manter a mesma meta fiscal, de 4,25% do PIB, para o período de 2004 – 2006. Ao final do primeiro governo Lula, contudo, período que coincide com a saída de Antonio Palocci e sua substituição por Guido Mantega como Ministro da Fazenda, houve, rigorosamente falando, um afrouxamento nos superávits primários. Esta diferenciação, que tem conexão com o melhor desempenho da economia brasileira, será melhor abordada nos tópicos seguintes.

⁵⁶ Entre 2003 e 2010 a participação percentual dos títulos públicos federais atrelados à SELIC diminuiu consideravelmente, cerca de 18 p.p. Ainda assim continua em nível bastante elevado, cerca de 28%.

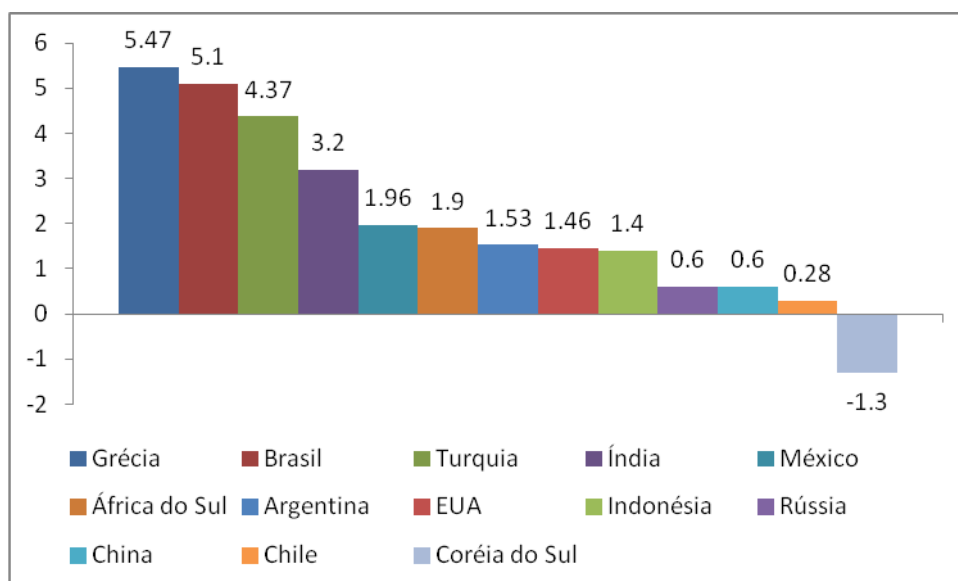


Gráfico 19 - Pagamento com juros da dívida (% do PIB), 2010.
Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU).

Não bastasse, então, este elevado caráter rentista da economia brasileira, tem-se, ainda assim, pelo lado da arrecadação uma verdadeira anomalia nacional. O Brasil, neste sentido, apresenta uma carga tributária comparada à média dos países da OCDE (cerca de 34% do PIB), porém bastante elevada quando se consideram apenas os países de renda per capita similar ao Brasil. O problema central, todavia, não é somente o tamanho desta carga tributária, mas sim sua estrutura. Ou seja, quem financia o Estado brasileiro?

A leitura da tabela 15, com efeito, revela a excessiva incidência de tributos indiretos à custa de baixa tributação sobre a propriedade e a renda. Em 2010, por exemplo, apenas o ICMS preencheu mais de 20% da receita total brasileira.

Tabela 15 - Receita tributária por base de incidência, 2006 – 2010.

Tipo de Base (% do PIB)	2006	2007	2008	2009	2010
Total da Receita Tributária	33.36	33.95	34.11	33.14	33.56
Tributos sobre a Renda	6.21	6.59	7.00	6.59	6.18
Tributos sobre a Folha de Salários	8.03	8.13	8.23	8.63	8.78
Tributos sobre a Propriedade	1.06	1.12	1.12	1.12	1.18
Tributos sobre Bens e Serviços	15.95	15.98	16.62	15.69	16.3
Tributos sobre Transações					
Financeiras	1.63	1.66	0.7	0.6	0.72
Outros Tributos	0.48	0.47	0.44	0.5	0.41

Fonte: Receita Federal (2011).

Nos países desenvolvidos, de modo oposto, são os impostos diretos quem têm maior peso, justamente, por permitirem ao Estado um maior raio de manobra na

distribuição do excedente econômico (Gráfico 20). Aqui, contudo, como salienta Evilásio Salvador, ao se sobretaxar o consumo perde-se a oportunidade de garantir maior justiça social aos cidadãos:

Como o consumo é proporcionalmente decrescente em relação à renda, conforme ela aumenta, prejudica mais os contribuintes de menor poder aquisitivo. O resultado é uma carga tributária regressiva, significando que o Estado brasileiro é financiado pelas classes de menor poder aquisitivo e pelos trabalhadores, com a população de baixa renda suportando uma elevada tributação indireta. [...] O pilar do sistema tributário deve ser o IR, pois é o mais importante dos impostos diretos, capaz de garantir o caráter pessoal e a graduação de acordo com a capacidade econômica do contribuinte. Por meio do IR será possível inverter a regressividade da estrutura tributária brasileira, pois é o imposto mais progressivo. O IR é um instrumento fundamental para a redistribuição da renda garantindo a justiça social. Por intermédio dele será possível aplicar a máxima “igualdade é tratar desigualmente os desiguais” no ordenamento tributário do país. Portanto, deve ser ampliado o número de faixas e de intervalos da tabela do IR, estabelecendo alíquotas iniciais inferiores às vigentes hoje e com correção periódica da tabela (SALVADOR, 2007, p.83-91)

57

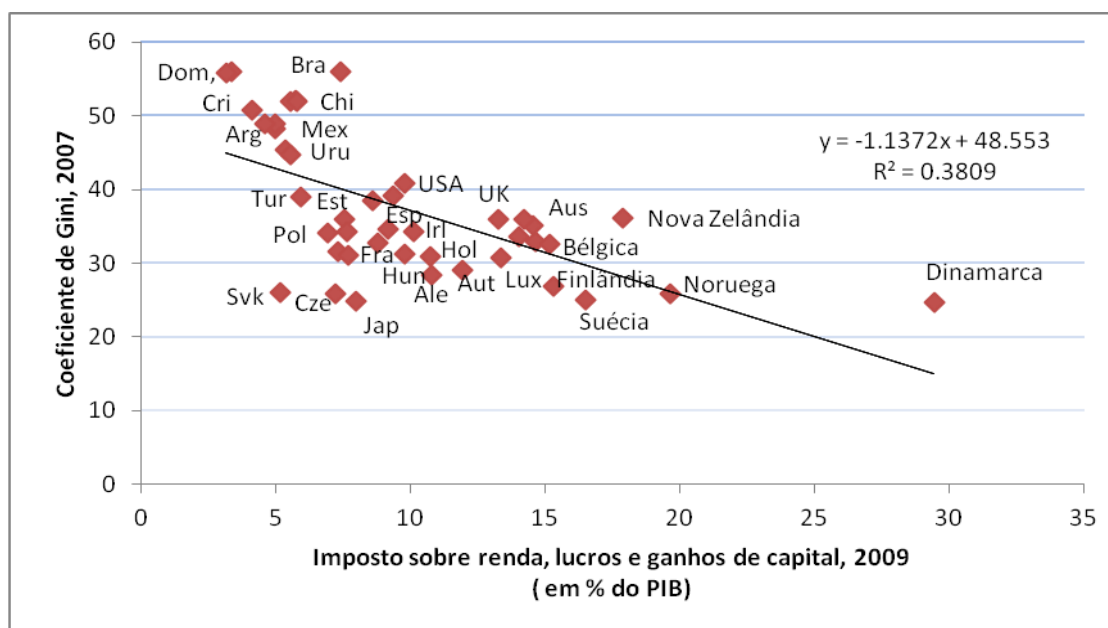


Gráfico 20 - Regressão Linear. Coeficiente de Gini = f (Impostos diretos)

Fonte: *World Development Indicators* e *Revenue Statistics* OECD. Elaboração própria.

Postas estas relações entre câmbio, inflação e política fiscal parte-se, agora, para a análise da vulnerabilidade externa, e do respectivo crescimento da economia brasileira no período 2003 – 2010.

⁵⁷ Até o ano de 2008 vigoravam no país apenas duas faixas, 15% e 27,5%. Ao final deste ano, por conta da crise, foram incorporadas duas alíquotas intermediárias de 7,5% e 22%. Esta política proporcionou uma desoneração tributária, sobretudo, para a classe média baixa. Macroeconomicamente, representou uma injeção de 0,2% do PIB na renda disponível das famílias brasileiras ao longo de 2009.

4.2 CRESCIMENTO E RESTRIÇÃO EXTERNA

Ao longo dos oito anos de governo Lula a média de crescimento do PIB foi de 4,1%. Uma taxa razoável quando se considera o crescimento de 2,3% do período 1995 – 2002. No quinquênio 2004 – 2008, por sinal, este crescimento atingiu a marca de 4,8%, supostamente indicando que um novo padrão de inserção externa estaria proporcionando à economia brasileira maior solidez e taxas de crescimento econômico sustentáveis (Tabela 16). Uma análise mais minuciosa deste período, entretanto, revela que inicialmente, entre 2002 e 2006, esta expansão foi liderada, sim, pelo *boom* de exportações, no bojo de uma conjuntura internacional mais favorável. A partir de 2007, contudo, com a transformação do cenário mundial, o crescimento das exportações perde influência, evidenciando, então, que estruturalmente a economia brasileira não estaria livre de sua vulnerabilidade externa. Em verdade, este problema teria mesmo se acentuado⁵⁸.

Tabela 16 - Indicadores de Endividamento e Solvência externa, 2003 – 2010.

Ano	Serviço da dívida externa / exportações (%)	Dívida externa total / PIB (%)	Dívida externa total líquida / PIB (%)	Reservas internacionais / dívida total (%)	Dívida externa total / exportações	Dívida externa total líquida / exportações
2003	72.5	38.8	27.3	22.9	2.9	2.1
2004	53.7	30.3	20.4	26.3	2.1	1.4
2005	55.8	19.2	11.5	31.7	1.4	0.9
2006	41.4	15.9	7.0	49.8	1.3	0.5
2007	32.4	14.1	-0.9	93.3	1.2	-0.1
2008	19.0	12.1	-1.7	97.7	1.0	-0.1
2009	28.6	12.6	-3.9	120.3	1.3	-0.4
2010	23.0	12.0	-2.4	112.4	1.3	-0.3

Fonte: Banco Central.

Entre 2003 – 2007, em particular, a despeito da apreciação do Real, o Brasil apresenta superávit em transações correntes fruto de expressivo saldo na balança comercial. Esta dimensão, todavia, impressiona mais pelo seu valor do que pelo seu elemento físico, tendo em vista que a trajetória do *quantum* de exportações e importações foi bem menos interessante. Isto é, boa parte deste superávit adveio do *boom* no preço das exportações brasileiras, dentre as quais as *commodities* ganham destaque (Gráfico 21 e 22).

⁵⁸ A partir de 2006 – 2007 o motor do crescimento brasileiro, como será visto no tópico 4.3, passa a ser o mercado interno.

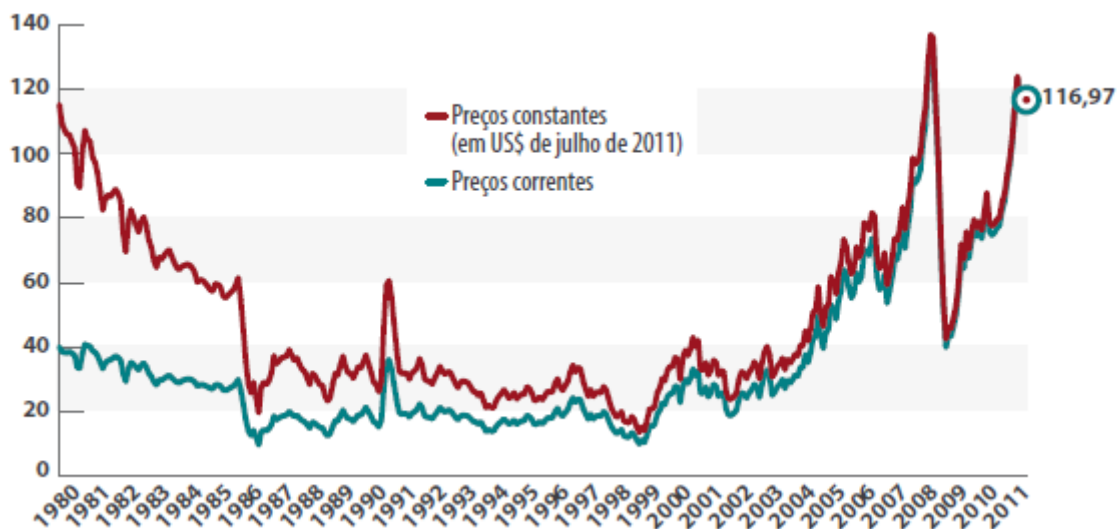


Gráfico 21 - Preço do petróleo Tipo Brent (US\$/Barril), 1980 - 2011.
Fonte: Thomson Reuters.

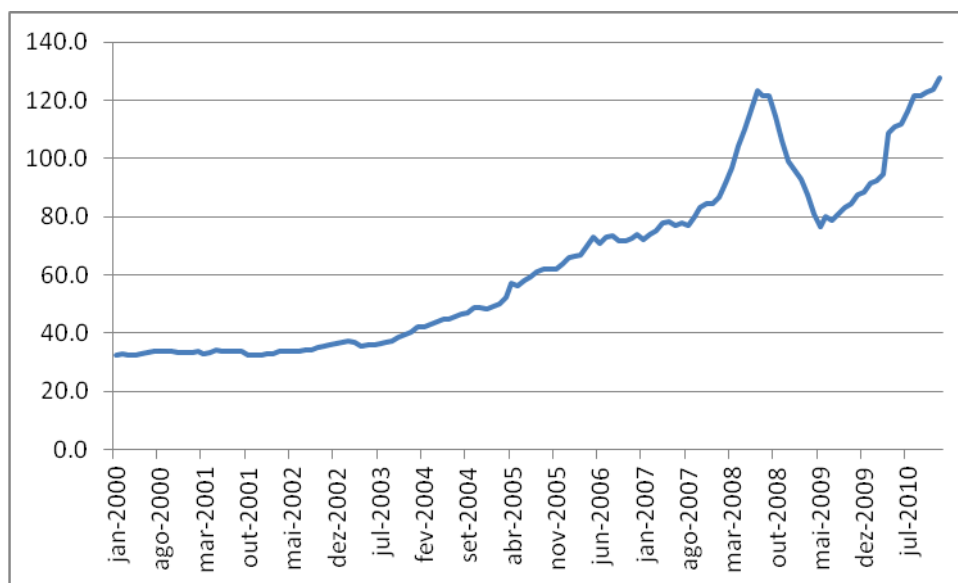


Gráfico 22 - Índice de Preços das Commodities, em US\$.
Fonte: Reserve Bank of Australia.

Outro importante fator para o resultado da balança comercial brasileira neste período foi o crescimento econômico asiático. A China, em especial, por demandar em grande quantidade o principal produto da pauta exportadora brasileira, as *commodities*, recebe proeminência neste cenário, como se vê no gráfico 23.

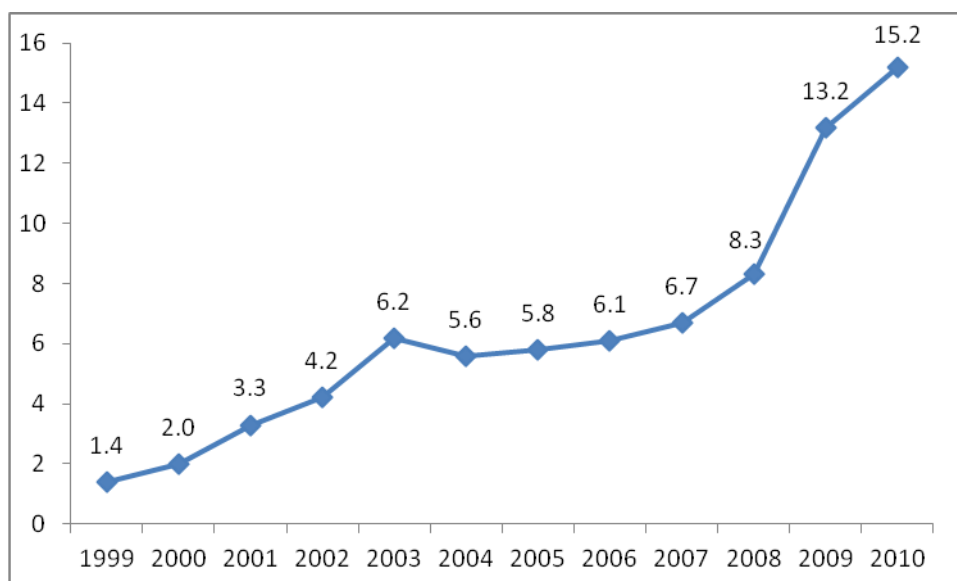


Gráfico 23 - Participação das exportações para a China no total das exportações do Brasil (%)
 Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

No debate acerca de comércio e desenvolvimento, no entanto, há nítida ênfase nos diversos problemas que são próprios às *commodities*. Dentre eles pode-se citar: a baixa elasticidade-renda da demanda; a pequena absorção dos benefícios do progresso técnico; o reforço de estruturas de produção retrógradas baseadas nas grandes propriedades – o que gera maior concentração do excedente e do poder econômico; a concentração da renda e da riqueza, que causa vazamento de renda e pouco dinamismo do mercado interno; a alta volatilidade de preços, e a conseqüente instabilidade da receita de exportação; a rápida e profunda transmissão internacional dos ciclos econômicos e etc. (GONÇALVES, 2012; CIMOLI; PORCILE & ROVIRA, 2010; CIMOLI & ROVIRA, 2008). Não obstante todos estes efeitos, pode-se dizer que a economia brasileira tem aprofundado o que Coutinho (1997) denominara de especialização regressiva. Esta reprimarização, por assim dizer, se é, por um lado, decorrente da conjuntura alta nos preços das *commodities*, é, por outro lado, resultado também da tendência de deterioração do padrão de comércio exterior, determinada pela estrutura das exportações brasileiras de produtos industriais conforme sua intensidade tecnológica. Neste sentido, a análise da tabela 17 mostra-se interessante. Nela é possível visualizar que o saldo comercial brasileiro concentra-se nas atividades não industriais e na indústria de baixa tecnologia. O déficit, de modo oposto, nas indústrias de alta e média-alta tecnologia.

Além disso, a elevada elasticidade renda das importações, característica já ressaltada por Faynzylber (1990) das economias latino americanas, juntamente com a valorização do Real, tem propiciado uma espécie de Industrialização por Substituição de Importações às avessas no país. Isto ocorre pelo fato dos produtos importados ficarem mais baratos que os de produção nacional por certo tempo – o que induz à quebra de muitas empresas nacionais que até então produziam essas mercadorias. Assim, quando a economia retoma suas atividades, volta a crescer por algum motivo, e demanda estes produtos não há outra saída senão importá-los, fenômeno este que ganha força dentro do setor de produtos intermediários e de bens de capital (CARCANHOLO, 2010; CARNEIRO, 2010).

Tabela 17 - Saldo de Comércio Exterior por Intensidade Tecnológica – US\$ Milhões

Setores	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Total	24.758	33.640	44.708	46.120	40.028	24.746	25.272	20.267
Produtos industriais (*)	17.968	25.511	33.235	32.251	21.958	(1.294)	(5.368)	(30.753)
Indústria de alta e média-alta tecnologia (I+II)	(8.588)	(9.995)	(7.884)	(12.747)	(25.169)	(51.100)	(44.935)	(65.481)
Indústria de alta tecnologia (I)	(5.296)	(7.548)	(8.377)	(11.839)	(15.044)	(21.932)	(18.431)	(26.497)
Aeronáutica e aeroespacial	990	1.755	1.745	1.326	1.784	1.114	401	682
Farmacêutica	(1.781)	(2.093)	(2.281)	(2.718)	(3.764)	(4.642)	(4.566)	(6.378)
Material de escritório e informática	(1.050)	(1.232)	(1.550)	(2.222)	(2.383)	(3.104)	(2.735)	(3.760)
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	(1.910)	(3.968)	(3.884)	(5.295)	(6.629)	(9.786)	(7.056)	(11.394)
Instrumentos médicos de ótica e precisão	(1.545)	(2.009)	(2.408)	(2.930)	(4.052)	(5.513)	(4.475)	(5.646)
Indústria de média-alta tecnologia (II)	(3.292)	(2.447)	494	(908)	(10.126)	(29.169)	(26.504)	(38.983)
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	(1.544)	(1.239)	(945)	(907)	(1.266)	(2.339)	(2.365)	(4.615)
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	4.126	5.695	7.825	7.836	5.736	2.203	(2.915)	(4.525)
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	(4.694)	(6.824)	(6.165)	(6.795)	(10.852)	(20.109)	(12.499)	(16.118)
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	49	(0)	131	(27)	(66)	(767)	(357)	(997)
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	(1.229)	(78)	(351)	(1.014)	(3.679)	(8.156)	(8.367)	(12.728)
Indústria de média-baixa tecnologia (III)	6.594	10.182	12.257	12.914	11.950	9.648	6.144	(4.712)
Construção e reparação naval	(107)	1.251	172	5	669	1.469	(141)	(46)
Borracha e produtos plásticos	(98)	(176)	(220)	(169)	(318)	(1.144)	(983)	(2.041)
Produtos de petróleo refinado e outros combustíveis	200	1	1.227	845	(118)	(2.707)	(50)	(6.940)
Outros produtos minerais não-metálicos	716	989	1.194	1.464	1.414	870	541	249
Produtos metálicos	5.884	8.118	9.884	10.768	10.303	11.160	6.776	4.065
Indústria de baixa tecnologia (IV)	19.962	25.324	28.862	32.084	35.178	40.158	33.423	39.440
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	747	1.029	1.049	933	777	468	216	(116)
Madeira e seus produtos, papel e celulose	4.233	5.061	5.415	5.836	6.488	6.572	5.093	6.497
Alimentos, bebidas e tabaco	11.699	15.474	18.677	21.687	24.647	31.292	27.752	33.266
Têxteis, couro e calçados	3.283	3.759	3.722	3.629	3.266	1.825	361	(207)
Produtos não industriais	6.791	8.129	11.473	13.869	18.070	26.040	30.640	51.019

(*) Classificação extraída de OCDE, Directorate for Science, Technology and Industry, STAN Indicators 2003
Fonte: SECEX/MDIC.

No período 2003 – 2006, e em boa parte do ano de 2007, portanto, a economia brasileira se beneficiou do elemento internacional para melhorar sua solvência externa e reduzir sua vulnerabilidade conjuntural⁵⁹. Marcelo Carcanholo, de forma crítica, resume este período da seguinte forma:

A melhora das contas externas só ocorreu por uma eventualidade conjuntural dos seguintes fatores: (i) alta no ciclo de liquidez internacional, o que reduz as taxas internacionais de juros, proporcionando um crescimento da economia mundial e uma redução no risco-país, que embasa o fluxo de capitais externos; (ii) forte crescimento da economia chinesa, que importa os produtos justamente que preponderam na pauta de exportações da economia brasileira; (iii) crescimento do preço das *commodities*, predominantes na estrutura exportadora do país. Qual destas razões se deve a alguma medida do governo brasileiro? Nenhuma. É tudo fruto de um cenário externo extremamente favorável, que propiciou o forte crescimento das exportações, a reversão no déficit da balança comercial e de transações correntes e o acúmulo de reservas internacionais que permitiram, dentre outras coisas, o pagamento antecipado de um montante da dívida com organismos internacionais. É isso que explica a redução dos indicadores exibidos (**na tabela 16**). Trata-se de uma conjuntura externa favorável; nada além disso (CARCANHOLO, 2010, p.122. Grifo nosso).

Sendo assim, a reversão do cenário internacional volta a expor a fragilidade do BP brasileiro, tanto por uma desaceleração no crescimento das exportações, por conta da recessão mundial, como pela maior oscilação nos preços das *commodities* – seja pelo caráter real da contração na atividade econômica ou pelo caráter financeiro da desvalorização do capital fictício aplicado na especulação dentro do mercado futuro de *commodities*. Por tais razões, já em 2008 o Brasil novamente apresenta déficits em transações correntes, financiados por poupança externa⁶⁰. Assinale, ainda, que no ano de 2010 o ingresso de Investimento Direto Estrangeiro, aproximadamente US\$ 40 bilhões, não foi o suficiente para cobrir o déficit em transações correntes, o que implicou na dependência da entrada de capitais de curto prazo, extremamente voláteis e suscetíveis às oscilações da conjuntura, para o fechamento das contas externas (Tabela 18).

⁵⁹ Já em 2007, como se observa no Balanço de Pagamentos brasileiro, o superávit na Balança Comercial não foi o suficiente para cobrir o déficit estrutural na conta de Rendas e Serviços.

⁶⁰ Em que pese todo o esforço no sentido de uma maior diversificação dos mercados compradores das exportações brasileiras para sustentar o crescimento da balança comercial. Nos últimos vinte anos, convém ressaltar, a nova geopolítica mundial fez com que parceiros tradicionais como os EUA e a União Europeia perdessem peso no total das exportações brasileiras, ao passo que países latinos e asiáticos assumissem maior importância. De acordo com dados do MDIC, por exemplo, entre 1990 e 2011 a participação chinesa e de países do MERCOSUL no total das exportações brasileiras cresceu de 1,22% para 17,31% e de 4,20% para 10,88% respectivamente.

Tabela 18 - Balanço de Pagamentos do Brasil, 2003 - 2010.

Contas do BP	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Transações Correntes (TC)	4177	11679	13985	13643	1551	-28192	-24302	-47518
Balança Comercial (FOB)	24794	33641	44703	46457	40032	24836	25290	20267
Exportação de bens	73084	96475	118308	137807	160649	197942	152995	201915
Importação de bens	48290	62835	73606	91351	120617	173106	127705	181649
Serviços e rendas (líquido)	-23483	-25198	-34276	-37120	-42510	-57252	-52930	-70630
Serviços (fretes, viagens etc.)	-4931	-4678	-8309	-9640	-13219	-16690	-19245	-31071
Rendas (juros, lucros etc.)	-18552	-20520	-25967	-27480	-29291	-40562	-33684	-39558
Transferências unilaterais	2867	3236	3558	4306	4029	4224	3338	2845
Conta Capital e Financeira (CCF)	5111	-7523	-9464	16299	89086	29352	71301	100102
Investimento Direto	9894	8339	12550	-9380	27518	24601	36033	39962
Investimento em carteira	5308	-4750	4885	9081	48390	1133	50283	64458
Emprést e Financ (curto e longo prazos)	-1549	-10421	-26753	9851	13694	5172	4926	40772
Emprést de regularização (FMI, outros)	4769	-4363	-23271	0.00	0.00	0.00	0.00	0.00
Demais setores LP e CP	-6194	-5927	-3351	9990	13832	5172	4926	40776
Demais operações	-8542	-691	-145	6747	-517	-1555	-19941	-42089
Erros e omissões	-793	-1912	-201	628	-3152	1809	-347	-3484
Resultado do Balanço	8496	2244	4319	30569	87484	2969	46651	49101

Fonte: Banco Central.

Outra maneira de se mensurar a vulnerabilidade externa estrutural da economia brasileira no período 2003 – 2010 é a partir do seu crescente passivo externo. Este último, com efeito, passa de US\$ 407 bilhões ao final de 2003 para US\$ 1294 bilhões no final de 2010. Já o passivo externo financeiro – passivo externo menos o valor do investimento estrangeiro direto (participação no capital) – aumenta de US\$ 294 bilhões em 2003 para US\$ 916 bilhões em 2010. Considerando-se, então, as reservas internacionais da ordem de US\$ 300 bilhões, verifica-se que ao final do governo Lula o país estaria “a descoberto” em mais de US\$ 600 bilhões. Aqui cabe uma nota: como a conta de rendas e serviços teve o seu déficit aumentado em todo o momento, em consequência deste desequilíbrio de *estoques*, e no contexto do término da fase ascendente da economia mundial em 2008, a economia brasileira experimenta piora significativa e crescente dos desequilíbrios de *fluxos* no Balanço de Pagamentos (Tabela 19) ⁶¹.

⁶¹ Desde 1994 o déficit na conta de Rendas e Serviços é crescente no Brasil. A partir de 2005, contudo, este déficit dá um salto impressionante. Esta inflexão se deve a duas razões: a primeira diz respeito à maturação dos grandes fluxos de investimentos diretos que entraram no país, particularmente em virtude das privatizações ocorridas, sobretudo, no governo FHC e que, mais tarde, implicaram como contrapartida, na expansão das remessas de lucros e dividendos. A segunda razão está relacionada às maiores taxas de crescimento da economia, e recentemente, à eclosão da crise econômica em 2007, que levou empresas estrangeiras atuantes no Brasil a elevarem o envio de capitais para suas matrizes, tendo em vista que boa parte delas foi fortemente afetada por esse evento (Filgueiras et al, 2010, p.54).

Tabela 19 - Desequilíbrios de fluxos e estoques, 2003 – 2010.

	Passivo externo bruto (PEB)	Passivo externo financeiro (PEF = PEB - PIED)	Ativos de reservas internacionais (RSI)	Passivo externo financeiro líquido (PEL = PEF - RSI)	Transações correntes do Balanço de Pagamentos como % do PIB	Remessas de juros, lucros e dividendos como % da balança comercial
2003	407	294	49	245	0.79	87.6
2004	446	304	53	251	1.76	69.9
2005	499	322	54	268	1.58	64.9
2006	620	411	86	325	1.25	72.6
2007	920	658	180	478	0.12	101.8
2008	692	468	194	275	-1.79	144.1
2009	1080	758	239	520	-1.54	167.5
2010	1294	916	289	628	-2.27	231.1

Notas: PIED = posição do investimento estrangeiro direto (participação no capital), US\$ Bilhões. Colunas I a IV em US\$ Bilhões.

Fonte: BACEN.

Por fim, resta destacar que no caso específico do Brasil a combinação recente de reprimarização da pauta exportadora, desnacionalização e defasagem tecnológica, expostos acima, apontam para o fenômeno da desindustrialização. No Brasil, entretanto, ao contrário do ocorrido nos países avançados, este feito se caracteriza por ser precoce. Ou seja, a perda de peso relativo das atividades manufatureiras, em termos das escalas setoriais do emprego e do valor adicionado, aconteceu, de forma abrupta, sem que o país atingisse o ritmo de produtividade sistêmica e os níveis de renda per capita similares aos das economias avançadas no momento em que elas iniciaram o seu processo de desindustrialização⁶².

A peculiaridade da economia brasileira reside, portanto, no fato de que o país nem completou plenamente a sua industrialização – uma vez que os produtos de base industrial, tecnologicamente mais avançados, e, sobretudo, os chamados setores de bens de capital, que desenvolvem tecnologia e que são os segmentos mais dinâmicos da

⁶² É importante notar que o termo desindustrialização não significa, necessariamente, algo danoso e empobrecedor. No longo prazo, o processo de desenvolvimento econômico naturalmente tende para uma queda contínua do setor secundário, deixando como legado não apenas um setor terciário mais diversificado e sofisticado (cujas atividades, em sua maior parte, atendem ao próprio processo de desenvolvimento industrial), mas também um setor primário muitas vezes caracterizado por participações relativamente baixas de mão de obra e de produto setoriais nos agregados equivalentes, com grande potencial de produção de alimentos e de matérias-primas para alimentar a demanda derivada dos outros setores da atividade econômica (ROWTHORN, R. & RAMASWAMY, R, 1997; OREIRO, J. L. & FEIJÓ, C, 2010).

atividade industrial, não foram plenamente internalizados no país – e já alcança este processo de “terceirização”. Este inchamento do setor de serviços no Brasil, por sua vez, é explicado, em grande parte, pelo intenso processo de êxodo rural, e o consequente saturamento das grandes cidades, que predominou no país ao longo das décadas de 1950, 1960 e que teve ápice na década de 1970. Em realidade, em virtude desta desruralização, muitos trabalhadores sem terra que tiveram a oportunidade de conseguir emprego, o fizeram com uma precária qualificação, contribuindo, então, para a abrupta queda na produtividade do trabalho do setor de serviços a partir dos anos 1980 e para a sua informalidade (Bêrni, 2000, p.17).

Como se observa no gráfico 24, o Brasil, dado o seu nível de renda per capita, se caracteriza por ter uma baixa participação da indústria no PIB. Entre 2003 e 2010, ademais, tanto a participação da indústria de transformação no PIB como a população ocupada na indústria foram reduzidas (de 18,02% para 16,23% e de 17,6% para 16,6% respectivamente), o que serve para reforçar a tese da desindustrialização precoce no país (IEDI, 2011; IPEA, Mar/2012).

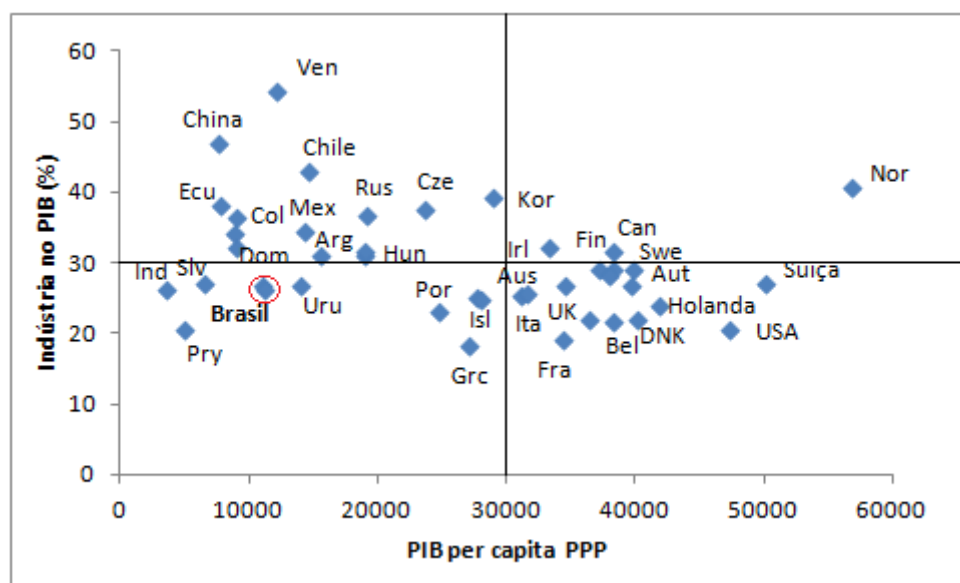


Gráfico 24 - Desindustrialização precoce, 2010.

Fonte: World Development Indicators, 2010.

Esta constatação, contudo, é extremamente perversa ao Brasil, tendo em vista a associação positiva entre expansão industrial e desenvolvimento econômico:

O dinamismo do processo de geração e difusão dos ganhos de produtividade na economia envolve de modo especial as atividades industriais. Isto porque, em primeiro lugar, a própria ampliação das escalas de produção nestas últimas tende a elevar os ganhos de eficiência e a geração de externalidades positivas para além do setor industrial. Em segundo lugar, porque os movimentos de introdução e de difusão de inovações no processo produtivo, responsáveis pelos aumentos sistemáticos (e sistêmicos) da produtividade na economia, encontram-se umbilicalmente ligados à atividade empresarial na indústria. Em terceiro lugar, porque a produção de novos bens pelo setor manufatureiro estimula, também, a geração de novas atividades no setor terciário da economia, com reflexos positivos sobre a produtividade total dos fatores – por exemplo, a comercialização de novos bens ou o surgimento de serviços de apoio à escala crescente da produção industrial. Além disso, deve-se destacar, ainda, que a atividade manufatureira e, em particular, os ganhos de escala e de produtividade por ela gerados reforçam-se mutuamente, na medida em que constituem fatores decisivos de aumento da competitividade externa na disputa (ou criação) de mercados no cenário internacional. Finalmente, a experiência histórica revela que a maior densidade do setor industrial é fator de significativa relevância para o alcance de maior progressividade no perfil da distribuição da renda nacional, pois é em torno de suas atividades que o movimento sindical acaba por se organizar com mais solidez e consequência para reivindicar os ganhos de produtividade social derivados do desenvolvimento econômico (IPEA, 2012, p.1-2).

Com estas ressalvas acerca do aprofundamento das restrições externas do país, pode-se partir para o tópico que tem sustentado a sensação de melhoria no bem-estar da população brasileira ao longo dos últimos anos, isto é, a distribuição funcional e pessoal da renda e a dinamização do mercado doméstico.

4.3 DISTRIBUIÇÃO E MERCADO DOMÉSTICO

Durante todo o período analisado neste trabalho a distribuição pessoal da renda apresentou melhora. Como se pode visualizar no gráfico 25, desde 1995 o coeficiente de Gini cai de forma contínua (ainda que em um nível bastante elevado). Esta aparente redução da desigualdade, contudo, deve ser diferenciada do movimento que ocorre a partir de 2004, pois como visto no capítulo 3 entre 1990 – 2003 a parcela salarial na renda decresce substancialmente.

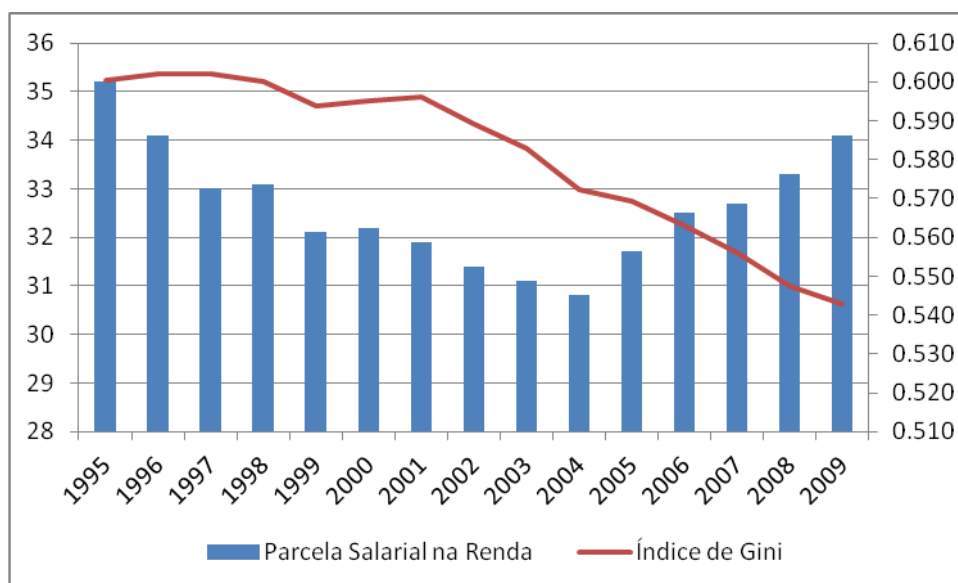


Gráfico 25 - Parcela Salarial na Renda e Coeficiente de Gini

Fonte: IPEADATA.

Antes de se explicar esse suposto paradoxo, porém, é preciso considerar que o Índice de Gini calcula, através de pesquisas domiciliares, apenas as rendas derivadas do trabalho, que contabilizam somente um terço da renda nacional. Estas pesquisas, além disso, subestimam drasticamente os rendimentos oriundos do capital e da propriedade e ignoram a renda retida dentro do setor empresarial.

Dito isto, é possível afirmar que no período 1995 – 2004 boa parte da redução do Coeficiente de Gini se deve a dois fatores integrados. Por um lado, ressalta-se o decréscimo no rendimento médio real, por conta do baixo crescimento da economia, das oportunidades de emprego e da queda da parcela salarial. E por outro, a elevação do salário mínimo real. Assim, como aponta Márcio Pochmann (2007, p.75): “quando o rendimento dos ocupados perde poder de compra e o piso de ingresso no mercado de

trabalho aumenta, conforme verificado entre 1995 e 2004, o resultado tende a ser a redução da desigualdade entre os ocupados com renda do trabalho”⁶³.

A partir de 2004, no entanto, a história se modifica. Como visto no gráfico 5 (página 59) a taxa de lucro continua a crescer neste período, assim como a produtividade do capital (Tabela 20). A diferença reside na queda da intensidade deste aumento da taxa de lucro, explicado pelo aumento da parcela salarial na renda que, através da elevação do consumo, induz a maiores taxas de investimento e de acumulação do capital – após mais de uma década de estagnação. Em verdade, este movimento, como ficará explícito mais adiante, se processa por via dupla, tendo em vista que as maiores taxas de investimento, através do emprego, também induzem a uma maior parcela salarial na renda.

Tabela 20 - Taxa de lucro, Produtividade do capital e Wage Share. Brasil, 1992 – 2008

Variável / Ano	1992	1995	2003	2008
Taxa de Lucro	35.74	43.37	44.3	45.5
Produtividade do capital	0.63	0.70	0.69	0.77
Participação Salarial na Renda	0.43	0.38	0.36	0.41

Fonte: MARQUETTI & FOLEY, 2011.

Em um primeiro momento, como se tentou deixar claro no tópico 4.2, as exportações líquidas têm papel de destaque no crescimento do PIB. Em seguida, com a reversão do cenário internacional, são os investimentos e o consumo que ganham proeminência. Pela especificidade de cada um destes dois últimos, todavia, tratá-los de maneira individual é a forma mais prudencial. Começemos, então, pelo investimento.

Neste sentido, é digna de nota a expansão das taxas de investimento no segundo Governo Lula. Se no primeiro governo esta taxa se estabelece em torno de 15,9%, no segundo, 2007 – 2010, alcança 18% do PIB. Ainda que o nível desta taxa seja bastante baixo em comparação com os países asiáticos, nada impede que se enfatize esta

⁶³ De acordo com este último autor 87% da queda no Índice de Gini verificada entre 1995 e 2004 pode ser explicada pela contribuição conjunta do aumento do gasto social e do salário mínimo. Individualmente, o salário mínimo respondeu por 51,4% da redução na desigualdade da renda do trabalho, enquanto o gasto social contribuiu com 48,6% (POCHMANN, 2007).

razoável mudança de trajetória, sobretudo quando se considera a década de 1990 (Tabela 21) ⁶⁴.

Tabela 21 - Composição do PIB, Brasil, 2003 – 2010.

Composição	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Consumo Total	81.3	79.0	80.2	80.3	80.2	79.1	83.5	81.8
Famílias	61.9	59.8	60.3	60.3	59.9	58.9	61.7	60.6
Administração Pública	19.4	19.2	19.9	20.0	20.3	20.2	21.8	21.2
FBKF	15.3	16.1	15.9	16.4	17.4	19.1	17.0	18.4
Variação de Estoques	0.5	1.0	0.3	0.3	0.9	1.6	-0.4	0.8
Saldo em transações com o exterior	2.9	3.9	3.6	2.9	1.5	0.2	-0.1	-1.0
Exportações	15.0	16.4	15.1	14.4	13.4	13.7	11.1	11.2
Importações	12.1	12.5	11.5	11.5	11.9	13.5	11.2	12.2
PIB	100	100	100	100	100	100	100	100

Fonte: Banco Central do Brasil.

Desde 2004, com exceção do ano de 2009, as taxas de crescimento do investimento têm sido superiores ao crescimento do PIB, o que garante que a maior capacidade produtiva do país seja revertida para o atendimento da demanda doméstica crescente. Destaque aqui para o investimento público em infraestrutura. Entre 2003 e 2010 a variação acumulada deste último quase dobra a variação do PIB (206,95% ante 121,78%).

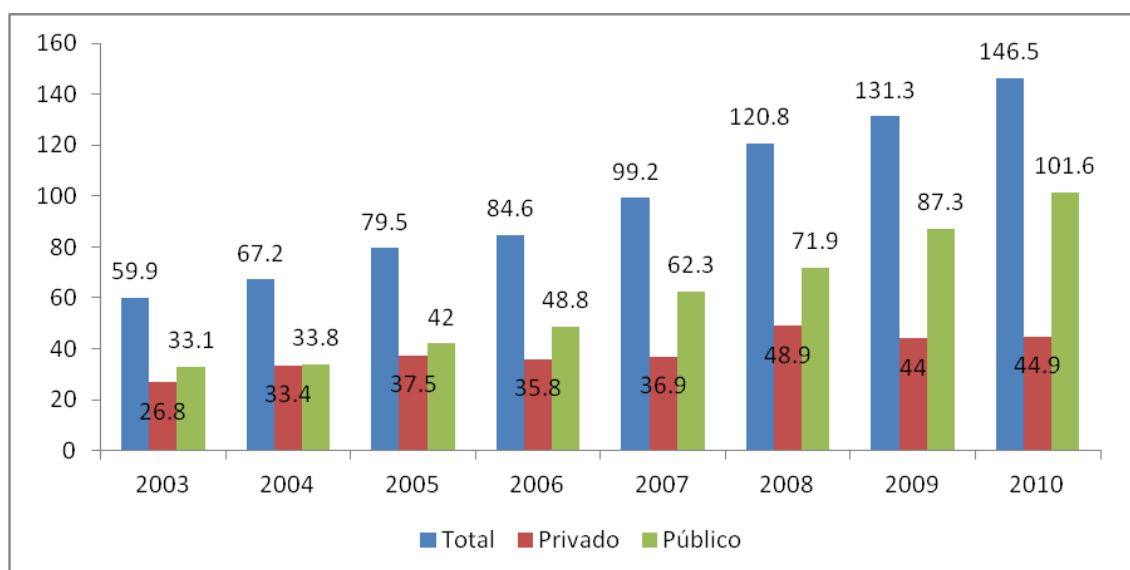


Gráfico 26 - Investimentos em infraestrutura em R\$ bilhões, a preços constantes de 2010.

Fonte: Associação Brasileira da Infraestrutura e Indústrias de Base (ABDIB).

Em virtude deste crescimento nos investimentos, por sua vez, tem-se constatado na economia brasileira o aumento dos empregos formais. Segundo o IBGE, a proporção de

⁶⁴ Entre 2003 e 2010 a formação bruta de capital (em % do PIB) para um grupo de países asiáticos, composto por China, Índia, Malásia, Coreia do Sul, Indonésia, Singapura e Tailândia, atinge a taxa de 29,18% do PIB.

pessoas ocupadas com carteira assinada em relação ao contingente de ocupados saltou para 51,6% em 2010 (média anual). No mesmo sentido, a proporção de contribuintes para a previdência social em relação à população ocupada atingiu 69,2% nessa mesma base de comparação, o que revela maior proteção social para mais trabalhadores⁶⁵. A taxa de desemprego aberto (% média anual) mensurada pelo IBGE, por outro ângulo, caiu de 12,3% em 2003 para 6,7% em 2010.

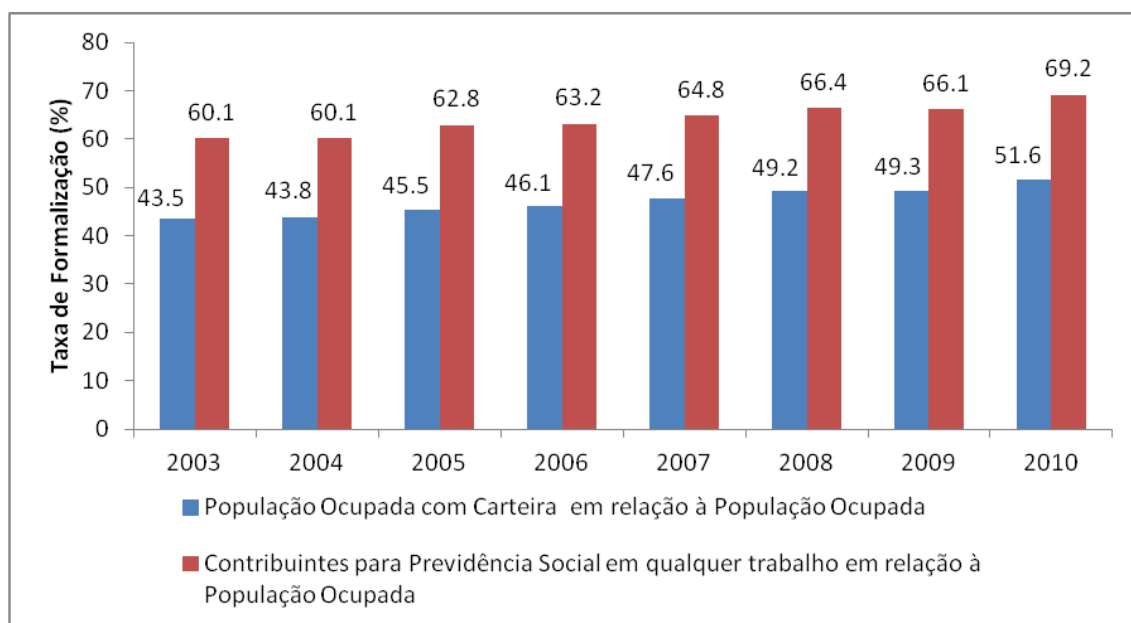


Gráfico 27 - Taxa de formalização do mercado de trabalho, Brasil 2003 – 2010.

Fonte: IBGE.

Esta melhora quantitativa e qualitativa do mercado de trabalho, associado a uma política de crescimento ainda maior do salário mínimo real – entre 2003 e 2010 o salário mínimo real teve uma variação acumulada de 66,39% frente a uma variação de 42,06% entre 1995 e 2002 – fez com que o rendimento médio real começasse a crescer. O crescimento do salário mínimo, deve ser dito, permite tanto o aumento das remunerações dos trabalhadores informais, uma vez que o piso maior para o mercado formal influencia os demais rendimentos das ocupações não formalizadas de acordo com a legislação em vigor, quanto a ampliação das transferências de renda indexadas a ele.

⁶⁵ Vale lembrar que o crescimento no número de carteiras assinadas possibilita mais décimos terceiros pagos e férias remuneradas, que correspondem a 1/3 do salário.

Estes fatores, em resumo, conduziram ao aumento da parcela salarial na renda e à continuidade de queda do índice de Gini⁶⁶. Não por coincidência, a taxa de pobreza e extrema pobreza apresentam acentuada queda apenas no período 2003 – 2010 (Gráficos 28 e 29).

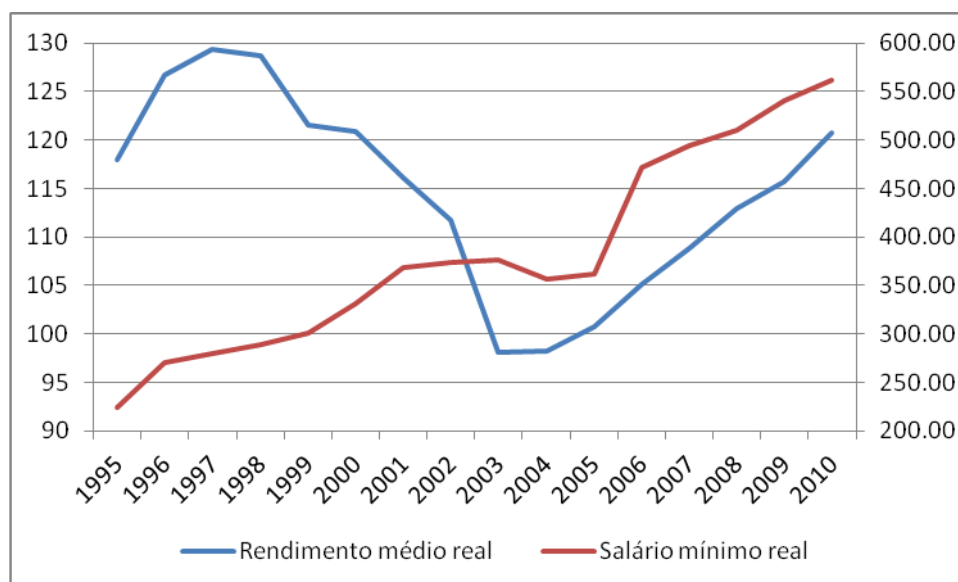


Gráfico 28 - Rendimento médio Real e Salário mínimo real

Fonte: IBGE e IPEADATA.

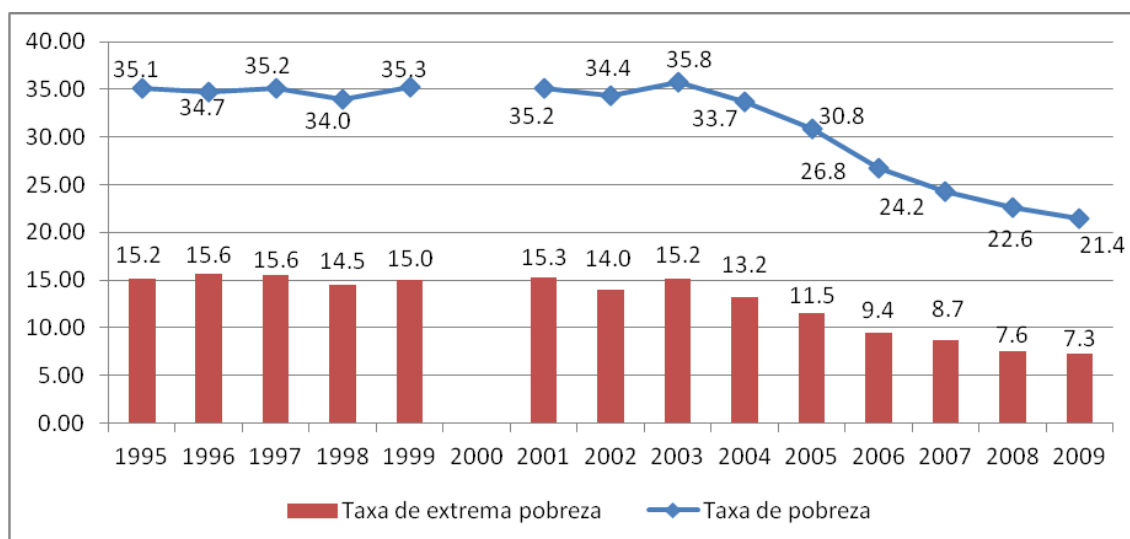


Gráfico 29 - Taxa de Pobreza e Extrema Pobreza

Fonte: IPEADATA.

⁶⁶ Dois fatores adicionais, relacionados de certa forma à conjuntura internacional, contribuíram para a recuperação dos salários médios reais e da parcela salarial na renda. Isto é: a apreciação da taxa real de câmbio (o aumento dos salários reais em termos de bens *tradables*) e taxas reais de juros, em termos absolutos, mais baixas (em virtude dos já explicados *markups* anti-cíclicos).

O aumento da renda, com efeito, elevou o consumo, seja pelo próprio crescimento da renda média, como pela sua melhor distribuição, associada ao gasto público em transferências e salário mínimo. Desde 2003, convém ressaltar, as operações de crédito em % do PIB cresceram mais de 20 p.p alcançando a marca de 46.4% em 2010. Não se pode esquecer, contudo, as limitações de se distribuir a renda via transferências. O que põe em xeque a sustentabilidade do consumo e a possibilidade de preservação do seu crescimento no futuro. Pois como afirma Ricardo Carneiro (2010, p.21-22): “As dificuldades de continuar melhorando a distribuição da renda por essa via são indiscutíveis. Desde logo, pelo alto patamar já alcançado por esse tipo de transferências e, conseqüentemente, pela disputa de recursos entre elas e outras despesas como, por exemplo, as pagas com aposentadorias ao funcionalismo público com clara inclinação regressiva. Ou, entre elas e os gastos públicos, propriamente dito, num contexto de carga tributária elevada”.

Tabela 22 - Resultado do Governo Central em % do PIB, 2003 – 2010.

Em % PIB	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Receita Bruta	21.0	21.6	22.7	22.9	23.3	23.6	23.2	23.0
Transferência para Estados e Municípios	3.5	3.5	3.9	3.9	4.0	4.4	4.0	3.8
Receita Líquida Total	17.4	18.1	18.8	19.0	19.3	19.2	19.2	19.2
Despesas Primárias	15.1	15.6	16.4	17.0	17.1	16.4	18.0	17.9
Pessoal e encargos	4.5	4.3	4.3	4.5	4.4	4.3	4.8	4.5
Transferência de Renda às Famílias *	7.2	7.6	8.1	8.4	8.5	8.1	8.9	8.7
Investimentos	0.3	0.5	0.5	0.6	0.7	0.9	1.0	1.2
Custeio com Saúde e Educação	1.6	1.7	1.8	1.7	1.8	1.7	1.9	2.0
Demais despesas de custeio	1.6	1.5	1.8	1.8	1.8	1.4	1.4	1.4
Resultado Primário	2.3	2.5	2.5	2.1	2.2	2.8	1.2	1.3

Fonte: STN/Ministério da Fazenda.

* Inclui benefícios previdenciários, abono, seguro-desemprego, benefícios assistenciais (LOAS e RMV) e Bolsa-Família.

Um ponto interessante à análise, portanto, diz respeito à diminuição de importância das transferências de renda para a redução da desigualdade brasileira recente. Neste sentido, Hofmann & Ney (2008) estudando a queda da desigualdade pessoal da renda entre 2001 e 2006 destacam a magnitude dos programas de auxílio do governo como, por exemplo, Bolsa-Família e Benefício de Progressão Continuada, para a redução da concentração pessoal da renda. De acordo com os autores (p.28), “mesmo esse tipo de renda

representando pouco mais de 2% da renda total, em 2006 ele responde por mais de 1/4 da queda da desigualdade”. Já o estudo coordenado por Neri (2010), ao avançar cronologicamente, aponta que embora tenha havido aumento forte da renda derivada de programas sociais e aposentadorias ligadas ao salário mínimo, a parcela devida ao trabalho entre 2003 e 2009 fica próxima ao expressivo crescimento de renda de 4,72% desta fase. Ou seja, o incremento médio de 4,61% ao ano da renda trabalhista por brasileiro (correspondente a 76% da renda média percebida pelo brasileiro), estaria conferindo nos últimos anos, segundo a pesquisa, uma base de sustentabilidade das condições de vida para além das transferências de renda oficiais (p.15).

Uma interpretação compacta destes dois estudos, por tais razões, leva ao gráfico 30. Nele é possível perceber a relevância do investimento e do emprego para a dinâmica do crescimento da renda e para a própria distribuição funcional da renda no período 2003 – 2009.

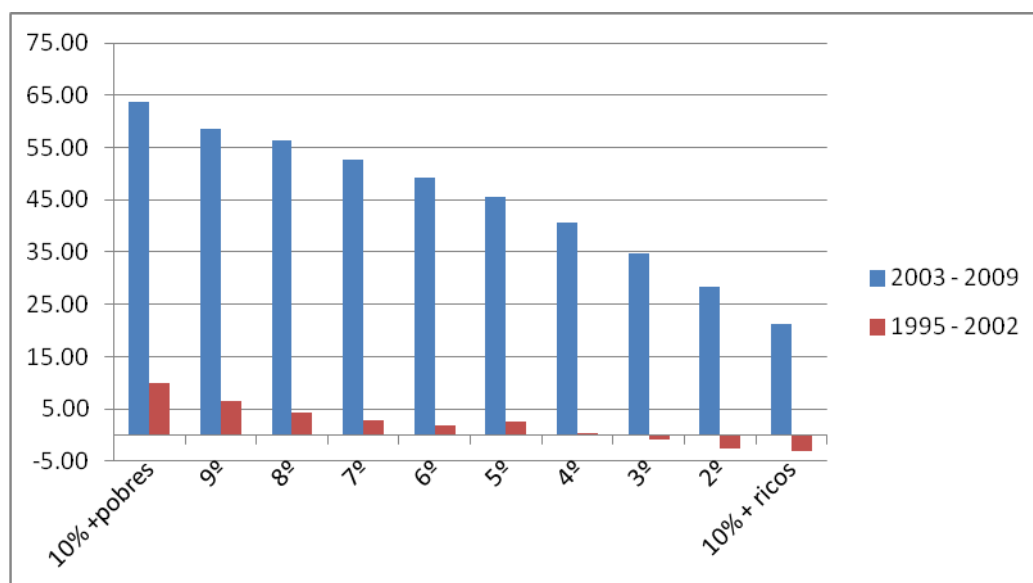


Gráfico 30 - Variação acumulada da renda domiciliar per capita por décimos de renda
Fonte: IPEADATA.

Ainda que a educação e a oferta de mão-de-obra especializada sejam prioridades nacionais pelo lado da oferta, o fato é que o Brasil precisa eliminar o, ainda alto, hiato de recursos humanos ociosos. O elevado nível de desemprego oculto, paralelo à elevada taxa de informalidade e a emigração de pessoas da classe média para os países ricos são demonstrações dessa necessidade. Neste sentido, a demanda por investimento se torna fundamental para o desenvolvimento econômico e para a redução da desigualdade econômica brasileira, em que pese toda a retórica do capital humano:

Recentes estudos sobre distribuição de renda demonstram que a instrução é o fator fundamental para explicar as diferenças de renda. Costuma haver muita correlação entre escolaridade e salário. Trata-se de um fato inegável. Mas talvez essa seja uma leitura incompleta da natureza da estrutura distributiva. Se a instrução fosse o único fator importante para explicar a desigualdade, então teria bastado universalizar a educação e aumentar o número médio de anos na escola para reduzir os extraordinários níveis de desigualdade. Todavia, seria esse realmente o caso? Nos últimos 25 anos (1980-2005), o contingente de crianças na rede escolar alcançou níveis bastante elevados, e o número médio de anos na escola aumentou de forma sistemática, mas não houve mudanças em termos de desigualdade no Brasil (VIDAL LUNA & KLEIN, 2007, p.272. Grifo nosso).

É claro que a oferta tem de estar preparada para uma demanda de trabalho seletiva, sobretudo em um mundo altamente internacionalizado como hoje. Mas em economias capitalistas de pouco vale ter uma sociedade altamente escolarizada se não ocorra a criação de postos de trabalho suficientes para que estas pessoas sejam empregadas.

A desaceleração dos países desenvolvidos diante da crise econômica mundial, e suas implicações na demanda global através do comércio, recolocaram e recolocam a importância do mercado doméstico como base para o crescimento. Coincidência ou não, justamente neste período, o Brasil abre os olhos para o papel da melhoria da distribuição funcional de renda no novo ciclo de crescimento econômico. Inevitavelmente, portanto, as expectativas acerca da *performance* econômica futura do país crescem. Crescem também os desafios, sobretudo, quando se observa o nível da parcela salarial no Brasil. Como se pode notar no Gráfico 31, raros são os países, dentre os da OCDE, que apresentam parcela salarial abaixo do nível brasileiro. Em verdade, a média destes países desenvolvidos se situa em cerca de 47% do PIB, o que demandaria ao país, no mínimo, uma elevação de 6 p.p.

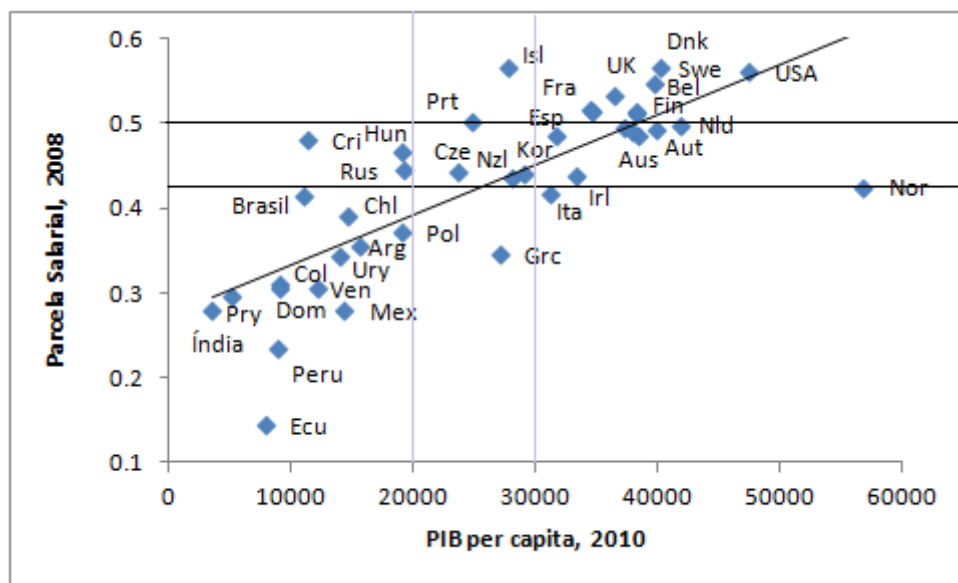


Gráfico 31 - Parcela Salarial na Renda e PIB per capita.

Fonte: World Development Indicators e MARQUETTI & FOLEY, 2011.

Vale lembrar também que, a despeito da franca ascensão do salário mínimo, seu valor continua aquém do necessário para atender os preceitos constitucionais. De acordo com o DIEESE, por exemplo, o salário mínimo necessário para o trabalhador suprir despesas básicas com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, como determina a Constituição Federal, deveria girar em torno de dois mil Reais em 2010. Ao se exporem estes fatos, todavia, não se pretende desconstruir os avanços estabelecidos no país a partir da segunda metade da primeira década do Século XXI, mas apenas salientar o seguinte: em que pese toda euforia, por parte dos órgãos governamentais e da imprensa (nacional e internacional), o Brasil recém começou a engatinhar na solução de seu maior problema, isto é, a desigualdade econômica.

Como visto ao longo deste capítulo quatro, portanto, nos oito anos de Governo Lula, incorpora-se, parcialmente, as demandas das classes menos abastadas, sem ferir os interesses do grande capital, notadamente, o capital financeiro. Esta realidade, é que faz Oliveira (2007; 2009), apressadamente, caracterizar o governo Lula como uma “hegemonia às avessas” no sentido de que a classe dominante aceitaria ceder o discurso político aos dominados que Lula, em tese, representaria, sob condição de que os fundamentos da sua dominação não fossem questionados. Ironicamente, entretanto, como adverte Singer (2009), a façanha de Lula foi ter conquistado os votos, só depois de assumir o governo, do segmento de classe que buscava, e o desprezou, desde pelo menos 1989, isto é, aqueles que recebem entre zero e cinco salários mínimos (SM), com

ênfase naqueles entre zero e dois SM. Historicamente, como lembra este último autor, Lula em suas corridas presidenciais tinha mais intenção de votos entre os eleitores de maior escolaridade, e sua aprovação aumentava à medida que crescia o poder aquisitivo do eleitor, já que os eleitores mais pobres buscavam uma redução da desigualdade, da qual tinham consciência, por meio de uma intervenção direta do Estado, evitando, porém, movimentos sociais que pudessem desestabilizar a ordem:

Para eleitores de menor renda, a clivagem entre esquerda e direita não estaria em ser contra ou a favor da redução da desigualdade e sim em *como* obtê-la. Identificada como *opção que colocava a ordem em risco*, a esquerda era preterida em favor de uma solução pelo alto, de uma *autoridade* já constituída que pudesse proteger os mais pobres sem ameaça de instabilidade. Esse seria o sentido da adesão intuitiva à direita (muitas vezes entendida como o que é direito ou como sinônimo de governo *versus* oposição) no espectro ideológico e tornaria inteligível o viés desfavorável a Lula (SINGER, 2009, p.88).

Com os elementos expostos neste último tópico (4.3 – Distribuição e Mercado doméstico), é fácil verificar porque o governo Lula em se tornando situação conquista os votos da população mais pobre. É instigante, contudo, avaliar neste momento o porquê do governo Lula, principalmente a partir de 2006, ter sofrido maior rejeição à medida que se subia a renda do eleitor. Neste exercício três causas podem ser levantadas:

- (i) Sempre existiu, e talvez sempre vá a existir, um segmento da sociedade ideologicamente contra a bandeira da esquerda;
- (ii) Um segmento da elite e da classe média alta começa a se distanciar do PT à medida que se assustam com os escândalos de corrupção e/ou desprezam a política social do governo, classificando-a como meramente assistencialista.
- (iii) Uma parcela dos intelectuais de extrema esquerda se decepciona com o governo por não realizar medidas bruscas compatíveis com o histórico do Partido dos Trabalhadores.

Em relação à primeira causa, não há nada a acrescentar, ao menos nos limites deste trabalho, pois nos remeteria exclusivamente a juízos de valores. A segunda causa, com exceção do genuíno motivo corrupção⁶⁷, indica que esta parcela da elite e da classe média alta, pelo menos no discurso, isto é, sem saber da “síntese entre contrários” do Governo Lula, estaria acuada pelos ganhos reais daqueles logo abaixo dela. Esta

⁶⁷ Ainda que seja difícil ordenar os governos quanto a “mais ou menos corrupção”.

manifestação, por seu turno, poderia ser interpretada como o presságio a uma intensificação na luta de classes, e em assim sendo, indo de encontro à tese defendida por Oliveira (2007). A terceira causa, e talvez, a mais interessante do ponto de vista da transformação e superação do subdesenvolvimento brasileiro, aponta para a dialética apreendida por Lula. Segundo Marx, a dialética se trata da interação real entre tese, antítese e síntese, e a história, neste sentido, avança como resultado de conflitos entre forças materiais polares conservadoras e progressistas, de cujo embate resulta a superação de ambas em um nível superior. Lula, neste particular, como pontua Assis (2011), ao contrário do estereótipo do político mineiro tradicional que quer mudar para que as coisas continuem como estão, efetivamente quis mudar ao longo de seu mandato, mas para isso teve de construir uma alternativa entre radicalismos de esquerda e de direita e, no seu jeito de fazer composição, arrancar compromissos aos poucos, sem ruptura. A história parece ter lhe ensinado que projetos encabeçados por mudanças radicais podem ser facilmente desmantelados pelas classes dominantes conservadoras, e pelo poder de voz que estas detêm através da grande mídia, que forma a opinião pública – embora muitas vezes em contradição com os interesses reais desta última.

Seja como for, em que pese o conservadorismo macroeconômico, a política social do governo Lula finca raízes na história do país, por alçar a questão da distribuição ao centro do debate e por estar, além do populismo, vinculada à criação de direitos ancorados na democracia de cidadania ampliada. É bem provável, portanto, que o intelectual Antônio Gramsci, se vivo, estivesse orgulhoso do legado de Lula. Ninguém tanto quanto o filósofo italiano sabia que a verdadeira transformação – revolução – se processaria de forma lenta, gradativa, pautada no crescimento do nível cultural, na formação da consciência e na formação intelectual e moral. O consentimento da sociedade civil brasileira quanto à resolução real do problema da desigualdade estrutural do país a partir da segunda década do século XXI, por fim, pode ser encarado como um importante salto qualitativo nesta unidade, ainda que efetivamente o país esteja longe de alcançar uma igualdade substantiva entre os seus cidadãos. De todo caso, se esta tese se confirmar, o país definitivamente terá entrado na trilha do desenvolvimento, pois não há progresso duradouro sem um compromisso explícito com a justiça social. O tempo, todavia, é o único personagem capaz de decifrar este emblema.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação procurou-se, *como objetivo geral*, avaliar, de forma crítica, as últimas duas décadas da economia brasileira, com particular atenção para a relação capital-trabalho e ao modo de inserção externa do país. Com o intuito de responder o *objetivo específico (i)*, além disso, discorreu-se sobre a literatura marxiana no *capítulo dois*, indicando, assim, a ligação entre a taxa de acumulação de capital e a taxa de lucro, bem como a ligação entre esta última e a parcela distributiva na renda e a produtividade do setor I. Também no *capítulo dois*, foi exemplificado, a partir do aparato teórico Kaleckiano, a possibilidade de um aumento real generalizado nos salários não implicar em uma redução nos lucros globais. Ao se conectar este exercício teórico com a evidência empírica para a economia brasileira no período 2003 – 2010 satisfez-se, então, o *objetivo específico (iii)*, já que no período mencionado presenciou-se uma elevação na participação dos salários na renda nacional e um acréscimo do produto. O *objetivo específico (ii)*, por sua abrangência, foi respondido tanto no tópico 3.3 (“A influência da política macroeconômica para o desenvolvimento”) quanto no tópico 4.1 (“Inflação, câmbio e política fiscal”) e 4.2 (“Crescimento e restrição externa”).

Durante o período 1990 – 2003, em particular, conforme visto no *capítulo 3*, o Brasil sofreu profundamente a influência das políticas de cunho neoliberal advindas do centro do capitalismo, sobretudo dos Estados Unidos e da Europa. Estas políticas advogavam, como estratégia para o desenvolvimento econômico, maior abertura comercial, desregulamentação financeira e uma maior liberalização dos mercados, no sentido amplo do termo. Este pacote, associado à poupança externa, além disso, tinha por objetivo restaurar a lucratividade do capital, enfraquecida no mundo, pela crise do regime Fordista-Keynesiano, e no Brasil, pelo processo de Industrialização por Substituição de Importações. Analisando por esta perspectiva, portanto, o trabalho demonstra que a meta do neoliberalismo, se assim se pode dizer, fora atingida, tendo em vista que a taxa de lucro volta a crescer no país a partir dos anos 1990. Como contrapartida para este êxito, todavia, se presenciou uma concentração funcional da renda, marcada por um declínio da parcela salarial de magnitude não presenciada nem mesmo em períodos da história brasileira associados à concentração de renda, como, por exemplo, o milagre econômico. A despeito do aumento da taxa de lucro, ao mesmo

tempo, não se verificou uma maior acumulação de capital, em virtude do pífio desempenho das taxas de investimento, o que serviu, por sua vez, para aumentar o desemprego estrutural e a taxa de informalidade do trabalho. A política macroeconômica, neste sentido, ao sobrecarregar a política monetária na defesa do balanço de pagamentos, e manter as taxas de juros em nível bastante elevado, reforçou o fraco desempenho do investimento produtivo (principalmente pelo *trade off* com os ativos financeiros), além de fomentar crises cambiais e uma tendência à apreciação do real e a deterioração do passivo externo. Assim, não fossem os avanços estabelecidos pela Constituição de 1988, em termos de garantias e direitos sociais, e nem mesmo o Coeficiente de Gini teria caído no país ao longo destes anos.

Durante os oito anos de governo Lula, por outro lado, como se espera ter demonstrado no *capítulo quatro*, muitas contradições se fizeram presentes, sobretudo quando se considera o histórico do Partido dos Trabalhadores. Estas contradições, entretanto, devem ser levadas em conta ao se fazer uma análise de conjuntura, dada a complexidade da tarefa. Como lembra o historiador Fernand Braudel (1976), uma boa análise de conjuntura deve ter em mente os desafios e os acontecimentos específicos do momento, em uma perspectiva de longa duração, em alerta ao movimento mais geral que rege a sociedade, isto é, percebendo aquilo que permanece e aquilo que se transforma. Dito de outra forma, qual seria a capacidade, ou incapacidade, do sujeito, individual ou coletivo, de intervir nos fatos, a despeito das forças estruturais que regem a sociedade?

Por boa parte do período 2003-2010 se presenciou uma melhora nos termos de troca, e um cenário internacional positivo em termos de liquidez, que estimularam a balança comercial brasileira e o próprio crescimento nacional. Passada esta bonança, contudo, e o problema da restrição externa se fez presente mais uma vez. De um modo geral, o conservadorismo em termos de política macroeconômica nestes últimos anos contribuiu para o ainda alto caráter rentista da economia brasileira; para a ausência de uma taxa de câmbio competitiva que lutasse de forma mais digna contra o fenômeno da desindustrialização; e por consequência, que lutasse contra a reprimarização da pauta de exportações, tendo em vista o fraco *link* entre as *commodities* e os ganhos de produtividade e o progresso técnico. Neste tocante cabe ainda destacar a ambígua relação comercial com a China, pois se as altas taxas de crescimento deste país garantem ao Brasil receita de exportações com matérias-primas, representam, também, uma crescente concorrência de manufaturas nos tradicionais mercados brasileiros. O

que, considerando o nível de competitividade chinês, pautado em maior produtividade e taxa de câmbio desvalorizada, tende em longo prazo a subtrair mercados do Brasil. Estas características, portanto, representaram os pontos de estagnação do Governo, em que pesem as dificuldades estruturais do sistema.

Alguns avanços importantes, em contraste, foram realizados ao longo do governo, sobretudo a partir de 2005. Neste particular, ressalta-se a correlação positiva entre uma melhor distribuição da renda e o crescimento econômico. Em oposição à visão neoliberal, o governo, resgata a ideia desenvolvimentista de que as transferências de renda não se esgotam apenas como mecanismo de combate à extrema pobreza, mas constituem também um instrumento de expansão da demanda agregada e da elevação dos salários reais. Ancorado, portanto, nas ideias Kaleckianas (expostas no *capítulo dois*) o governo passa a aliar políticas focalizadas, como o Bolsa-Família, com uma intensa valorização do salário mínimo. Em verdade, a universalização desta última, pelo seu efeito multiplicador (incidindo sobre as aposentadorias e pensões), e seu impacto sobre o mercado de trabalho informal – “efeito farol” – reacende o consumo no país, o que, por conseguinte, eleva o investimento. Destaque também, para o esforço público em aumentar o investimento autônomo que, via emprego, faz crescer o rendimento médio real e proporciona bases mais sólidas no que tange à distribuição, pois insere o cidadão não apenas no mercado de consumo, mas no mercado de trabalho formal.

A partir da presente pesquisa algumas questões também foram abertas. Em primeiro lugar, em referência aos novos desafios impostos à literatura marxista. A evidência empírica das últimas décadas, tanto da realidade brasileira como da Europeia e Norte-Americana, aponta para o aumento da produtividade do capital. Neste sentido, pode-se indagar se estaríamos vivenciando um ciclo passageiro, de uma das características que Marx denominou como contra-tendência à queda da taxa de lucro, ou, então, uma característica estrutural do capitalismo contemporâneo, expresso em monopólios e, sobretudo, técnicas *capital-saving*. Neste último caso, Baran & Sweezy (1978) pareceriam estar certos.

Outro ponto ressaltado pela pesquisa, que levanta dúvidas, refere-se à sustentabilidade do novo ciclo de crescimento da economia brasileira. Em virtude do aumento da dívida pública interna e das transferências públicas, é estreita a margem para elevações adicionais na carga tributária, que já se encontra em um patamar alto, dado o retorno dos serviços prestados à sociedade. Este fato limita um importante canal de redistribuição presenciado nas últimas décadas, e reforça a necessidade de maiores

taxas de investimento para o aumento da parcela salarial na renda. Neste sentido, a perspectiva de um ciclo de investimentos, impulsionado por projetos relacionados a transporte, energia e pré-sal, Copa do Mundo e Jogos Olímpicos, pode sinalizar tanto um futuro promissor quanto maiores desafios no que tange a exigências ambientais, marco regulatório e comportamentos do tipo *rent-seeking*. De maneira geral, deve-se ter o cuidado para não restringir os benefícios deste possível *boom* de investimentos a um pequeno grupo privado.

Esta pesquisa, por fim, avança na literatura econômica de duas formas. Em primeiro plano, contribui para um melhor entendimento das interdependências macroeconômicas entre endividamento público interno e sistema financeiro, e a forma como esta reprodução impõe limites estruturais ao desenvolvimento econômico do país. Em segundo lugar, de outro modo, expõe uma interpretação, no campo da economia política, do que vieram a ser ‘os oito anos de governo Lula’, algo que, tanto pela euforia existente quanto pelo seu caráter recente, carece de um maior número de análises críticas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, J. R & BIASOTO JÚNIOR, G. Investimento público no Brasil: diagnósticos e proposições. **Revista do BNDES**, n.27, Rio de Janeiro, BNDES, Jun, 2007.

AGLIETA, M. *Macroéconomie financière*. Paris: La Découverte, v.1 et 2. 2001

ALEM, A.C & GIAMBIAGI, F. **O estado e as empresas estatais no desenvolvimento econômico**. Finanças públicas – teoria e prática no Brasil. Rio de Janeiro: Campus, 2007, cap.3.

AMITRANO, Cláudio Roberto. Notas sobre o Problema da Distribuição da Renda em Kalecki e em Kaldor. In: **Encontro Nacional de Economia Política** (SEP), 8, 2003, Florianópolis. Anais, Florianópolis, 2003.

ARRIGHI, Giovanni. **O longo Século XX, dinheiro, poder e as origens do nosso tempo**. São Paulo: Contraponto/UNESP, 1996.

ASSIS, J. Carlos de. Lula, o filho da dialética. **Carta Maior**. 26/01/2011. Artigo Online. Disponível em: <http://www.cartamaior.com.br>.

BACHA, E. L & BONELLI, R. Uma interpretação das causas da desaceleração econômica do Brasil. **Revista de Economia Política**, vol. 25, no 3, p. 163-189, 2005.

BANCO CENTRAL. **Taxa natural de desemprego no Brasil**. Relatório de Inflação, Março, 129:133, 2008.

BARAN, P. & SWEEZY, P. **O capitalismo monopolista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BARROS, Ricardo; CARVALHO, Mirela de; FRANCO, Samuel & MENDONÇA, Rosane. *Markets, the State and the Dynamics of Inequality: the case of Brazil*. Discussion Paper, United Nations Development Programme, January 2010.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Distribuição de renda: uma visão da controvérsia. In: TOLIPAN, Ricardo & TINELLI, Arthur Carlos (Orgs.). **A controvérsia sobre distribuição de renda e desenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

BÊRNI, Duilio de Avila. *Structural change in the Brazilian economy between 1959 and 2000*. XIII International Conference on Input-Output Techniques University of Macerata, Italy, August 21-25th, 2000.

BERR, Eric & COMBARNOUS, François. *The false promises of the (second) Washington consensus: evidence from Latin America and the Caribbean (1990 – 2003)*. *Brazilian Journal of Political Economy*, vol. 27, n° 4 (108), pp. 525-545 October-December, 2007.

BLINDER, Alan. **Bancos Centrais: teoria e prática**. São Paulo: Editora 34, 1998.

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo y democracia**. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BRAGA, Julia de Medeiros. **O atual regime de política econômica favorece o desenvolvimento?**. Texto para Discussão CEPAL-IPEA, 16, 2010.

BRAGA, Julia de Medeiros. **Raiz unitária, histerese e inércia: A controvérsia sobre a NAIRU na economia norte-americana nos anos 1990**. Tese (Doutorado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

BRAUDEL, Fernand. A longa duração. In: **História e ciências sociais**. Lisboa: Presença, 1976, p.7-70.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Macroeconomia da estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil Pós-1994**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

BRUNO, Miguel & SILVA Renaut Michel B. Desenvolvimento Econômico e infraestrutura no Brasil: dois padrões recentes e suas implicações. **Análises e Propostas**, Nº38, Dezembro de 2009.

BRUNO, Miguel. Acumulação de Capital e crescimento econômico no Brasil: uma análise do período 1950 – 2006. In: SICSÚ, João & MIRANDA, Pedro (Orgs.). **Crescimento Econômico: estratégias e instituições**. Rio de Janeiro: IPEA, 2009.

BRUNO, Miguel; DIAWARA, Hawa; REIS, Anna Carolina S; RUBENS, Mario. **Finance-led growth regime no Brasil**: estatuto teórico, evidências empíricas e conseqüências macroeconômicas. Artigo apresentado no II Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira, Setembro, 2009a.

CÂMARA NETO, A, F & VERNENGO, M. **Fiscal Policy and the Washington Consensus: A Post Keynesian Perspective**. Working Paper, Nº 2004 – 09, University of Utah.

CARCANHOLO, Marcelo. Inserção externa e vulnerabilidade da economia brasileira no Governo Lula. In: **Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p.109-132.

CARDIM DE CARVALHO, F. J. O Sistema Financeiro Brasileiro: a modernização necessária. In: SICSÚ, J; DE PAULA, L. F. R & MICHEL, R. (Orgs.). **Novo Desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento econômico com equidade social**. Barueri: Manole; Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer, 2005, Cap. 14, pp. 329-346.

CARNEIRO, D. D & MODIANO, E. Ajuste externo e desequilíbrio Interno: 1980-1984. In: ABREU, M.P (Org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Editora Campus, 1990.

CARNEIRO, Ricardo. **O desenvolvimento brasileiro pós-crise financeira: oportunidades e riscos**. Observatório da economia global. Textos Avulsos – nº 4 – Agosto, 2010.

CARVALHO, C. E. As origens e a gênese do Plano Collor. **Revista Nova Economia**. Belo Horizonte, 16(1), janeiro-abril, 2006.

CEPAL. **A hora da igualdade**. Brechas por fechar, caminhos por abrir. Trigésimo terceiro período de sessões da CEPAL, Brasília, 30 de maio a 1º de junho de 2010.

CHANG, Ha-Joon. *The economic theory of the developmental state*. In: WOO-CUMINGS, Meredith (Ed.). **The Developmental State**. Ithaca and London: Cornell University Press, 1999.

CHANG, Ha-Joon. **Kicking Away the Ladder: development strategy in historical perspective**. London: Anthem Press, 2002.

CHESNAIS, François [et al]. **Uma nova fase do capitalismo?**. São Paulo: Xamã, 2003.

CIMOLI, Mario; PORCILE, Gabriel & ROVIRA, Sebastián. *Structural change and the BOP-constraint: why did Latin America fail to converge?* .**Cambridge Journal of Economics**, Oxford University Press, vol. 34(2), pages 389-411, March 2010.

CIMOLI, Mario & ROVIRA, Sebastián. *Elites and Structural Inertia in Latin America: An introductory Note on the Political Economy of Development*. **Journal of Economic Issues**, Vol.XLII, N°2, June 2008.

CONTE, Carlos Gilbert. **Os determinantes do Investimento privado na economia brasileira: 1955 – 2003**. 113f. Dissertação (Mestrado) em Economia. Programa de Pós-Graduação em Economia do Desenvolvimento PUCRS. 2008.

COURI, Sérgio. **Ensaio sobre a evolução do capitalismo e do marxismo**. Brasília: Universidade de Brasília. 2001.

COUTINHO, L. A especialização regressiva: um balanço do desempenho industrial pós-estabilização. In: **Brasil: desafios de um país em transformação**. Rio de Janeiro, Fórum Nacional, 1997.

CUNHA, André & PRATES, Daniela. A instabilidade financeira dos anos 90: algumas implicações para as economias capitalistas periféricas. **Análise Econômica**, ano 17, nº32, Setembro, 1999.

DATHEIN, Ricardo. Estado e desenvolvimento no Brasil: o novo padrão de ação estatal como determinante da mudança estrutural da economia no último quarto de século. In: DATHEIN, R & CUNHA, A. (Orgs.). **Desenvolvimento econômico brasileiro: contribuições sobre o período pós-1990**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

DESAI, Meghnad. **A vingança de Marx: a ressurgência do capitalismo e a morte do socialismo estatal**. São Paulo: Códex, 2003.

DESAI, Meghnad. Subconsumo. In: BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

DUMÉNIL, G. & FOLEY, D. **Marx's Analysis of Capitalist Production**. *The New Palgrave Dictionary of Economics, Palgrave Macmillan, 2008*. Disponível em: <http://www.jourdan.ens.fr/levy/>.

DUMÉNIL, G & LÉVY, D. *Technology and distribution: Historical trajectories à la Marx*. **Journal of Economic Behavior and Organization**. V.52, nº2, October 2003, p.201-234.

EDUARDO CARVALHO, Carlos. Dívida pública: politizar o problema para derrotar a dominação dos credores. In: SICSU, J (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FAYNZYLBER, Fernando. Industrialização na América Latina: da caixa preta ao conjunto vazio. Item 2, p.858-871, 1990. In: BIELSCHOWSKY, R. (Org.). **Cinquenta anos de pensamento da CEPAL**. Rio de Janeiro, Record, 2000.

FERREIRA, Alexandre B. & JAYME JÚNIOR, Frederico G. **Metas de inflação e vulnerabilidade externa no Brasil**. Anais do XXXIII Encontro Nacional de Economia da ANPEC, 2005.

FILGUEIRAS, Luiz; PINHEIRO, Bruno; PHILIGRET, Celeste & BALANCO, Paulo. Modelo liberal-periférico e bloco de poder: política e dinâmica macroeconômica nos governos lula. In: **Os anos Lula: Contribuições para um balanço crítico 2003 – 2010**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond, 2010, p.35-69.

FOLEY, D. & MICHL, T. *Growth and Distribution*, Cambridge, Massachusetts, Harvard University Press, 1999.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. A atualidade da questão nacional e a experiência histórica brasileira. In: Aloísio Sérgio Barroso; Renildo Souza. (Org.). **Desenvolvimento - Ideias para um Projeto Nacional**. São Paulo, 2010, v., p. 103-115.

FREITAS, Alexandre L. **Uma interpretação heterodoxa sobre as relações de taxa de juros, câmbio e inflação no Brasil - 1999/2005**. Dissertação (Mestrado em Economia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

FRENKEL, Roberto. *Globalización y crisis financieras en América Latina*. *Revista de la CEPAL* 80, Agosto de 2003.

GARLIPP, J. **Economia Desregrada - Marx, Keynes e Polanyi e a riqueza no capitalismo contemporâneo**. 248 f. Tese (Doutorado) em Economia – Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas. 2001.

GLYN, Andrew. *Capitalism Unleashed. Finance, Globalization, and Welfare*. New York: Oxford University Press Inc, 2006.

GONÇALVES, Reinaldo. Governo Lula e o nacional-desenvolvimentismo às avessas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**, v. 31, p. 5-30, 2012.

GORENDER, Jacob. Apresentação. In: MARX, Karl. **O capital: crítica da economia política**. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

HARRIBEY, J.-M. *Le régime d'accumulation financière est insoutenable socialement et écologiquement. In: HARRIBEY, J.-M.; LOWY, M. Capital contre nature. Paris: PUF, Actuel Marx Confrontation, p. 109-121, 2003.*

HELLEINER, Eric. *States and the Reemergence of Global Finance: from Bretton Woods to the 1990s.* Ithaca and London, Cornell University Press, 1994.

HOBSBAWM, Eric, J. **A era dos extremos: o breve século XX: 1914 – 1991.** São Paulo: Companhia das letras. 2000.

HOFFMANN, Rodolfo & NEY, Marlon Gomes. A recente queda da desigualdade de renda no Brasil: análise de dados da PNAD, do Censo Demográfico e das Contas Nacionais. **Econômica**, Rio de Janeiro, v.10, nº1, p.7-39, junho de 2008.

HOFMAN, A. *Standardised capital stock estimates in Latin America: A 1950-94 update. Cambridge Journal of Economics, 24: 45-86, 2000.*

HUSSON, Michel. *Le capitalisme toxique. Imprecor* nº 541-542, Setembro-Outubro de 2008.

IEDI. **Indústria e Política Industrial no Brasil e em Outros Países.** Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial, São Paulo, maio 2011.

IPEA. **Conjuntura em foco.** Número 18, ano 4, Março de 2012.

KALECKI, Michal. *The difference between crucial economic problems of developed and underdeveloped non-socialist economies. In: J. Osiatynsky, ed., Collected Works of Michal Kalecki, Vol. V Oxford: Oxford University Press, 1993.*

KALECKI, Michal. **Teoria da Dinâmica Econômica:** ensaio sobre as mudanças cíclicas e a longo prazo da economia capitalista. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

KALECKI, Michal. **Crescimento e ciclo das economias capitalistas:** organização, introdução e tradução de Jorge Miglioli. São Paulo: HUCITEC, 1977.

KALECKI, Michal. *Essays in the Theory of Economics Fluctuations*. London, G. Allen & Unwin, ltd. 1939.

KEYNES, John Maynard. **Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**. Tradução de Mário R. da Cruz. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

KUZNETS, Simon. *Economic Growth and Income Inequality*. *American Economic Review* 45 (March): 1-28, 1955.

LI, Minqi. *An age of transition. The United States, China, Peak Oil and the Demise of neoliberalism*. *Monthly Review*, V.59, Issue 11, April, 2008.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio. Mercado de trabalho, ontem e hoje: Informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: Santana, M. A. & Ramalho, J. R. (orgs.). **Além da fábrica, trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MACRINI, J. L. & SUMMA, Ricardo. **Estimando a curva de Phillips brasileira no período do Sistema de Metas de Inflação por Redes Neurais**. In: XIV Encontro de Economia da região Sul, 2011, Florianópolis. ANAIS DO XIV Encontro de Economia da região Sul, 2011.

MANTEGA, Guido. A lei da taxa de lucro: A tendência à queda ou a queda da tendência? In: Estudos CEBRAP 16 - Abril/Junho, 1976.

MARQUETTI, Adalmir & FOLEY, Duncan. *Extended Penn World Tables: Version 4.0*. Economics Department, New School, August, 2011.

MARQUETTI, Adalmir et al. *The profit rate in Brazil, 1953 – 2003*. *Review of Radical Political Economics*. 42(4) 485 – 504, 2010.

MARQUETTI, Adalmir et al. **Um modelo clássico de crescimento e o padrão de catching up / falling behind na América Latina: 1969-2003**. Artigo apresentado no 2º Encontro Internacional da Associação Keynesiana Brasileira (AKB), 2009.

MARQUETTI, Adalmir & FOLEY, Duncan. *Extended Penn World Tables: Version 3.0. Economics Department, New School, 2008.*

MARTINEZ, Thiago. & CERQUEIRA, Vinícius. **Estrutura da Inflação brasileira: determinantes e desagregação do IPCA.** Texto para discussão 1634 IPEA, Rio de Janeiro, Julho de 2011.

MARX, Karl. *Grundrisse – Foundations of the critique of political economy.* Londres: Penguin Books, 1993.

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.I. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.I. t.II São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.II. São Paulo: Abril Cultural, 1983b. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.III. São Paulo: Abril Cultural, 1983c. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital:** crítica da economia política. Tradução de Régis Barbosa e Flávio R. Kothe. v.III. t.II. São Paulo: Abril Cultural, 1983d. (Os Economistas).

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Desenvolvimento Econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, José Luis (Org.). **Polarização mundial e crescimento.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2001.

MESQUITA, R. & MARQUETTI, A. Estimativa do estoque de capital fixo na economia Brasileira: 1950-2003. **Texto para discussão PPGE.** Porto Alegre: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2005.

MODIANO, E. A ópera dos três cruzados 1985-1989. In: ABREU, M.P (Org.). **A Ordem do Progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Editora Campus, 1990.

MORANDI, L. & REIS, E. Estoque de capital fixo no Brasil, 1950-2002. Anais do **XXXII Encontro Nacional de Economia**, João Pessoa, 2004.

MUNHOZ, D. G. Os déficits e o reordenamento das finanças públicas. In: LOZARDO, E. (Org.). **Déficit Público Brasileiro: política econômica e ajuste estrutural**. São Paulo: Paz e Terra, 1987.

NERI, Marcelo. **A nova Classe Média: O lado brilhante dos pobres**. Rio de Janeiro, FGV/CPS, 2010.

OLIVEIRA, Francisco. Hegemonia às avessas. **Revista Piauí**, nº4, janeiro, 2007.

OLIVEIRA, Francisco. Averso do avesso. **Revista Piauí**, nº37, outubro, 2009.

OLIVEIRA, Francisco de. **A economia Brasileira: Crítica à razão dualista**. Petrópolis: Editora Vozes Ltda, 1981.

OREIRO, J. L. & FEIJÓ, C. Desindustrialização: conceituação, causas, efeitos e o caso brasileiro. **Revista de Economia Política**, v. 30, n. 2 (118), abr./jun. 2010.

PAULANI, Leda & PATO, Christy Ganzert Gomes. Investimentos e Servidão Financeira: o Brasil no último quarto de século. In: João Antonio de Paula (Org.). **Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PENN WORLD TABLE. Version 6.3. Alan Heston, Robert Summers and Bettina Aten. *Center for International Comparisons of Production, Income and Prices at the University of Pennsylvania, August 2009.*

PICHARDO, Gabriel. *Economic growth models and growth tendencies in major Latin American countries and in the United States, 1963-2003*. *Investigación Económica*, 66: 59-87, 2007.

POCHMANN, Márcio. Rumos da política do trabalho no Brasil. In: SILVA, Maria Ozanira & YAZBEK, Maria Carmelita. **Políticas públicas de trabalho e renda no Brasil Contemporâneo**. São Paulo: Cortez, 2008.

POCHMANN, Marcio. Gasto social, o nível de emprego e a desigualdade da renda do trabalho no Brasil. In: SICSÚ, J (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

POCHMANN, M; CAMPOS, A; AMORIM, R & SILVA, R (Orgs.). **Atlas da Exclusão Social: Os Ricos no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2004.

POLANYI, Karl. **A grande Transformação: as origens de nossa época**. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

POSSAS, Mário Luiz. Demanda Efetiva, Investimento e Dinâmica: A atualidade de Kalecki para a teoria Macroeconômica. **Revista Economia Contemporânea**. Rio de Janeiro, 3(2): 17-46, jul./dez. 1999.

RECEITA FEDERAL. **Carga tributária no Brasil 2010**. Análise por Tributos e Base de Incidência. Setembro de 2011.

REGO, José Marcio & MARQUES, Rosa Maria. **Economia Brasileira**. São Paulo: Saraiva, 2005.

ROBINSON, Joan. *An Essay on Marxian Economics*. London: Macmillan, 1942.

RODRIK, Dani. *The Future of Economic Convergence*. Paper prepared for the 2011 Jackson Hole Symposium of the Federal Reserve Bank of Kansas City, August 25-27, 2011.

ROWTHORN, R. & RAMASWAMY, R. Deindustrialization – its causes and implications. **Economic Issues**, v. 10, Washington, D.C.: IMF, 1997.

SALAMA, Pierre. Por que essa incapacidade de atingir um crescimento elevado e sustentável na América Latina? In: Marcos Costa Lima & Mauricio Dias David (Orgs.). **A atualidade do pensamento de Celso Furtado**. São Paulo: Francis, 2008.

SALVADOR, Evilásio. A distribuição da carga tributária: quem paga a conta? In: SICSÚ, J (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SCHINCARIOL, Vitor Eduardo. **O Brasil sob a crise do fordismo**. São Paulo: LCTE Editora, 2007.

SERRANO, Franklin. Juros, câmbio e o sistema de metas de inflação no Brasil. **Revista de Economia Política**, vol.30, nº1 (117), PP.63-72, janeiro-março, 2010.

SERRANO, Franklin & FERREIRA, Sandra. Commodities, câmbio e inflação de custos no Brasil 1994 – 2009. **Revista versus Acadêmica**, Abril de 2010.

SERRANO, Franklin & MEDEIROS, Carlos. O desenvolvimento econômico e a retomada da abordagem clássica do excedente. **Revista de Economia Política**, vol. 24, nº 2 (94), abril-junho/2004.

SHAIKH, Anwar. *An Introduction to the History of Crisis Theories. U.S. Capitalism in Crisis, U.R.P.E., New York, 1978.*

SICSÚ, João & VIDOTTO, Carlos. A administração fiscal no Brasil e a taxa de juros. In: SICSÚ, J (Org.). **Arrecadação (de onde vem?) e gastos públicos (para onde vão?)**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA FILHO, T. **Searching for the NAIRU in a large relative price shocks' economy: the Brazilian case**, BACEN, Working Paper Series, 163, 2008.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do Lulismo. **Novos Estudos** CEBRAP, 85, Novembro 2009, p.83-102.

STEINDL, Josef. *Maturity and Stagnation in American Capitalism*. Monthly Review Press, 1952.

STOCKHAMMER, Engelbert. *Financialization and the slowdown of accumulation*. *Cambridge Journal of Economics*, 28, p.719-741, 2004.

SUMMA, Ricardo. Uma avaliação crítica das estimativas da curva de Phillips no Brasil. **Pesquisa e Debate**, SP, vol.22, nº 2 (40) pp. 157-183, 2011.

SWEEZY, P. M. *Monopoly capitalism*. The New Palgrave Dictionary of Economics, Palgrave Macmillan, 1987. Disponível em: <http://monthlyreview.org/1004pms2.htm>.

VERNENGO, Matías. *The political economy of monetary institutions in Brazil: The limits of the inflation-targeting strategy, 1999-2005*. *Review of Political Economy*, 20 (1):95-110, 2008.

VIDAL LUNA, Francisco & KLEIN, Herbert S. **O Brasil desde 1980**. São Paulo: A Girafa Editora, 2007.

WADE, Robert. *Governing the market: economic theory and the role of government in East Asian industrialization*. Princeton University Press, 2004.

WILLIAMSON, John. *What Washington means by Policy Reform*. In: *Latin American Adjustment: How Much Has Happened?*, edited by John Williamson, pp. 5-20. Washington, D.C.: Institute for International Economics, 1990.

YAFFE, David. *The Marxian Theory of Crisis, Capital and the State*. *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, Winter 1972, pp 5-58.